



**Universidade do Minho**  
Escola de Arquitectura

Eva Caridade Silva

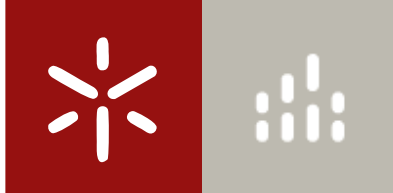
**Ensaio sobre a Residência  
Senhorial Fortificada: Torre de  
Dornelas, Amares**

Eva Caridade Silva **Ensaio sobre a Residência Senhorial Fortificada: Torre de Dornelas, Amares**

Uminho | 2019

outubro de 2019





**Universidade do Minho**

Escola de Arquitectura

Eva Caridade Silva

**Ensaio sobre a Residência  
Senhorial Fortificada: Torre de  
Dornelas, Amares**

Dissertação de Mestrado

Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao

Grau de Mestre em Arquitectura

Área de Cultura Arquitectónica

Trabalho efetuado sob a orientação da

**Professor Doutor João Paulo Cabeleira Marques Coelho**

## **DECLARAÇÃO**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



**Atribuição-NãoComercial-SemDerivações**  
**CC BY-NC-ND**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## **AGRADECIMENTOS**

**Ao Professor João Paulo Cabeleira,**

pela disponibilidade durante o percurso de orientação.

**À Dona Mavilde,** proprietária do conjunto edificado da Torre de Dornelas, pela pronta disponibilidade, confiança e simpatia demonstrada aquando da realização dos levantamentos e pelo esclarecimento de todas as dúvidas.

**Aos meus pais,**

pelo carinho, paciência e todo o apoio incondicional que me dão.

**À minha irmã,**

pela disponibilidade que teve na leitura das versões preliminares do trabalho, promovendo o seu aperfeiçoamento. Mas acima de tudo, por todas as palavras de encorajamento, toda a calma transmitida e por nunca me deixar desistir daquilo em que acredito.

**À Sara,**

pela amizade, por existir sempre uma palavra reconfortante, de carinho e de alegria quando estou ou falo contigo e por toda a força transmitida durante esta etapa da minha vida.

**A todos, um enorme e sincero obrigada!**

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e respeito o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## RESUMO

O presente trabalho pretende analisar o percurso histórico, morfológico e construtivo da Torre de Dornelas, localizada no lugar de Outeiro, freguesia de Dornelas, em Amares.

A investigação expressa a vontade de resgatar a sua narrativa histórica, a partir do discurso disciplinar da arquitetura, constituindo-se um fundo documental e gráfico que materializa a sobreposição de fases construtivas. Apesar de lido como um todo, o conjunto edificado é a imagem resultante das distintas fases de transformação ao longo do tempo, sendo interpretado como síntese quer de várias épocas construtivas, quer de diferentes tipos de arquitetura, mas também através de diferentes estilos arquitetónicos, expressando os valores formais e culturais de cada uma das respetivas épocas de transformação e/ou construção. O significativo interesse deste conjunto edificado advém do seu valor patrimonial, na sua dimensão morfológica e artística, reflexo da sua história e cuja génese poderemos fazer coincidir com a Torre que, apesar de em ruína, continua a ser este imponente marco na paisagem.

A escassez de informação documental ou iconográfica relativamente a esta construção tornou necessária a elaboração de uma base sólida de pesquisa bibliográfica sobre casos análogos e a realização dos levantamentos arquitetónico e fotográfico, imprescindível à interpretação material do conjunto. Do cruzamento da informação escrita com a gráfica, resulta a realização de uma cronologia histórico-temporal, que permite a especulação das fases construtivas, tendo por base comparações com edifícios similares. Todas estas formas de representação, são então uma ferramenta fundamental para a apresentação, análise e reconstrução do caso de estudo, tornando possível a sua reconstituição quer a nível tipológico quer a nível morfológico.

Em síntese, espera-se com este trabalho de investigação, o reconhecimento da Torre de Dornelas, mas, e acima de tudo, a constituição de um documento de registo e interpretação dos dados materiais e documentais que nos permitem entender a sua complexidade.

Palavras-chave: Torre de Dornelas, Residência Senhorial Fortificada, Solar

## **ABSTRACT**

The current study intends to analyze the historical, morphological and constructive path of the Torre de Dornelas, located in Lugar do Outeiro, parish of Dornelas, Amares.

The investigation expresses the will to rescue its historical narrative, from a disciplinary speech of the architecture, by doing a documentary and graphic background, which materializes the overlap of constructive stages. Although read as a whole, this built structure is a portrait of distinctive transformation phases that occurred over time, being interpreted as a synthesis, either of dissimilar types of architecture but also through different architectural styles, expressing the formal and cultural values of each of the particular era of transformation/construction. The noteworthy interest of this built set arises from the patrimonial value, on its morphological and artistic dimension, reflection of the history and whose genesis can be aligned with the Tower that, although in ruins, still is an imposing milestone in the landscape.

The absence of documental and iconographic information relatively to this construction, not only required an elaboration of a solid root of bibliographic research about analogous cases, but also the realization of architectural and photographic surveys, both crucial for the material interpretation of the edification. From the crossing of the written information to the graphic data, results the generation of a chronology equally historical and temporal, which allows the speculation of the constructive stages, always based on comparisons with similar buildings. All of these representative forms are, therefore, a fundamental tool to the presentation, analyses and reconstruction of this study case, permitting, in the topological and morphological level, its reconstitution.

On this account, with this investigation work, it is expected the appreciation and recognition of Torre de Dornelas, and, above all, the foundation of a registration document and interpretation of material and documentary information that can allow a better understating of its complexity.

Keywords: Torre de Dornelas, Fortified Manor Residence, Solar



## ÍNDICE

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Índice de Imagens.....	ix
<b>Parte 0   Introdução.....</b>	<b>11</b>
Objeto de estudo, motivações e objetivos.....	12
Fontes escritas e visuais.....	13
Metodologia e estrutura do trabalho.....	19
<b>Parte I   Enquadramento do objeto de estudo.....</b>	<b>22</b>
Da História.....	23
Dos alvares da Idade Média ao declínio da Idade Moderna: das estruturas castelares ao solar residencial.....	23
Do lugar.....	37
Do conjunto edificado.....	43
Da Localização e Implantação.....	43
Dos Proprietários e Brasão.....	47
Síntese Cronológica.....	59
Do Estado Atual.....	61
Levantamento Arquitectónico.....	63
Levantamento Fotográfico.....	81
Avaliação Métrica e Proporcional.....	87
<b>Parte II   Evolução construtiva do conjunto edificado.....</b>	<b>92</b>
Prólogo às fases.....	93
Fases.....	97
Fase 1   <b>Da TORRE (séc. XIII / séc. XIV).....</b>	<b>99</b>
Contexto histórico-artístico.....	99
Análise e Comparação.....	101

Interpretação.....	115
<b>Fase 2   Do século XVII ao século XVIII.....</b>	<b>119</b>
Contexto histórico-artístico.....	119
Análise.....	123
. 1º Impulso Construtivo   <b>Da TORRE a PAÇO (séc. XVII).....</b>	<b>129</b>
. 2º Impulso Construtivo   <b>De PAÇO a SOLAR (séc. XVIII).....</b>	<b>135</b>
Comparação.....	147
Interpretação.....	153
<b>Fase 3   De SOLAR a QUINTA agrícola (estado atual).....</b>	<b>163</b>
Transformações Posteriores.....	163
. Descaracterização de espaços.....	165
. Elementos que se perderam e/ou foram demolidos.....	167
. Remodelações, novas construções e/ou acrescentos.....	169
<b>Síntese cronológica   Evolução estratigráfica.....</b>	<b>170</b>
<b>Parte III   Considerações Finais.....</b>	<b>184</b>
Conclusão.....	185
<b>Bibliografia.....</b>	<b>187</b>
Referências Bibliográficas.....	187
Publicações Académicas.....	191
Documentos electrónicos.....	192
Sites.....	192
Outros Recursos.....	192

## ÍNDICE DE IMAGENS

### Parte 0 | Introdução

Fig.1 – Folha inicial do dicionário *Portugal Antigo e Moderno*

Retirado de LEAL, 1875

Fig.2 – Manuscrito referente às Inquirições de D. Dinis

Retirado de D. Dinis Inquirições, Livro 1 em <https://digitarq.arquivos.pt/ViewerForm.aspx?id=4182566>

Fig.3 – Livro Paroquial de Dornelas, relativo ao registo de casamento

Retirado de <http://pesquisa.adb.uminho.pt/viewer?id=1005189>

### Parte I | Enquadramento do objeto de estudo

Fig.4 – Evolução do castelo (em plantas)

Baseado em [http://www.rotaterrafría.com/frontoffice/pages/217?geo\\_article\\_id=4756](http://www.rotaterrafría.com/frontoffice/pages/217?geo_article_id=4756)

Fig.5 – A presença da torre de menagem no castelo

Adaptado de <https://www.pinterest.pt/pin/687432330591324593/>

Fig.6 – Exemplo de implantação das torres senhoriais face à sua envolvente

[http://4.bp.blogspot.com/-TOrVTaPdY\\_A/UjCLu4zf8I/AAAAAAAAEsU/8Q0NrdxOKpw/s1600/JH.jpg](http://4.bp.blogspot.com/-TOrVTaPdY_A/UjCLu4zf8I/AAAAAAAAEsU/8Q0NrdxOKpw/s1600/JH.jpg)

Fig.7 – Divisão esquemática de um paço a partir dos séc. XIV/XV

Fig.8 – O conjunto edificado da Torre de Dornelas

Fig.9 – Mapa da Província de Entre Douro e Minho

Adaptado de <http://purl.pt/1379/3/>

Fig.10 – Carta topográfica do concelho de Amares

Adaptado de SILVA, 1958, p.15

Fig.11 – Mapa da Província de Entre Douro e Minho, aproximado ao concelho de Amares

Adaptado de <http://purl.pt/24996/2/>

Fig.12 – Divisão de Amares em freguesias, destacando-se a freguesia de Dornelas

<http://mapas.dgterritorio.pt/viewer/index.html>

Fig.13-17 – Aproximação ao conjunto edificado da Torre de Dornelas

Fig.18-20 – Aproximação ao conjunto edificado da Torre de Dornelas

Fig.21-22 – Páginas do Manuscrito referente às Inquirições de D. Dinis

Retirado de D. Dinis Inquirições, Livro 1 em <https://digitarq.arquivos.pt/ViewerForm.aspx?id=4182566>

Fig.23-25 – Os dois portais com epígrafes gravadas nas padieiras das portas

Fig.26-27 – Manuscrito do Testamento de Francisco de Sousa Teixeira, filho

Retirado de <http://pesquisa.adb.uminho.pt/viewer?id=1005209>

Fig.28 – Memórias paroquiais de 1758

Retirado de <https://digitarq.arquivos.pt/ViewerForm.aspx?id=4239886>

Fig.29 – Pedra de armas da Torre de Dornelas e Casa do Outeiro

Adaptado de NÓBREGA, 1973, p. 61

Fig.30 – Algumas folhas do levantamento arquitetónico

### Parte II | Evolução construtiva do conjunto edificado

Fig.31 – As frases construtivas

Fig.32 – Fases construtivas

Fig.33 – Indicação das seteiras

Fig.34 – O interior da torre

Fig.35 – A torre na paisagem

Fig.36-38 – Torre e Honra de Vasconcelos, Amares (meados do séc. XIII)  
<https://www.visitarportugal.pt>  
<http://www.monumentos.gov.pt>

Fig.39-40 – Torre de Refóios, Ponte de Lima (primeira metade do séc. XIII)  
<http://www.visitepontedelima.pt>  
<http://www.monumentos.gov.pt>

Fig.41-42 – Torre de Oriz, Vila Verde (entre a primeira metade e meados do séc. XIV)  
<https://miscastillos.files.wordpress.com/2018/09/casa-dos-coimbras-3.jpg>  
<http://www.cmvilaverde.pt>

Fig.43 – Torre de Giela, Arcos de Valdevez (finais do séc. XIV inícios do séc. XV)  
<https://www.flickr.com/photos/pclifesocial>

Fig.44 – Do século XVII ao século XVIII

Fig.45 – Localização de inscrições com datação no corpo edificado do séc. XVII

Fig.46-48 – Torre de Aborim, Barcelos  
<http://www.monumentos.gov.pt>  
<http://www.aborim.pt/uploads/images/Gallery>

Fig.49-50 – Torre e Casa de Gomariz, Vila Verde  
<http://www.monumentos.gov.pt>

Fig.51-52 – Casa da Tapada, Amares  
<https://lifecooler.com/files/registos/imagens/363393/40451.jpg>  
<http://www.portoenorte.pt>

Fig.53-54 – Quinta e Paço de Lanheses, Viana do Castelo  
<https://sc.bstatic.com/images/hotel/max1024x768/746/74636352.jpg>  
<https://media-cdn.tripadvisor.com/media/vr-splice-j/01/d6/c5/1e.jpg>

Fig.55-57 – Capela e Paço de São Cipriano, Guimarães  
<https://center.pt/admin/uploads/188/1544788951.JPG>  
<http://www.monumentos.gov.pt>

Fig.58 – O primeiro ponto: os alçados sudoeste e sudeste, respetivamente

Fig.59 – O segundo e terceiro pontos: a horizontalidade e os dois pisos

Fig.60 – O quarto ponto: as pilastras

Fig.61 – O quinto ponto: o acentuar da linha superior do telhado

Fig.62-65 – O sexto ponto: entrada principal

Fig.66-69 – O sétimo ponto: escadaria nos volumes do séc. XVII e séc. XVIII, respetivamente

Fig.70-74 – O oitavo ponto: janelas com bancos afrontados

Fig.75-77 – O nono ponto: a relação da casa com o jardim + o elemento água

Fig.78-79 – Descaracterização de espaços: a capela

Fig.80-82 – Descaracterização de espaços: o corpo seiscentista

Fig.83-84 – Descaracterização de espaços: o anexo agrícola

Fig.85-88 – Vestígios de elementos pré-existentes no volume seiscentista

Fig.89 – Vestígios de elementos pré-existentes nas traseiras da capela

Fig.90-92 – Uso da lage aligeirada (volume seiscentista, corpo residencial e eira/terraço)

Fig.93-95 – O espigueiro, a eira e o sequeiro

Fig.96-101 – Silo, capoeiras, anexo à adega, sótão e anexo na residência

## **PARTE 0** | INTRODUÇÃO

## **OBJETO DE ESTUDO, MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS**

A presente dissertação tem como objeto de estudo a Torre de Dornelas, localizada no lugar de Outeiro, freguesia de (S. Salvador de) Dornelas em Amares. Pode situar-se a sua construção entre meados do século XIII inícios do século XIV. De princípio não era mais que uma torre quadrangular, de carácter residencial, com possíveis anexos. Posteriormente, passou a solar residencial ao qual se efetuaram diversas intervenções nos edifícios anexos pelos séculos XVII e XVIII, como o acrescento da capela e do portal principal. Na atualidade, trata-se de uma quinta composta por diversas casas agrícolas, a capela e o corpo residencial, tudo isto disposto em redor de um pátio/terreiro encerrado.

A descoberta deste caso de estudo originou uma enorme vontade de compreender a sua narrativa e evolução histórica, num aparente testemunho materializado de sobreposições e realidades temporais. Pois, apesar de lido como um todo, o conjunto edificado é a imagem refletida das várias transformações que foi sofrendo ao longo do tempo, sendo interpretado como síntese quer de várias épocas construtivas, desde a medieval à contemporânea, quer de diferentes tipos de arquitetura, sejam elas a residencial e a religiosa, mas também através de diferentes estilos arquitetónicos, expressando os valores formais e culturais adquiridos em cada uma das respetivas épocas de transformação e/ou construção. Torna-se, assim, um edifício de grande interesse denotado pela sua história e pela sua morfologia destacada, principalmente, pela presença da torre que, apesar de agora ser apenas o invólucro do que outrora foi, continua a ser este imponente marco na paisagem, que nos remete para um passado distinto e notável transportado até ao nosso presente.

Face a isto, pretende-se levar a cabo um reconhecimento exaustivo da Torre de Dornelas, compreendendo não só a torre como todo o conjunto edificado em seu redor, tendo como principal objetivo uma reflexão acerca do seu percurso histórico, morfológico e construtivo enquanto residência senhorial fortificada. Tal implica o reconhecimento de todo o material construído aí sedimentado, o qual permitirá a desmontagem e restituição histórica do objeto desde meados do século XIII inícios do século XIV até ao presente, refletindo simultaneamente como é importante e fundamental entender a história do edifício pelos seus diferentes estratos arquitetónicos e temporais.

Espera-se então com este trabalho de investigação, contribuir para a criação de um novo e detalhado registo sobre a Torre de Dornelas, mas, e acima de tudo, uma interpretação dos dados materiais e documentais que nos permitem entender a sua complexidade.

## **FONTES ESCRITAS E VISUAIS**

Para a concretização deste trabalho foi necessário a elaboração de uma base sólida de pesquisa bibliográfica, assente na procura em bibliotecas, arquivos, documentos eletrónicos e até em conversas com diversas pessoas, incluindo a atual proprietária. Podendo assim dividir-se a informação em registos escritos, gráficos e visuais, e relatos verbais.

Serão então tidos em conta todos os documentos que, fazendo ou não referência ao objeto de estudo, possibilitam enquadrá-lo nas diferentes épocas, seja de forma direta ou através de comparações com casos semelhantes. Referentes ao estado de arte, nas fontes escritas encontramos os manuscritos, as monografias, os dicionários e guias, os documentos eletrónicos e os estudos, quer incluam a Torre de Dornelas, quer mais genéricos, sobre a residência senhorial portuguesa. Como fonte de informação gráfica recorreu-se às plantas do Plano Diretor Municipal de Amares, à Direção-Geral do Território e a várias cartografias existentes, impressas ou digitais. Quanto a fontes visuais, têm-se presente os levantamentos métrico e fotográfico original, realizados com o propósito desta investigação.

Como tal, seguidamente apresentar-se-á uma síntese, organizada cronologicamente (em partes), de alguns documentos escritos e uma breve descrição dos mesmos, pois ajudarão na criação da linha cronológica, marcada por um conjunto de factos, que permite a narração de uma possível interpretação histórica do conjunto edificado e do local onde o mesmo está inserido.

### **Dicionários**

Os seguintes dicionários procuram descrever de forma sucinta e breve um conjunto de informações gerais acerca de todas as cidades, vilas, freguesias e aldeias de Portugal, incluindo informação, mais ou menos pertinente, sobre o local onde o objeto de estudo está inserido, citando-o por vezes.

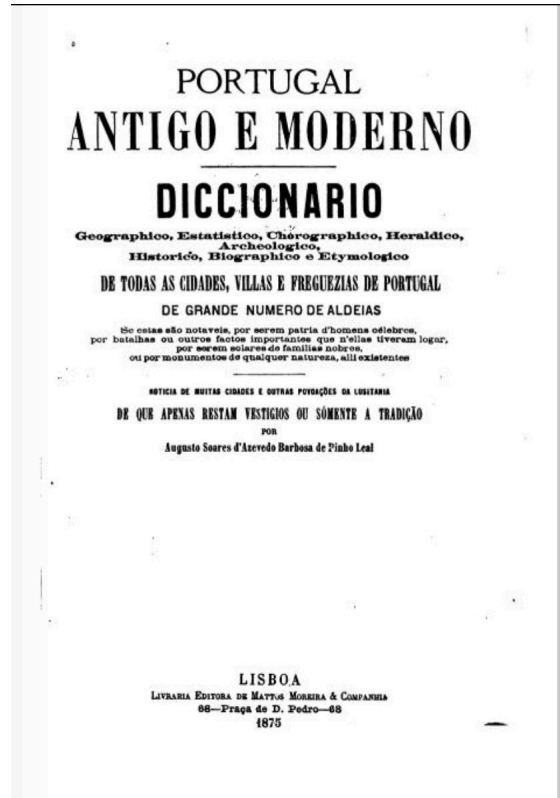


Fig.1 [Fotografia]

Página inicial do dicionário *Portugal Antigo e Moderno*

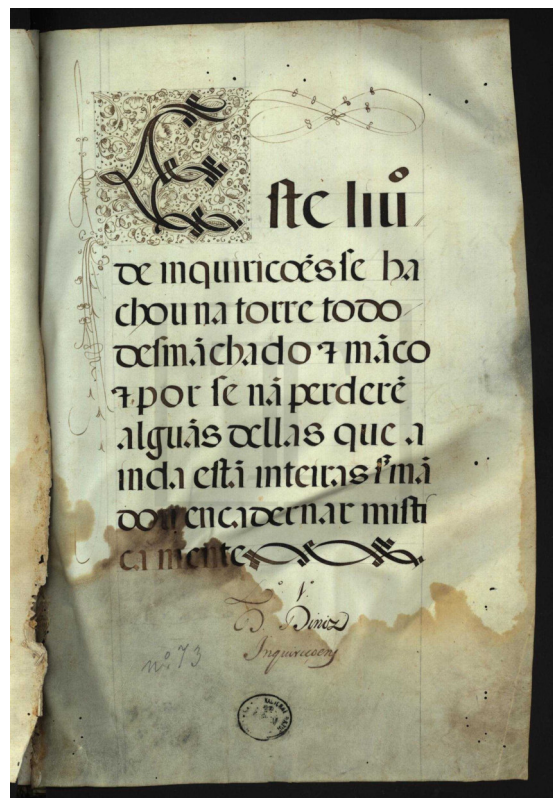


Fig.2 [Fotografia]

Manuscrito referente às Inquirições de D. Dinis



- *“Portugal Antigo e Moderno”* de Augusto Leal (1875) (fig.1);
- *“Portugal: dictionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico”* de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues (1907);
- *“Portugal Económico, Monumental e Artístico”* (1935);
- *“Dicionário Enciclopédico das Freguesias: Braga-Porto/Viana do Castelo”* de MINHATERRA (1997)

## Guias

O *“Guia de Portugal: Entre Douro e Minho”* é uma obra de índole histórica que se desdobra em cinco volumes com oito tomos, produzida entre 1924 e 1969, dos quais se consultou o volume quatro tomo segundo de 1965. *Pretende ser simultaneamente um minucioso roteiro do país; um repertório artístico; uma obra de sóbria literatura descritiva; uma antologia da nossa literatura pitoresca; um processo, um testemunho dos estrangeiros sobre Portugal; e, enfim uma bibliografia escolhida do que se tem escrito sobre o nosso país*<sup>1</sup>.

## Manuscritos

Em *“Nobiliário de Famílias de Portugal”* de Felgueiras Gayo (1940) assim como em *“Pedatura Lusitana”* de Cristovão Alão de Moraes (1943-1948), mas também em *“Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)”* de José Augusto de Sottomayor Pizarro (1999) existem informações que permitem reconhecer e seguir as linhagens medievais portuguesas, interessando para a investigação as que se encontram direta ou indiretamente associadas ao caso de estudo.

Em *“Entre Homem e Cávado em meados do século XVIII”* de Domingos M. da Silva (1985), relativo às Memórias Paroquiais de 1758, reúnem-se as respostas, elaboradas pelo pároco da freguesia, ao inquérito de ordem régia acerca do património construído, da toponímia e *das cousas mais notáveis que se puderão descobrir*<sup>2</sup> (a terra), da serra e do rio. Sendo estes últimos os três pontos constantes na informação dada.

Em *D. Dinis Inquirições, Livro 1* (fig.2) destaca-se a informação relativa à Honra de Dornellas, bem como o domínio do poder régio sobre as terras.

<sup>1</sup> <http://ebooks.gulbenkian.pt/book/guia-de-portugal-entre-douro-e-minho-minho-vol-iv-tomo-ii/U09MPO>

<sup>2</sup> SILVA, 1985, p. 80

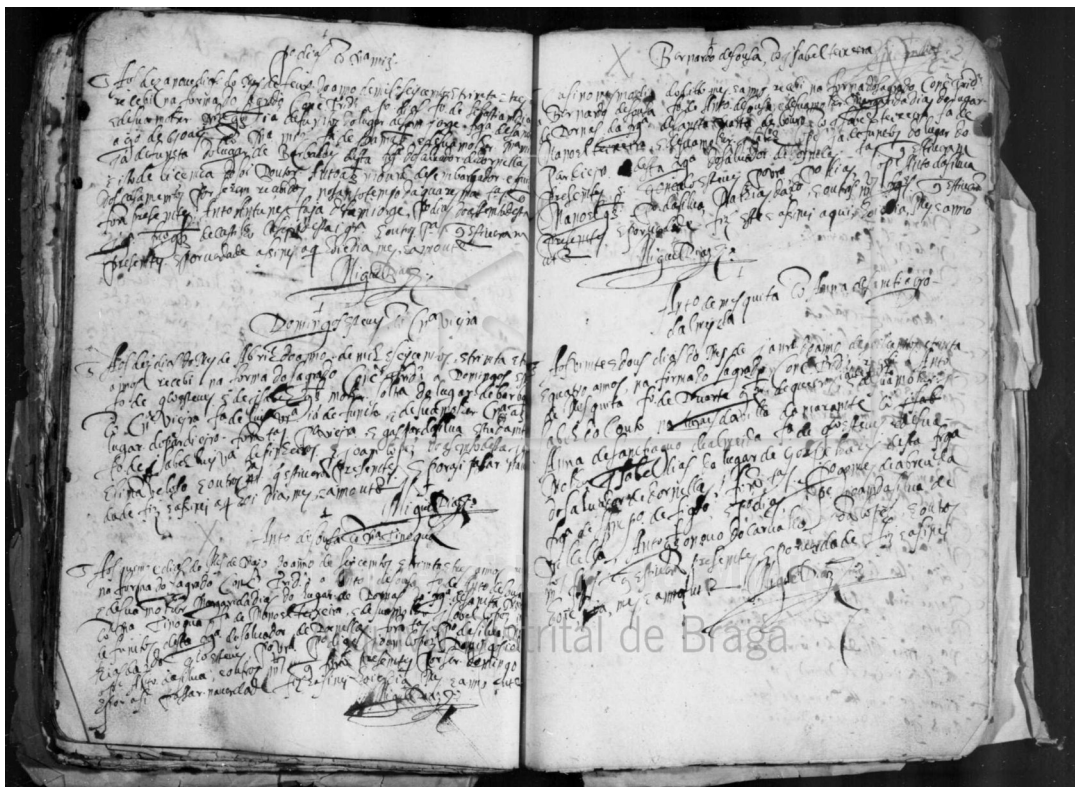


Fig.3 [Fotografia]

Livro Paroquial de Dornelas, relativo ao registo de casamento

Importa aqui também referir toda a documentação consultada, online (no site do Arquivo Distrital de Braga), nos livros paroquiais de Dornelas que incluem os registos de batismo, de casamento (fig.3), e de óbito, os róis de crismados, os testamentos, os róis de missas e os legados e obrigações de missas.

## **Estudos**

Os *“Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre”* de Carlos Azevedo (1969), os *“Paços Medievais Portugueses”* de José Custódio Vieira da Silva (1995), bem como *“A Casa senhorial em Portugal: modelos, tipologias, programas interiores e equipamento”* de Helder Carita (2015) são três estudos ilustrados (com imagens, figuras e desenhos de pormenores de plantas) que, tal como o próprio nome indica, retratam a evolução da habitação nobre, desde a torre medieval, a génese, ao solar do século XIX, englobando o estudo de várias habitações régias e senhoriais.

Nos estudos *“Em torno da residência senhorial fortificada: quatro torres medievais na região de Amares”* (1989), *“Torres, Casas-Torre ou Casas-Fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (séc. XII-XV)”* (1998) e *“As torres medievais de Amares – Vasconcelos, Dornelas e Castro”* (2014) de Mário Jorge Barroca consegue-se compreender, um pouco melhor, o uso da torre medieval como habitação senhorial através de alguns exemplos, sendo um deles o objeto de estudo: a Torre de Dornelas. Acontecendo o mesmo em *“Casas-Torre ainda existentes nos arredores de Braga”* de José João Rigaud de Sousa (1978) e em *“A torre ou casa forte medieval”* de José Custódio Vieira da Silva (1999).

Para além de todos os documentos aqui apresentados, recorre-se ainda a fontes documentais mais genéricas que permitam a contextualização histórica do objeto de estudo, a nível social, privado, artístico e construtivo.



## **METODOLOGIA E ESTRUTURA DO TRABALHO**

A metodologia de trabalho aqui empregue resulta, essencialmente, da execução de duas tarefas em simultâneo. A primeira consiste na recolha exaustiva de informação e conseqüentemente na elaboração de uma base sólida de pesquisa bibliográfica, tal como anteriormente referido. Enquanto a segunda se baseia na realização do levantamento arquitetónico (métrico e estratigráfico) juntamente com um pormenorizado inventário fotográfico, muito importantes como elementos de auxílio para a apresentação e conhecimento do conjunto edificado interna e externamente, quer pelos seus diferentes espaços e elementos particulares, mas também para qualquer interpretação que seja possível realizar posteriormente.

É através do cruzamento destas duas tarefas - da análise e interpretação de todos os elementos encontrados na fase de recolha de informação com os levantamentos - que resulta a realização de uma cronologia histórico-temporal, permitindo assim a reconstituição das diferentes fases construtivas pelas quais o conjunto terá passado, tendo também por base comparações com edifícios similares em aparência e período. Todas estas formas de representação, serão assim, até ao fim da investigação, uma ferramenta fundamental para a apresentação, análise e reconstrução do caso de estudo.

O trabalho estrutura-se diacronicamente, dividindo-se essencialmente em duas partes, que levam a uma aproximação ao conjunto edificado, sendo uma delas relacionada com o enquadramento do objeto de estudo e a outra com a evolução construtiva deste ao longo do tempo.

Assim, no primeiro capítulo, “Enquadramento do objeto de estudo”, serão apresentadas e analisadas todas as informações relacionadas com o conjunto edificado e a sua envolvente, subdividindo-se em três partes. Numa primeira parte “Da História” procede-se ao enquadramento histórico e social, mas também geográfico da Torre de Dornelas, fazendo-se alusão à evolução da habitação senhorial desde os alvares da Idade Média ao declínio da Idade Moderna, e incidindo-se na especificidade do lugar, desde a sua orografia aos modos de ocupação do território.

A segunda parte “Do conjunto edificado” compreende informações desde a sua localização e implantação até aos proprietários e brasão, bem como documentos e datações descobertos relacionadas com o tema.

Na última parte “Do Estado Atual” será apresentado, como o próprio nome indica, o estado atual do conjunto recorrendo-se ao levantamento arquitetónico (métrico e estratigráfico) e fotográfico do edificado. Com isto, pretende-se mostrar o edifício como ele é na atualidade, desde a sua composição espacial, através da volumetria e plantas, ao desenho das fachadas e elementos decorativos que representam as diferentes épocas. Será ainda apresentado o estudo das métricas e proporções que definem o conjunto edificado, nomeadamente os volumes edificados mais antigos.

Desta forma, e com base na informação apresentada no primeiro capítulo, desenvolve-se o segundo capítulo “Evolução construtiva do conjunto edificado”, também ele subdividido.

Em “Prólogo às fases” e “Fases” explica-se de forma faseada todo o objeto de estudo. Para cada fase faz-se uma breve contextualização histórico-artística da época em questão, de forma a provar intervenções e linguagens artísticas existentes no edificado. Segue-se uma detalhada análise aos vários elementos presentes e comparação com casos de estudo semelhantes, de modo a obter toda a informação necessária para uma possível interpretação, que por sua vez propõe a reconstituição daquilo que seria uma hipótese de cenário tipo-morfológico.

Com base nas informações retiradas de cada fase é então produzida uma síntese cronológica e estratigráfica do conjunto edificado daí a próxima parte se denominar “Síntese cronológica e evolução estratigráfica”, pois esclarece de forma sucinta todos os dados analisados e permite um melhor entendimento do conjunto edificado da Torre de Dornelas na sua totalidade e complexidade.

*“Em qualquer período histórico, o habitat, a par com a alimentação, é um dos elementos fundamentais da vida humana. Primeiro como simples abrigo, depois como estrutura mais perene, a casa foi-se transformando ao longo dos tempos, refletindo formas de viver e de sentir. O homem foi deixando os espaços naturais e construindo novos cenários onde depositava a sua vida e os seus bens. Da ocupação despersonalizada de lugares, o homem passou a erguer casas numa terra que agora reclama como sua, dando-lhe um limite, um nome, criando a propriedade. A sua habitação já não é apenas um simples abrigo, torna-se um bem, uma marca de família, uma forma de distinção, uma forma de viver. Com o tempo, a casa deixa de ser uma estrutura frágil, presa fácil do fogo e dos perigos da natureza. Já não é só cabana ou casa de madeira, por vezes, dá lugar à pedra, mais resistente, mais imponente, mais duradoura.”*

OLIVEIRA, 2008, p. 151-152

## **PARTE I** | ENQUADRAMENTO DO OBJETO DE ESTUDO



### **DOS ALVORES DA IDADE MÉDIA AO DECLÍNIO DA IDADE MODERNA: DAS ESTRUTURAS CASTELARES AO SOLAR RESIDENCIAL**

Com o processo da Reconquista Cristã<sup>3</sup> do território da Península Ibérica em fase intermédia, nomeadamente com a conquista, parcial, do Reino de Portugal por volta do século XII, e de modo a combater a insegurança geral que se fazia sentir, tornou-se pertinente a necessidade de se fixar num só lugar e de o reclamar. Afirmando-o como seu domínio, foi a forma, mais vantajosa, encontrada de assegurar uma melhor ocupação, exploração e organização do vasto território conquistado aos muçulmanos. Eram, principalmente, as famílias nobres que procuravam cada vez mais reivindicar uma terra como sua, permitindo assim a legitimação de um lugar.

Esta mudança de modelo de organização da sociedade medieval fez despoletar o fenómeno da petrificação das estruturas de habitat, que teve como fase inicial o surgimento das estruturas castelares – estruturas elementares de defesa, fortificadas, que compõe o castelo.

*“Os castelos surgem no contexto de uma paisagem dominada por um povoamento disperso, disseminado por vales agrícolas, onde a defesa do habitat já não pode passar pela usual fortificação do seu espaço. Não se pode, obviamente, muralhar um vale. (...) É assim que surge o castelo: uma estrutura erguida no alto de um monte, procurando retirar o máximo proveito da topografia do terreno, cujo espaço era delimitado por uma muralha, (...).”<sup>4</sup>*

---

<sup>3</sup> O processo de Reconquista Cristã, foi um movimento ibérico cristão de cunho militar e religioso, que opôs cristãos e muçulmanos numa guerra secular pela recuperação dos territórios perdidos aquando da invasão da Península Ibérica pelas hordas árabes, vindas do norte de África, por volta do ano 711, onde conseguiram estabelecer o seu domínio durante cerca de oito séculos, até 1492.

Repleta de avanços e recuos, a reconquista ficou marcada por inúmeras derrotas e vitórias, que tornaram este processo moroso e complexo, e como consequência das várias derrotas mouras, e de forma a assegurar o controlo e domínio sobre o território recuperado, surgiram diversos reinos cristãos, sendo um deles o Condado Portucalense, mais tarde Reino de Portugal. No início, a província portucalense correspondia sensivelmente ao Entre Douro e Minho, estendendo-se mais tarde ao Centro e Sul do território. Foi neste contexto, de país rural, que se desenvolveram as formas de organização políticas, sociais e económicas que formaram o Portugal medieval, onde surgiram os senhorios (território onde o senhor exercia poder sobre a terra, de que era proprietário e de cuja exploração cobrava rendas e serviços e poder sobre os homens, a quem exigia impostos de natureza económica, jurisdicional e militar - <https://www.slideshare.net/vmsantos/o-espao-portugus-1>) como forma de apropriação das terras conquistadas.

<sup>4</sup> BARROCA, 2003, p. 175

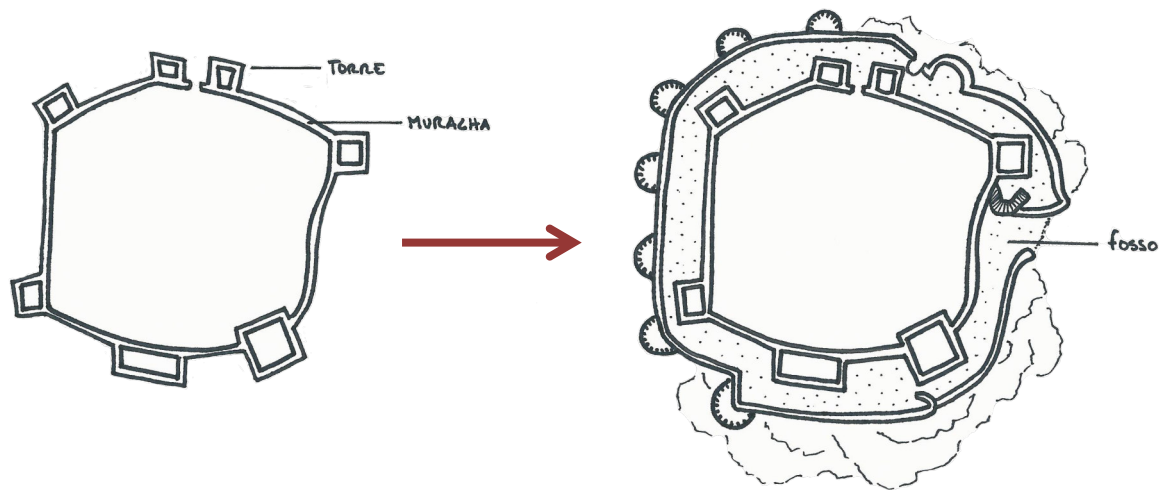


Fig.4 [Imagem esquemática]  
**Evolução do castelo (em plantas)**

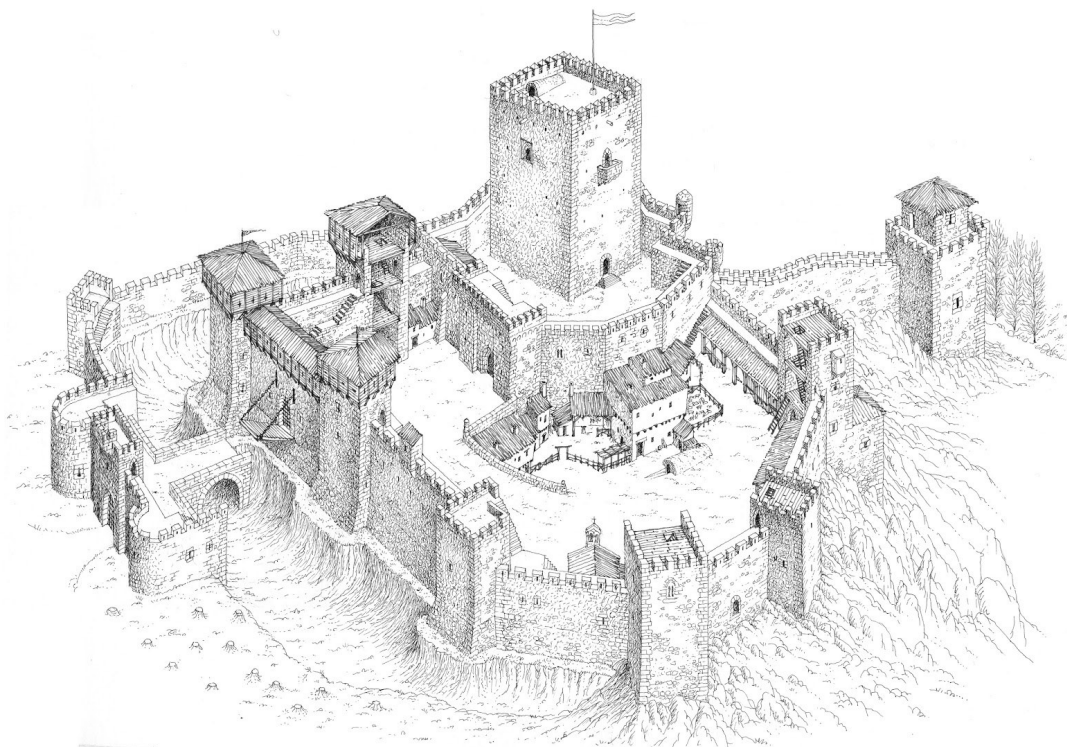


Fig.5 [Imagem]  
**A presença da torre de menagem no castelo**

Assim, durante o período medieval, particularmente desde o último quartel do século IX até ao século XII, de forma a garantir uma melhor organização social, *a sociedade medieval teve de criar uma nova estrutura que respondesse simultaneamente à nova matriz de povoamento e às necessidades de defesa*, um *núcleo forte*, onde as populações se podiam recolher e abrigar em caso de ameaça. Como construção real ou nobre surge então o castelo como resposta face a tal necessidade, tendo como principal função a de fortaleza, elemento essencial na defesa das terras e no refúgio das populações. Caracterizado pelas altas e espessas muralhas em pedra, com poucas e estreitas aberturas, e pelo uso de torres em seu redor, o castelo era, no início, de planta bastante simples tornando-se com o passar do tempo uma construção cada vez mais complexa. Aproveitavam-se os declives e obstáculos, dados pelo território, como ferramenta de defesa com a escavação de fossos em redor; à muralha adicionaram-se mais torres e *atalaias* e pelo seu interior desenvolveram-se e/ou ampliaram-se cada vez mais as construções. (fig.4) Entre toda esta complexidade de construções surge, durante o século XI, a torre de menagem, de planta quadrangular ou retangular, mais segura e de maior dimensão comparativamente às outras, que se encontrava isolada, erguendo-se altiva, inserida mesmo no centro do recinto muralhado. (fig.5) E por ser considerada a parte mais segura e estável, simbolizando também a senhoria do castelo, a torre de menagem começa então a ser o lugar de assembleia privilegiado, último refúgio em caso de ataque e habitação do senhor se as suas dimensões o permitissem. *E quando, (...), surgiu a necessidade de se construírem habitações que, por motivos óbvios, precisavam de ser fortificadas, era natural que se tivesse aproveitado a lição da arquitetura militar, que oferecia o tipo acabado de casa-forte na forma de uma torre*, primeiro nos meios urbanos com os estratos mais privilegiados e, posteriormente, nos meios rurais com os estratos menos protegidos.

*“A estas terras chamavão solares, derivando o nome da palavra latina solum, que quer dizer terra, e assento, donde o homem está. Edificação aqui estes Fidalgos suas torres e suas casas fortes donde vivião; assim para se defenderem dos rebates dos Mouros, como por este modo de edificar casas fortes no campo próprio das nações do Norte, como ainda se vê em toda a França, Alemanha e Inglaterra.”<sup>8</sup>*

---

<sup>8</sup>BARROCA, 2003, p. 175

<sup>9</sup>AZEVEDO, 1969, p.20

<sup>7</sup> Atalaias – lugares elevados a partir dos quais é possível vigiar ou observar o inimigo; torres ou guaritas construídas em lugares elevados de onde se vigia o território circundante. Normalmente integram o sistema defensivo do castelo, sendo distribuídas em lugares estratégicos na área em redor. Em caso de ameaça, os vigilantes nas atalaias davam aviso ou sinal aos defensores do castelo.

<sup>8</sup> AZEVEDO, 1969, p.21

<sup>9</sup>SILVA, 2011, p. 963

É, então, nos finais do século XII, mas sobretudo durante meados do século XIII que, um pouco por toda a Europa, nomeadamente em Itália, na Flandres, na Holanda, na Bélgica, na Inglaterra, na Alemanha e inclusive em Portugal, ocorrem importantes modificações ao nível da habitação senhorial, *onde o aparecimento da domus fortis se pode considerar como o corolário de um complexo fenómeno. Tratando-se de um acontecimento de suma importância pois, com ele configuram-se pela primeira vez e de uma forma clara as especificidades que, em cada região, individualizam a habitação dos estratos privilegiados da sociedade.*<sup>10</sup>

Este processo de mudança encontra-se associado a vários fatores. Se por um lado se deve a diversas alterações no seio da sociedade nobre, *onde o serviço ao rei, a proximidade face à corte régia, o enriquecimento pelas carreiras eclesiásticas ou nas ordens militares, a ligação a grupos urbanos, bem como as políticas de alianças associadas a estes fatores, foram elementos decisivos para a renovação e hierarquização da nobreza*<sup>11</sup>. Causando o declínio e possível extinção de algumas antigas linhagens, ou alguns dos seus ramos, e o aparecimento de novos membros de uma pequena e média nobreza e/ou de linhagens secundárias que em plena fase de ascensão e de afirmação na sociedade medieval veem *nessa nova estrutura arquitectónica uma forma de se afirmarem não só perante as populações rurais mas, sobretudo, perante as antigas linhagens, detentoras de castelos e cientes dos seus poderes. (...) “a torre é o símbolo e a materialização dos poderes senhoriais” (...).*<sup>12</sup> As residências senhoriais, fruto de uma difusão gradual, assumem então a forma de torre ou *domus fortis*, sendo que podem, igualmente, ser denominadas como *fortalicium, repayrium, turrem, casa-forte* ou fortificada e *casa-torre*. Remetendo-se assim esta torre à imagem das antigas torres de menagem dos castelos, como uma representação da busca, constante, de poder, autoridade e prestígio da nobreza e da fidalguia.

*“Autênticas casas fortificadas, as torres solarengas não são, pois, torres de menagem de desaparecidos castelos, mas simples torres senhoriais que, se de principio tiveram utilidade militar nas campanhas da reconquista, logo foram aproveitadas pela nobreza para sustentar rivalidades.”*<sup>13</sup>

---

<sup>10</sup> BARROCA, 1989, p. 9

<sup>11</sup> VASCONCELOS E SOUSA, 2011, p. 29

<sup>12</sup> Ibidem, p. 14

<sup>13</sup> AZEVEDO, 1969, p.21

Por outro lado, há que ter em conta que a sociedade medieval, nomeadamente a portuguesa, encontrava-se em progressiva sedentarização, pois à medida que o processo de reconquista se assegurava eram cada vez mais os senhores que procuravam fixar-se num só local, a sua propriedade. Pretendia-se uma maior estabilização e domínio do território conquistado, delimitando-o muitas vezes com construções. *Assim, a procura da construção pétreia pode ser também explicada por uma preocupação de prolongar a longevidade do solar que, a partir de agora, e mais que nunca, é também ele um bem de fortuna e símbolo de domínio. Ao mesmo tempo, sublinhava-se o seu carácter nobilitado, já que uma construção em pedra é sempre prestigiante<sup>14</sup> e perene, manifestando uma preocupação face ao carácter perecível e quase efémero das anteriores residências nobres.*

Em Portugal, as primeiras construções senhoriais fortificadas acompanham o que se passa na Europa, apesar de ser apenas durante o século XIII que acontece, verdadeiramente, uma maior difusão pelo território, com maior concentração no Norte, sobretudo na província de Entre Douro e Minho. Sendo que nesta região não se pode falar de residências senhoriais fortificadas sem se referir as Honras<sup>15</sup>, *terras imunes mantidas sob a alçada de nobres<sup>16</sup>*. Situadas, predominantemente, em locais fortemente ligados às mais antigas conquistas e doações territoriais eram, de forma geral, identificadas pela presença de um castelo, de uma torre ou de um solar, atestando assim o poder do respetivo senhor. Este, *dentro da sua honra, não era apenas o proprietário da terra e dos meios de produção, mas também o detentor da autoridade e do exercício do poder público nos domínios militar, judicial, fiscal e legislativo<sup>17</sup>*. Por tudo isto, eram cada vez mais desejadas e cobiçadas por estas novas linhagens. Pois, ao contrário das antigas famílias nobres que iam buscar o seu nome a territórios mais ou menos vastos, por onde se dispersavam os seus interesses agrícolas e monetários, estes novos senhores adotavam, muitas vezes, como apelido ou nome de família o topónimo do local onde edificaram a sua residência senhorial – como no caso de Cunha, Vasconcelos, Dornelas (caso de estudo), e muitas outras. *Aos novos senhores tornava-se possível uma identificação com uma terra, uma localidade.<sup>18</sup>* Demonstrando bem o valor que a Honra detinha para estas famílias, sendo um reflexo de como a geografia das propriedades destes novos senhores era muito mais coesa e concentrada do que os vastos e desarticulados domínios das velhas linhagens.

---

<sup>14</sup> BARROCA, 1989, p. 16

<sup>15</sup> Honras – propriedade privilegiada, imune, ou seja aquela em que os moradores, nobres, estavam isentos de certos encargos públicos para com o fisco real, e onde não podiam entrar os mordomos e juizes do rei, nem para exercer a justiça, perseguir criminosos, multar, receber impostos, etc. (TAVARES, 1992)

<sup>16</sup> Ibidem, p. 16

<sup>17</sup> MATTOSO, 1985, p. 84

<sup>18</sup> Ibidem, p. 16

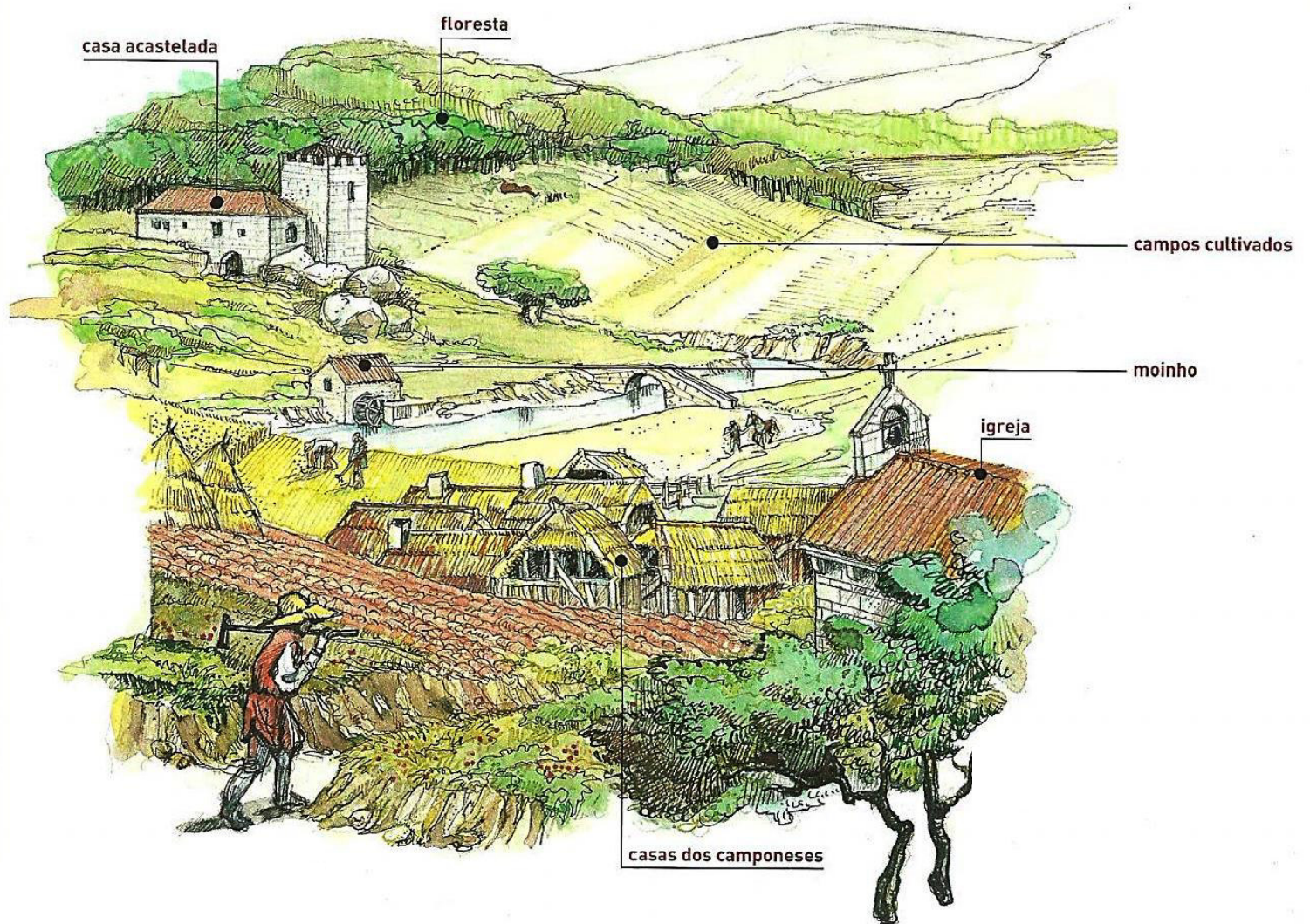


Fig.6 [Imagem]

Exemplo de implantação das torres senhoriais face à sua envolvente

*A partir de meados do século XIII a nobreza começou a ser mais generalizadamente conhecida com base numa referência geográfica, (...) o importante em primeiro lugar era a ligação do indivíduo à terra que lhe transmitia o poder (...).<sup>19</sup>*

Na região de Entre-Douro-e-Minho, e ao contrário do que acontece com as congéneres castelares onde se opta por implantações de maior altitude, as torres senhoriais encontravam-se implantadas, essencialmente, em meios rurais, distanciadas dos grandes centros urbanos, mas em proximidade com pequenos povoamentos e cursos de água. Ocupavam, principalmente, zonas de vale, onde os solos são considerados bastante mais férteis e aptos para a prática de agricultura. (fig.6) Deste modo, procuravam sobrelevar-se, em pequenas elevações, face à paisagem envolvente para assim poderem controlar os domínios senhoriais, mas também de forma a garantir as condições mínimas de defesa e segurança do seu senhor, conservando uma aparência de fortificação perceptível pelas linhas coroadas de ameias e merlões, pelas grandes e espessas paredes de pedra com poucas aberturas e, exceccionalmente, pela presença de um fosso. Contudo, e contrariamente às torres de menagem, a sua função principal é a de habitação.

*“A casa-torre é o símbolo da apropriação de um determinado território, dominando-o e observando-o, expressando a vontade de progressão social e autossuficiência do seu promotor (...).”<sup>20</sup>*

A torre solarenga tornou-se, então, no mais nobre e claro sinal do poder do senhorio sobre uma terra, adotando uma arquitetura tipo que permite a criação de um modelo padrão, contendo elementos que são comuns a praticamente todas as estruturas torreadas conhecidas. Deste modo, constituída por grandes e espessas paredes de pedra, em planta quadrangular ou retangular, a torre apresentava um reduzido número de aberturas, frestas ou seteiras mais ou menos estreitas, que acentuavam o seu carácter defensivo, aparente, também, no seu acesso por uma entrada elevada, acessível apenas por uma estreita escadaria de pedra ou por meio de uma escada de madeira, que seria amovível por razões de segurança, em caso de ameaça. Com uma altura, aproximadamente, entre os dez e quinze metros era, geralmente, composta por dois ou três pisos em estrutura de madeira, interligados por uma escada, também ela de madeira que, normalmente, se encontrava encostada à parede contrária à da entrada. O piso térreo era muitas vezes maciço, sem aberturas, podendo destinar-se a celeiro ou arrecadação. Já nos pisos superiores a pouca iluminação era dada

---

<sup>19</sup> MATTOSO, 2010, p. 217

<sup>20</sup> <https://domusinaequator.wordpress.com/2013/05/14/o-que-sao-casas-torre/>

pelas frestas ou seteiras e em, alguns casos mais desenvolvidos, por janelas simples, em arco quebrado, de pequeno vão e reduzida altura. Nos pisos, não muito altos, devido às suas reduzidas dimensões não se encontravam divisões internas sendo que cada andar correspondia a uma única divisão assente numa polivalência de possíveis utilizações<sup>21</sup>, muito comum na Idade Média. Como tal, a privacidade era pouca pois para se aceder a um piso superior tinha que se atravessar os outros. Face a isto a organização dos espaços fazia-se segundo uma ordem crescente de privacidade, desde o compartimento mais público, aquele que ficava mais próximo do acesso exterior, no piso da entrada, a *sala* ou *aula*, onde o senhor comia as suas refeições e recebia outros, até ao último andar, normalmente o andar residencial, a *câmara de dormir*, que exigia mais privacidade. A maioria das torres era ainda coroada por fiadas de ameias e merlões, podendo apresentar ou não balcões com matacões.

Algumas residências senhoriais, mais humildes e simples, podiam resumir-se à própria torre, mas face às suas reduzidas dimensões foram-se expandido com volumes anexos que permitiam incluir a totalidade do programa habitacional. Anexos que tanto podiam erguer-se adossados a uma das suas paredes, surgir no meio de duas torres ou até em redor da mesma, ocupando esta a posição central.<sup>22</sup> *Nesses anexos, normalmente, com planta retangular e com 2 pisos, instalavam-se a aula, sala nobre, e a câmara, zona privada de residência.*<sup>23</sup> Estes, devido à sua forma e maiores divisões, passaram a ser designados de paço.

*“(...) um paço medieval seria simplesmente isso: uma habitação maior que as outras, sempre de dois pisos (o andar térreo e o sobradado); dominava-o uma dependência: a sala. A parte reservada à habitação propriamente dita era constituída por uma sucessão de salas, sempre mais pequenas e de acesso cada vez mais reservado, até à câmara de dormir. (...) Não havia corredores – as divisões eram simplesmente contíguas umas às outras – nem majestosas escadarias exteriores. Os paços eram virados para dentro; podiam ter um pátio á frente e uma horta ou quintal atrás.”<sup>24</sup>*

---

<sup>21</sup>Uma divisão, naquele tempo, significava um acumular de várias funções em simultâneo, quer de espaço de cozinha e de comer, quer de trabalho, de convívio, local de sociabilidade e zona de receber e estar, até quarto de dormir ao final do dia. Normalmente, era provável, que a divisão mais perto da entrada da casa contemplasse atividades mais relacionadas com o exterior e por isso mesmo que se destinasse ao espaço de trabalho e/ou à cozinha, no que toca ao receber das pessoas, mas também a saída de cheiros e fumos, provocados pelo ato de cozinhar

<sup>22</sup>Segundo AZEVEDO, 1969, p. 26

<sup>23</sup>BARROCA, 1989, p.24

<sup>24</sup>SERRÃO; MARQUES, 1998, p. 126



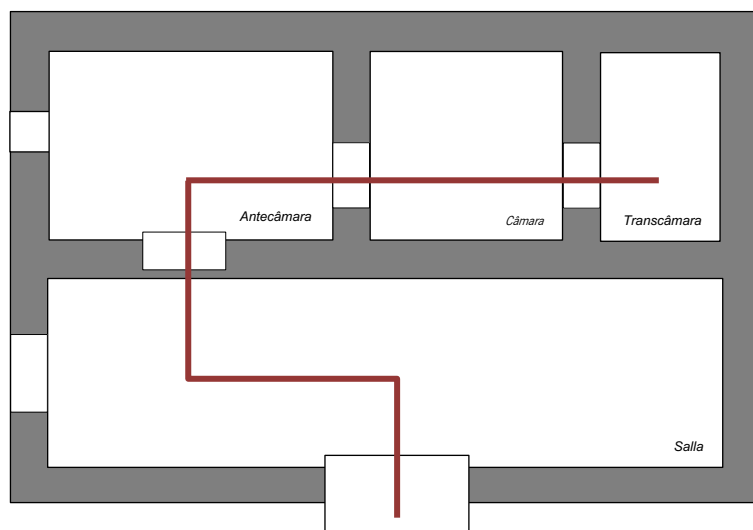


Fig.7 [Diagrama]

**Divisão esquemática de um paço a partir dos séc. XIV/XV<sup>25</sup>**

<sup>25</sup> O paço de um senhor devia, pelo menos, comportar como divisões: a *salla*, primeira dependência de qualquer paço, de maior dimensão e elaboração arquitectónica que as restantes como também a mais virada para o exterior, destinada ao socializar coletivo e de maior aparato, como por exemplo as festas; seguida pela *antecâmara*, onde o senhor da casa recebia individualmente e de forma reservada outros nobres ou pessoas de maior gabarito; seguindo-se a *câmara* de dormir, local mais reservado e intimista e como o próprio nome indica era o espaço de dormir e descansar, e que de certa forma acabava por estruturar os outros espaços, sendo a *antecâmara* o espaço que lhe precede e a *transcâmara* o que lhe segue, sendo este último o local onde o respetivo senhor se vestia e despia, de entrada estritamente proibida a qualquer pessoa que não fosse criado ou morador. (MATTOSO; VASCONCELOS E SOUSA, 2010, p. 80-84)

Destes primeiros anexos, os paços medievais, muito pouco ou nada chegou até aos dias de hoje. Se, por um lado, isto pode dever-se à utilização de materiais perecíveis, como a madeira e o colmo, que acabaram por perecer e desaparecer. Pelo outro lado, encontra-se relacionado com as diversas reformas a que foram submetidos ao longo do tempo, sobretudo no período manuelino (século XVI), como também, mais tarde, entre os séculos XVII e XVIII. Como o ambiente da reconquista deixou de se sentir, o carácter militar que até aqui prevalecia nas construções tornou-se desnecessário, embora muitas vezes ainda se mantenha uma expressão defensiva que não é senão retórica, pois trata-se de uma manifestação muito mais decorativa do que funcional. Estas alterações surgiram face a uma necessidade de transformar os espaços de modo a serem capazes de se adaptar às novas exigências de conforto, funcionalidade e habitabilidade que se foram impondo, tendo sempre em vista a preservação da torre, símbolo dos inúmeros poderes de quem a possuía, destacando a sua nobilidade.

*A casa-torre desempenha, sem dúvida, papel primordial em toda esta primeira fase. A principio isolada ou com frágeis construções à sua volta, vemo-la evoluir até surgir acabada, isto é, fazendo parte dum conjunto que lhe prolonga as suas possibilidades doméstica.<sup>26</sup> Esta permanência simbólica de grande autoridade e a sua relação com a mudança de consciência humana face ao habitat exerceu no posterior desenvolvimento da casa nobre portuguesa uma grande influência.*

*“A casa nobre é então um objeto multiforme, decorrente dos usos, hábitos, ou modos de vida de uma classe social que afirmava valores de estabilidade, ordem e fidelidade ao rei. Se numa configuração que corresponde, genericamente, à primeira dinastia a casa se afirma como Torre com seu recinto, a que se poderá ter associado algum elemento que permita as atividades do quotidiano, é com o início da segunda dinastia que a Casa Nobre se afirma com outras ambições. Por um lado, as habitações do rei implicam a adoção de modelos mais sofisticados de caracterização espacial, na diversidade das suas atividades de corte; por outro, a adoção de regras de etiqueta das cortes europeias, impõem esquemas espaciais de maior sofisticação na articulação entre espaços e conforto.”<sup>27</sup>*

---

<sup>26</sup> AZEVEDO, 1969, p.37-38

<sup>27</sup> PROVIDÊNCIA, 2014, p. 729

Se num primeiro momento, logo após a reconquista de Portugal e dada a necessidade de uma maior segurança e estabilidade, a habitação senhorial adotava/aparentava um carácter muito mais militar e defensivo, e representava *a nota austera da vida caseira da Idade Média*<sup>28</sup>, muito ligada ao domínio e salvaguarda de um território, ao lugar da sua implantação. Agora, *fruto do avanço que se operou* desde o século XVI *até ao século XVIII*<sup>29</sup> e do período de descoberta em que se vivia, fosse para o rei ou para o nobre senhor, as casas de morada da nobreza portuguesa – os paços – precisavam agora de ostentar, no aparato da sua afirmação arquitetónica, a comodidade e o luxo arquitetónico e decorativo que até aí haviam sido, de modo geral, ignorados e considerados sem importância.

*“(...) as «casas» pouco ou nada compartimentadas, pouco arejadas e iluminadas, onde a família inteira vivia e convivia, por vezes com animais à mistura, e cujo interior se trocava de bom grado pelo ar livre, foram dando paulatinamente lugar a casas um pouco mais complexas, mais divididas, com câmaras para dormir, «tendas» para trabalhar, cozinhas, etc. As vidraças apareceram nas janelas, permitindo uma melhor iluminação e isolamento das divisões (...).”<sup>30</sup>* É sobretudo, a partir de meados do século XVI, que, um pouco por todo o país, se começam a construir e erguer estes novos paços, bem como a reconstruir e ampliar os antigos, reaproveitando as velhas torres *orgulhosamente solitárias no meio dos solares que identificavam* às quais se acoplaram alas laterais com mais divisões e dotadas de elementos decorativos mais ao sabor do tempo.

Nesta nova geração de paços, para além de se observar uma maior preocupação com o conforto de quem lá residia, no que se refere ao aumento dos espaços e à multiplicação das divisões devido à distinção hierárquica entre os espaços sociais e privados da habitação, é de notar uma maior abertura face ao exterior, através dos jardins e de mais espaço aberto. Esta regista-se não só por uma maior abertura de janelas e portas na fachada dos edifícios, abandonando-se as estreitas seteiras para se adotarem janelas mais largas, de maiores dimensões, mas também pela construção de sacadas, varandas, balcões ou até pelas janelas de assento - criadas com a intenção de uma maior e melhor contemplação do espaço exterior privado e público. Assim como pela criação de pátios pelo interior e exterior do paço juntamente com os grandes jardins, decorados, onde à água, tendencialmente, se associa um papel estruturante na composição deste. Há um aproveitar-se do espaço aberto envolvente como uma extensão da própria casa através de sombreados, jardins, arvoredos e lagos, permitindo um

---

<sup>28</sup>AZEVEDO, 1969, p. 15

<sup>29</sup>Ibidem, p. 15

<sup>30</sup>SERRÃO; MARQUES, 1998, p. 125

maior requinte da decoração que se reflete nas imponentes e ricas fachadas. *No caso das habitações de maior prestígio podia haver ainda um oratório privado no interior da habitação ou de uma ermida ou capela, implantada nas imediações do paço,*<sup>31</sup> quase sempre, contígua ao edifício principal.

*“A linhagem tornava-se quase imperceptivelmente uma referência mais remota e menos nítida do que as realidades institucionais e patrimoniais que se foram sedimentando e estabilizando. Digamos que a representação do ser, de natureza “genética” e medieval, se diluía face ao ter, de carácter patrimonial e “moderno”. Deste modo, as casas nobiliárquicas ganhavam forma como realidades materiais e afirmavam-se como entidades institucionais, na sua relação com os pares e com a própria Coroa. E então, sim, na Época Moderna, a casa também na sua acepção física, habitacional passou a constituir uma marca de prestígio, com um valor material, mas também simbólico, e com um peso acrescido no sistema identitário e de auto-representação da nobreza.”*<sup>32</sup>



Fig.8 [Fotografia]

**O conjunto edificado da Torre de Dornelas**

<sup>31</sup> BARROCA, 1989, p.24

<sup>32</sup> VASCONCELOS E SOUSA, 2011, p.33

Pode-se então dizer que a residência senhorial obedece a esquemas tipológicos variáveis de acordo com o contexto temporal, cultural e histórico, a par de, diferentes opções de construção por parte dos mestres construtores ou dos encomendadores. Por conseguinte e apresentando uma grande singularidade, a torre, consegue refletir, através das diversas transformações a que foi sujeita ao longo dos tempos, não só o estilo de vida como a evolução da sociedade. Deste modo e encadeada com a residência senhorial fortificada, pelo seu início construtivo como torre, e inserida em todo um mesmo contexto histórico avulta-se a Torre de Dornelas como tema basilar da presente investigação.

A Torre de Dornelas, e respetivo conjunto edificado, localiza-se no lugar de Outeiro, freguesia de (S. Salvador de) Dornelas, concelho de Amares. Foi mandada edificar, em meados da segunda metade do século XIII ou inícios do século XIV, por uma família nobre que neste século se encontrava em plena fase de ascensão social e ao qual o topónimo<sup>33</sup> Ornellas deu o nome à linhagem, D'Ornellas.

No princípio, o paço não apresentava mais que uma torre pétreia, de planta quadrangular, composta, por possíveis anexos laterais destinados a prolongar e suportar o espaço de residência. *Á posteriori*, passou a solar residencial, seiscentista, efetuando-se uma profunda transformação da sua organização e imagem na época moderna, da qual se destacam duas grandes intervenções: uma no século XVII e outra pelo início do século XVIII. A torre, único testemunho da residência medieval, foi conservada intacta como símbolo de prestígio e de nobilidade e, em torno dela, adotando uma estrutura de casa-pátio com um grande terreiro retangular foram-se desenvolvendo em seu redor novos edifícios. Na atualidade, é uma quinta agrícola composta por diversas casas agrícolas, nomeadamente um palheiro, um espigueiro, um silo e inúmeras vacarias e capoeiras, a capela, o corpo residencial e a torre, tudo isto em redor do pátio encerrado. (fig.9)

---

<sup>33</sup> A palavra topónimo refere-se a um nome geográfico próprio de uma região, cidade, vila, povoação, lugar, rio, logradouro público, etc. Ou à origem de um nome geográfico.



Fig.9 [Imagem]

**Mapa da Província de Entre Douro e Minho**  
(em que o **ponto vermelho** representa a localização, aproximada, da freguesia de Dornelas)

## DO LUGAR

Para um melhor enquadramento do conjunto edificado da Torre de Dornelas no seu contexto geográfico tornou-se pertinente, primeiramente, direcionar o nosso olhar à região de Entre Douro e Minho, marcada pela forte presença senhorial, e desta partir para uma aproximação mais específica ao lugar do Outeiro, situado na freguesia de Dornelas, em Amares.

A região de Entre Douro e Minho *outrora província* (fig.9), do Noroeste de Portugal, abrange os, atuais, distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto e parte dos distritos de Aveiro, Viseu e Vila Real. Apresentava um tipo de povoamento rural, situado entre o disperso generalizado e um ou outro ponto de concentração populacional, inseridos ao longo de diversas vias principais e secundárias de circulação. *O território mais populoso do país é, portanto, um formigueiro de gente que se movimenta em todas as direções, comunica frequentemente entre si, (...), e se organiza em torno de centros mais densos e por isso mesmo mais dinâmicos.*<sup>34</sup>

Trata-se de uma região fortemente acidentada, protegida a leste pelas altitudes das serras da Peneda, Laboreiro, Gerês, Cabreira, Marão, Montemuro e Gralheira, que desde a sua costa, numa totalidade de cerca de 80km, apresenta povoados, invariavelmente, entrecortados por inúmeros cursos de água, os vales dos rios Minho, Lima, Cávado, Ave, Sousa, Tâmega, Douro e Vouga, podendo estes, em alguns casos, associarem-se aos seus afluentes principais para formarem zonas mesopotâmicas perto das suas confluências, como o caso de Entre Homem e Cávado – onde de facto se encontram terrenos especialmente fecundos. *É neles que a vida agrícola, industrial e comercial se desenvolve com maior intensidade. Sobre elas pousam, ordinariamente, à beira-rio, os grandes povoados. E pontoando-as com uma nota de elegância evocadora de tempos idos, erguem-se aqui e além as casas solarengas, testemunhos irrecusáveis duma nobreza que passou.*<sup>35</sup>

Pela sua natureza montanhosa bem definida, evidenciada quer pelos vales dos rios, quer pelos píncaros e desfiladeiros das suas serras, crê-se que terá sido um dos refúgios mais seguros dos cristãos logo após a invasão moirisca, pois as condições altimétricas do relevo permitiam uma melhor adaptação ao “habitat” defensivo, entre a floresta e os cursos de água. Como tal, diz-se ter sido a primeira porção de território ocidental da Península Ibérica arrancada ao domínio árabe e que permitiu o lançar dos alicerces da independência portugalense. (...) *ao norte do Douro não houve mais lutas.*

---

<sup>34</sup>MATTOSO, 1985, p. 94

<sup>35</sup>MONTEIRO, 1929, p. 11





*Nobres e plebeus puderam de boa hora, numa tranqüilidade quasi absoluta (...) lançar-se ao trabalho útil e fecundo. Assim se fixou, num solo ubérrimo, a mais antiga aristocracia de Portugal, (...), e da qual restam apenas, como relíquias de uma época magnífica; êsses vetustos solares (...) e algumas raras tôrres de menagem, hirtas e majestosas, como protestos mudos do passado.*<sup>36</sup>

O território de Entre Douro e Minho é assim considerado, por tanto *no século XIII, como no século XIV, ser a região originária da nobreza, ou seja, aquela onde a maioria dos fidalgos tinha ainda os seus solares, e cuja memória se perpetuava através dos seus nomes, derivados de lugares onde possuíam grandes honras, (...)*<sup>37</sup> *não perde, todavia, a aura como região das origens e tradições familiares; ficando-lhe para sempre associado o prestígio de guardar o património simbólico (...). Esta região passa então a ser o lugar por excelência da pequena nobreza rural agarrada ao solar e à honra, mantenedora do regime senhorial e das antigas formas de exploração da terra (...).*<sup>38</sup>

*Seis cidades, trinta e quatro vilas cabeças de concelho e mil cento e cinqüenta freguezias rurais povoam a região.*<sup>39</sup> E é pela cidade de Braga que se encontra a vila, concelho, de Amares – cabeça do antigo concelho de Entre Homem e Cávado, com Carta de Foral<sup>40</sup> concedida pelo rei D. Manuel I em 1514. Este trata-se de um dos vários concelhos pertencentes à outrora província de Entre Douro e Minho, cujas heranças de uma arquitetura militar e civil românica medieval se apresentam e centram na utilização do granito como principal material construtivo, como se pode observar pelo edificado assinalado na carta topográfica do concelho de Amares. (fig. 10) É aqui que se descobre a freguesia de (São Salvador de) Dornelas. Fica esta freguesia a, aproximadamente, 3km do centro de Amares, a 15km do centro de Vila Verde e a 20km do centro de Braga, alguns dos centros populacionais mais próximos e pertinentes.

---

<sup>36</sup> MONTEIRO, 1929, p.11

<sup>37</sup> MATTOSO, 1980, p. 295

<sup>38</sup> Ibidem, p. 310

<sup>39</sup> MONTEIRO, 1929, p. 17

<sup>40</sup> Carta de Foral – documento que autorizava uma localidade a tornar-se concelho, definindo-se nele a dimensão e os privilégios a que o território estava sujeito. Somente o rei atribuía uma carta de foral e quando o fazia era como um reconhecimento pelo esforço da localidade na construção do país, nomeadamente com a participação ativa nas guerras de reconquista do território aos mouros. As cartas de foral foram entregues entre o século XII e o século XVI.

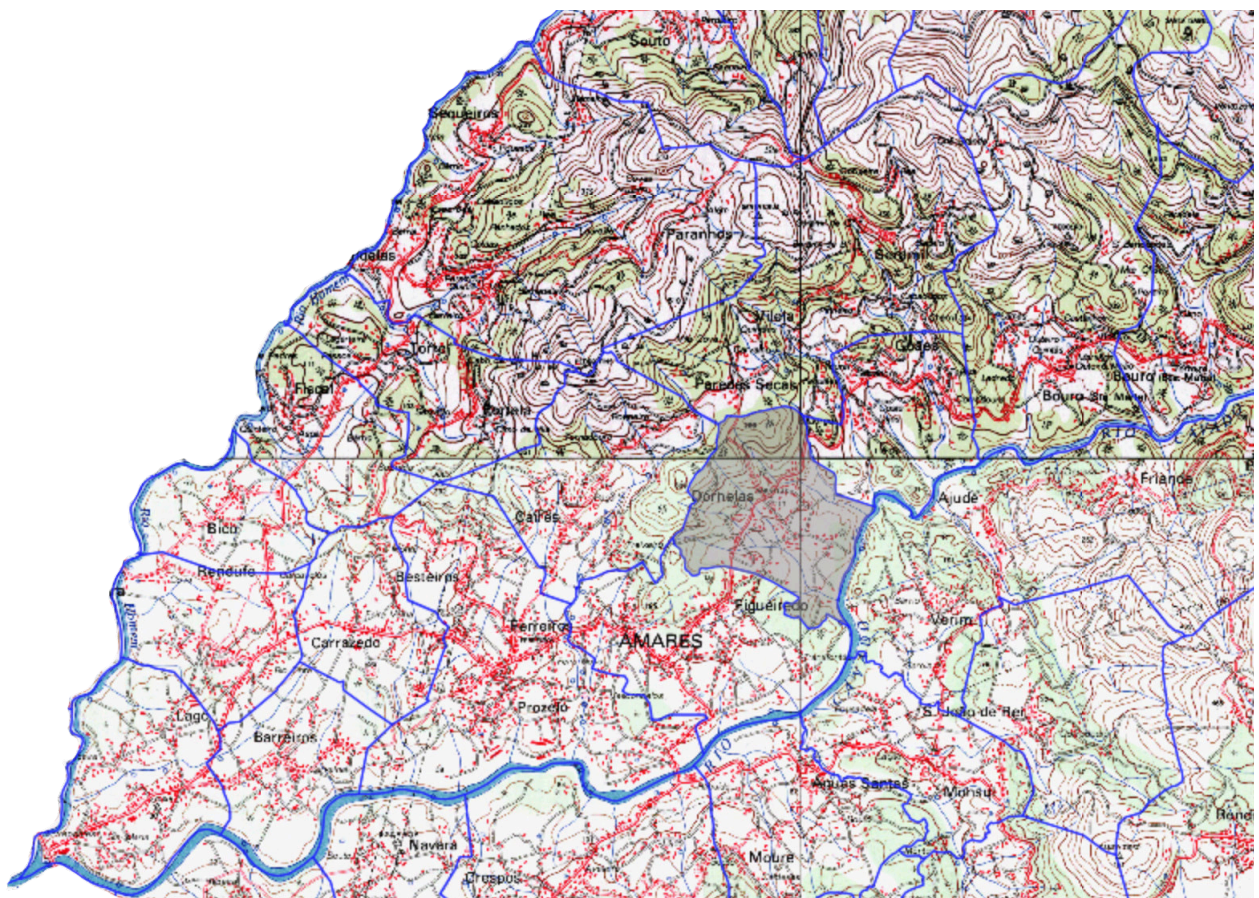


Fig.12 [Imagem]

**Divisão de Amares em freguesias, destacando-se a freguesia de Dornelas**

Dornelas é uma das 24 freguesias pertencentes ao concelho de Amares, e está delimitada a sudoeste pela freguesia de Amares e Figueiredo, a noroeste por Caires, a norte pela junção das freguesias de Vilela, Serramil e Paredes Soltas, a nordeste por Goães e a sudeste pelas margens do rio Cávado, através do qual faz fronteira com o concelho de Póvoa de Lanhoso. (fig.12) Ocupando um território bastante acidentado *não está esta freguesina situada em serra como fica dito, mas sim na margem direita do rio Cávado, que a banha pella parte do Sul, tendo pela do poente hum monte de Santiago. He monte bastantemente alto e nelle tem principio a bem celebrada estrada da Geira fabricada pellos Romanos, pella qual se servião da cidade de Braga pera a de Roma*<sup>41</sup>, como atestam os 35 marcos miliários da antiga via romana. A geira denomina-se de Via Nova e refere-se a uma via romana de, aproximadamente, 318km que procurava ligar Bracara Augusta a Asturia Augusta, atuais cidades de Braga e Astorga

Atualmente, quando se observa o vale em que a freguesia se insere verifica-se um maior parcelamento territorial, onde a unidade agrícola se faz acompanhar pela casa rural e vice-versa. Devido a isto são inúmeras as infraestruturas viárias que surgem entre os campos. Contudo e apesar do impacto das recentes ações de urbanização, sofridas ao longo dos últimos anos, extensas áreas de cultivo continuam a caracterizar o vale em que a freguesia assenta, refletindo desta forma o caráter rural da mesma. Facto é que a população que reside, e trabalha, em Dornelas vive, essencialmente, da agricultura, muito marcada pelas vastas áreas de cultivo de milho e vinhas, mas também pelas pequenas hortas próprias e inúmeros pomares de laranjeiras. *Os frutos que se colhem nesta freguesia hé milho, centeio, vinho, e azeite e algum trigo. (...) Tambem produz castanhas e boa fruta de espinho (...).*<sup>42</sup>

É então *n'esta freguezia*, mais precisamente no lugar de Outeiro que se encontra *a antiga torre (...) solar dos Dornellas, ou Ornellas. Foi dos Francos, que consta descenderem da casa real de França. Chama-se a torre do Outeiro. (...) A torre é quadrada e tem uns 14 metros de altura, já não tem ameias. Tem uma boa quinta anexa. Os caseiros pagam a esta torre, annualmente, 15 varas de bragal.* E é perto desta que *passa a via militar romana. Ainda ha vestígios d'ella, e o seu leito é aqui o de uma estrada, bastante concorrida, e que ainda conserva o antiqúissimo nome de Geira.*<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> SILVA, 1985, p. 80-83

<sup>42</sup> Ibidem, p. 81-82

<sup>43</sup> LEAL, 1874, p. 479

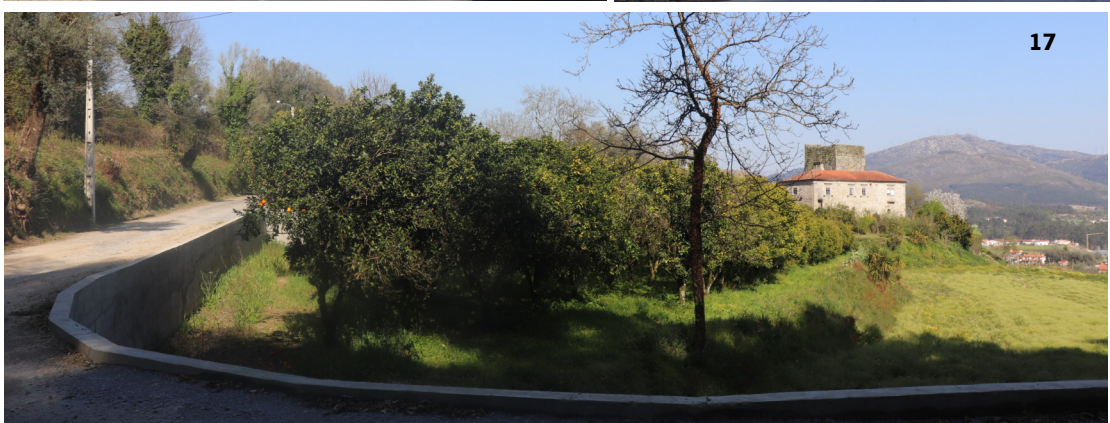


Fig.13-17 [Fotografias]  
**Aproximação ao conjunto edificado da Torre de Dornelas**

## DO CONJUNTO EDIFICADO

### DA LOCALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO

Como acontece com a grande maioria das torres senhoriais, a Torre de Dornelas encontra-se em posição de esporão no vale, erguendo-se sobre um afloramento granítico, um outeiro<sup>44</sup>, a uma altitude de 130 metros. Entre campos de cultivo, *bordejados de laranjeiras*<sup>45</sup> - numa área de exploração agrícola onde a maioria dos terrenos férteis são aproveitados para a plantação de árvores de fruto e produtos hortícolas para consumo próprio ou para venda (fig.13) - a torre usufrui de uma ampla vista sobre o vale e sua envolvente próxima. (fig.14) Esta localização privilegiada e estratégica, com um campo de visão de praticamente 360 graus, permitiu aos seus senhores um melhor domínio e defesa do território, quer no que toca a controlar o território e a forma como este estava a ser explorado pelos caseiros, quer de modo a conter e a defender-se de possíveis ataques inimigos.

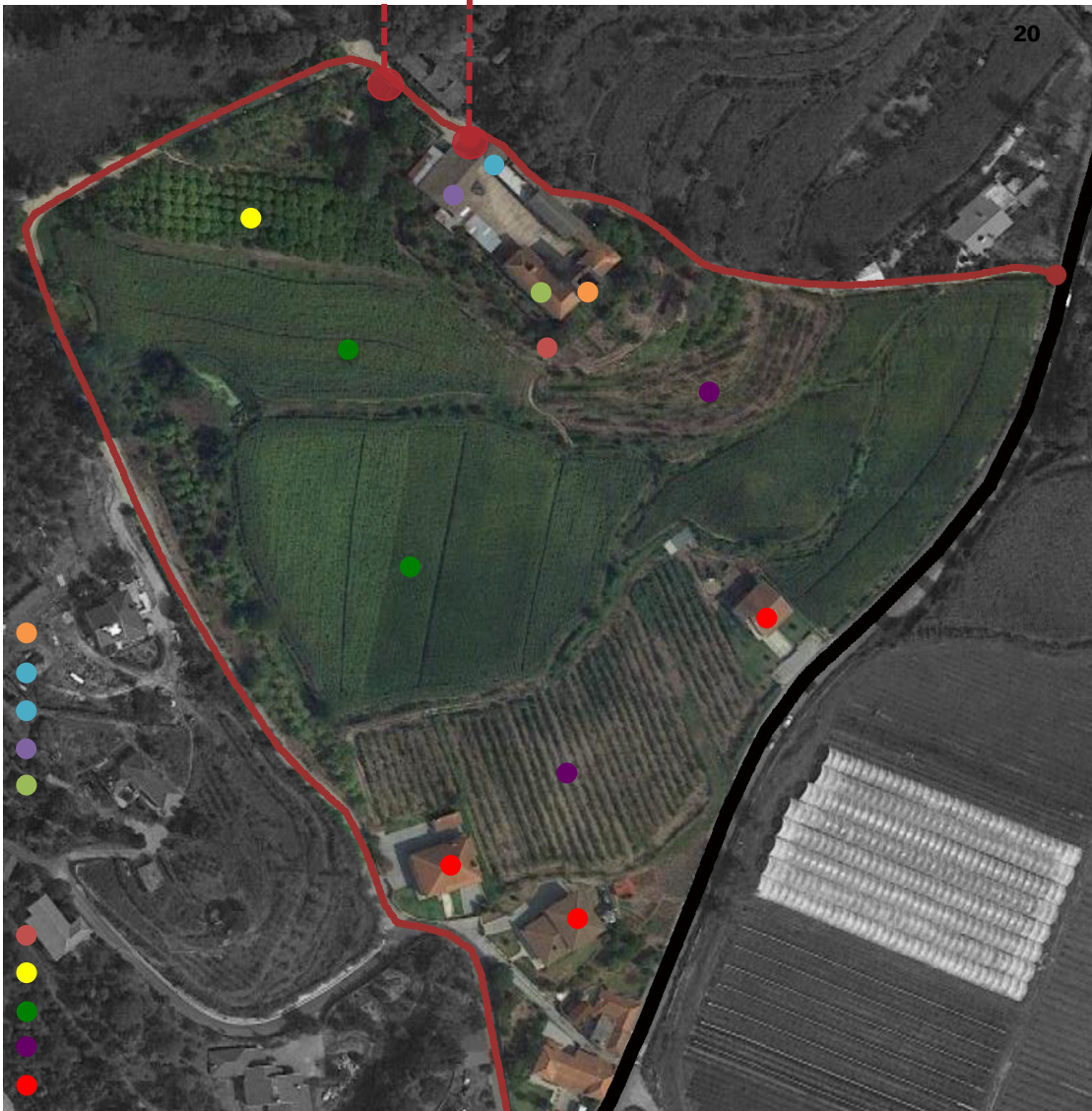
Surge, como um marco na paisagem, quando se faz o percurso da estrada N308 no sentido de Dornelas para Goães. (fig.15) E é face à mesma que, um pouco mais à frente se encontra o portal sobrepujado por pináculos, de 1720 (fig.16), outrora quiçá principal ligação e entrada no conjunto, mas que por agora se esconde, parcialmente, no cenário, tal como acontece com o atual acesso, que de estreita passagem, imperceptível aos olhares mais desatentos, conduz ao conjunto edificado da Torre de Dornelas.

Numa primeira fase de aproximação ao edificado, de caminho estreito e um pouco íngreme, vamo-nos deparando com dispares pontos de vista do edifício, por efeito da sua implantação e inserção no meio das árvores de fruto, apresentando-se como âmagos a torre medieval. (fig.17)

---

<sup>44</sup>O facto de a Torre de Dornelas estar assente e inserida num outeiro – pequena elevação de terreno ou afloramento rochoso - faz com que, muitas vezes, ao longo da documentação existente esta seja encontrada denominada ou conhecida por Torre do Outeiro, Quinta ou Quintã do Outeiro e até por Torre de Dornelas e Casa do Outeiro. Podendo, durante o presente trabalho de investigação, recorrer-se às várias denominações para se referir ao caso de estudo.

<sup>45</sup> [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6963](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6963)



**EDIFICADO**

- torre de Dornelas ●
- capela ●
- portal brasonado ●
- corpo seiscentista ●
- volume residencial ●
- anexos agrícolas

**ESPAÇO EXTERIOR**

- jardins ●
- zona de pomar ●
- cultivo vinícola ●
- cultivo de milho ●
- novas habitações ●

Fig.18-20 [Fotografias]

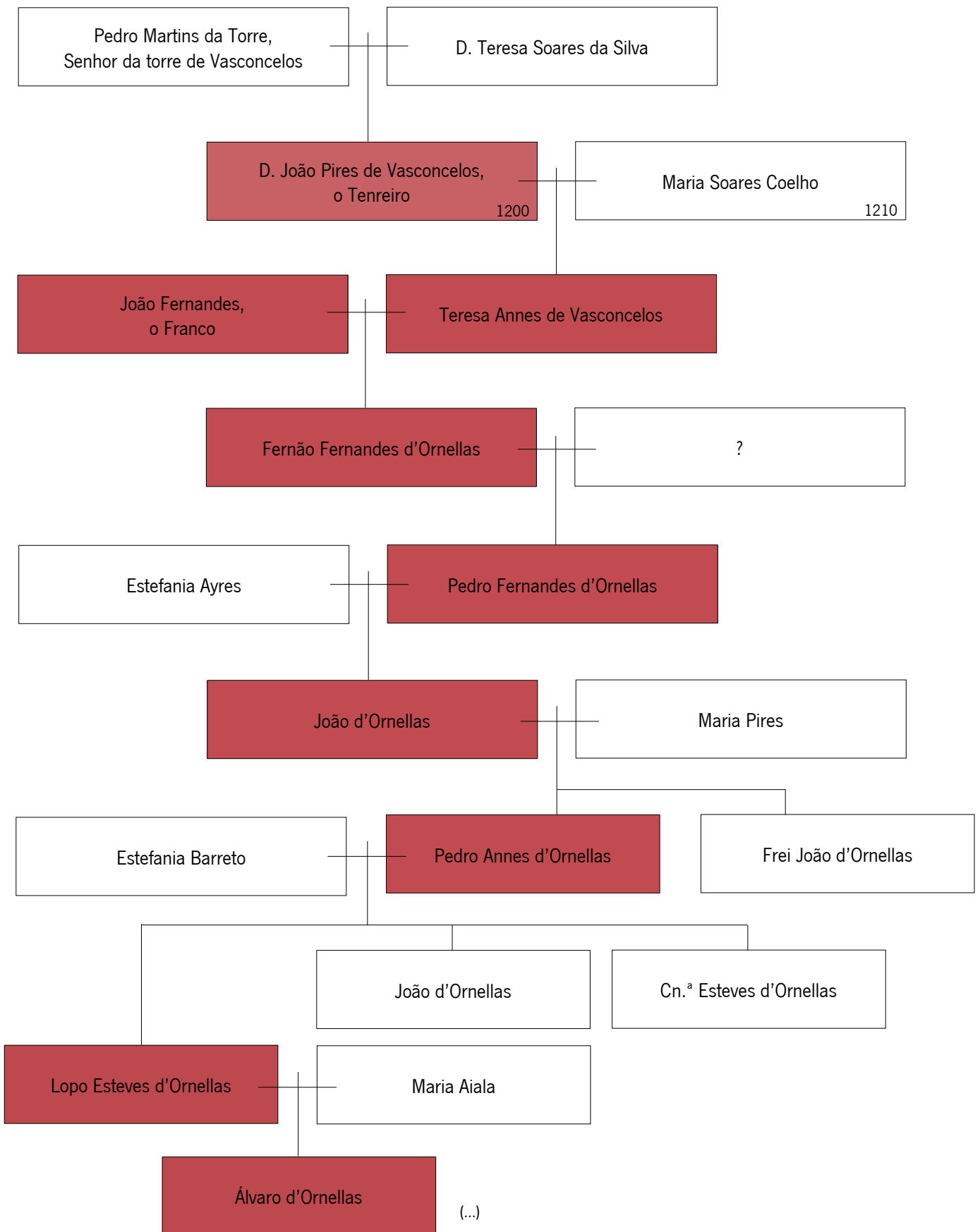
**Aproximação ao conjunto edificado da Torre de Dornelas  
(a preto a N308 e a vermelho o percurso possível pelo conjunto edificado)**

Paralelamente ao caminho vão-se então descobrindo os campos de cultivo, os pomares e, já mais próximo do edificado, a zona de criação de porcos pretos. À chegada é se então como que convidado a parar e apreciar o momento nesta espécie de adro existente. A capela (fig.18), consagrada a São Francisco atentando-se pela decoração presente na fachada, e o brasão de armas presente no portal de entrada (fig.19), são assim as primeiras construções visíveis aquando à entrada do conjunto.

O conjunto edificado é assim composto não só pela torre de Dornelas como também pela capela e portal brasonado, pelo corpo seiscentista, pelo volume residencial, anexo à torre, e ainda por diversos anexos agrícolas, espalhados pelo edificado inclusive nos pisos térreos dos volumes construídos. Entre estes podem-se encontrar um espigueiro, uma espécie de sequeiro, um palheiro, um silo e inúmeras capoeiras e vacarias, tudo isto disperso em redor do pátio/terreiro encerrado. (fig.20) Deste modo, ao observar-se a sua implantação em forma de O, percebe-se que o conjunto ao encerrar-se para o pátio fecha-se também para a paisagem envolvente. Sendo só nos pisos superiores que se descobre esta relação de vista privilegiada com e sobre a natureza, tanto pelas diversas aberturas, janelas ou portas, presentes nos edifícios como também pelo terraço/eira existente num anexo.

A propriedade, em seu redor, vê-se envolvida por manchas verdes e agrícolas, que acentuam a paisagem rural em que está inserida. Assente num terreno ligeiramente inclinado, o edificado procura assim prolongar-se para o exterior através de plataformas em socalco, que resultam da modificação e artificialização do solo. Deste modo e como forma de vencer o declive do terreno, estas são sustentadas por muros de suporte e vão contendo, entre si, espaços exteriores com diferentes ambiências, dependendo do uso que lhes é dado. Atualmente, em seu redor, existem jardins, zonas de pomar, diversas áreas de cultivo agrícola, vinícola e de milho, de pasto para os animais – as vacas e os porcos, e até as novas habitações de família que, nos últimos anos, se foram construindo na periferia do terreno. (fig.20)

## Linhagem D'ORNELLAS





## **DOS PROPRIETÁRIOS E BRASÃO**

*“Entre os séculos XIII e XV define-se ou sistematiza-se um conjunto de elementos que contribuem para o reforço da identidade nobiliárquica em Portugal. Tais elementos são, simultaneamente, componentes centrais da representação que a nobreza constrói de si própria e da memória que pretende transmitir para a posteridade.(...) Um dos elementos identitários mais importantes, em termos individuais mas sobretudo em termos de linhagem, foi desde logo, o nome. Nome próprio, de baptismo, mas também o «nome de família»”<sup>46</sup>*

A referência mais antiga, encontrada, da Torre de Dornelas surge em 1258, nas Inquirições Gerais<sup>47</sup>, citando-se a existência de uma torre numa quinta<sup>48</sup> da freguesia de Dornelas e que pertencia a homens fidalgos - *a hi hua quyntãa que chamam a Torre e foy d’homeens filhos d’algo*<sup>49</sup>.

A ela começam por associar-se os membros de uma família nobre portuguesa que surge no século XIII, tendo entrado na posse de João Fernandes, o Franco, como dote de casamento quando este desposou Teresa Annes de Vasconcelos, filha de João Pires de Vasconcelos, o Tenreiro. *“A Honra de Dornelas, que foi solar de origem desta família, deve ter entrado na posse de João Fernandes, o Franco, como dote de casamento quando este desposou a filha de João Pires de Vasconcelos, o Tenreiro. Nela, em meados da segunda metade do século XIII, mandaria erguer uma torre pétrea, de planta quadrangular, que é, hoje, o único testamento da residência senhorial mediévíca.”*<sup>50</sup>

Presume-se então ter sido Fernão Fernandes de Ornellas, filho de ambos, casado com uma filha de Domingos Anes Mouro, o primeiro a utilizar o nome d’Ornellas e por sua vez o primeiro proprietário oficial da torre.

---

<sup>46</sup>VASCONCELOS E SOUSA, 2011, p. 27

<sup>47</sup>As Inquirições Gerais de 1258 foram promovidas por D. Afonso III e procuravam fazer o levantamento da propriedade régia e dos direitos devidos à coroa numa área que abrangia a maior parte do território situado a norte do rio Douro e a uma parte considerável da Beira Alta e da Beira Litoral. (baseado em PIZARRO, 2011, p.88)

<sup>48</sup>Quintã –propriedade rural com terreno de cultivo de horta e árvores de fruto, murado ou cercado de sebes, que geralmente tem casa de habitação anexa.

<sup>49</sup>PIZARRO, 2011, p. 102

<sup>50</sup>BARROCA, 1989, p. 44

fua caſpa diſte q' forz fua deſpo deſtri dom' S'aucho eio de ſte r'p  
 ſe. p' ſe na ſſe p' ſua de t'uaa ha caſpa de caual'yo ou de dona  
 q' ſe de ſſe p' p' hon'ra diſte q' no. ſe. p' ſe em pan ſaluada  
 de caual'os ha caſpa de caual'yo ou de dona q' ſe de ſſe p' hon'  
 pa. diſte q' ha diſtas q' uenta q' ch'ama caual'os e h'uaa he  
 de q' l' caſpa deſtri de ſe aua r'p. ſe. p' ſe hon'ra. ſe. p' q'  
 ſe. hon'ra de longe. ſe. p' q' eſte caſpa he caſpa p' q'  
 ſe. p' ſe p' de longe. p' p' q' ſe p' caſpa deſtri q' no  
 ſe. p' ſe p' em eide aſte aduadua diſte q' no.

D'ouos. m'p' de t'uaa  
 Joham. d'p.  
 D'ouos. p' de lego.  
 D'ouos. Joham.  
 D'ouos. d'p' de t'uaa. p'  
 S' d'p'.  
 D'ouos. d'p' de pan. d'p'.  
 D'ep. ſilueſtre.

**Part. ſcñ ſaluatoris. de tornelas**

ep. eſte. de tornelas. J'apad. ſe. p' em eſta ſſe p' ſua de.  
 tornelas ha caſpa de caual'yo ou de dona q' ſe de ſſe p' hon'ra  
 diſte q' ha h'uaa q' uenta q' ch'ama tornelas q' ſe de ſſe p'  
 ſſe. ſe. p' q' uenta p' hon'ra de ſe diſtas. ſe. p' q' ou  
 uenta q' ſe de longe. p'. ſe. p' q' ha uenta  
 q' ch'ama caſpa. diſte q' he caſpa de p'p' tornelas. ſe. p' q'  
 ou. q' uenta p' hon'ra de ſe p' em eſte caſpa.

D'ouos.

ſe. p' q' ha h'uaa q' uenta q' ch'ama caſpa. ſe. p' q' hon'ra ſilueſtre  
 deſtri de p' ſe de uenta. ſe. p' q' hon'ra. ſe. p' q' hon'ra  
 q' de de ſe p' ſe. ſe. p' q' caſpa em h'uaa de ſſe deſtri  
 uadua de tornelas. ſe. p' q' caſpa deſtri hon'ra noua. ſe. p' q'  
 ha uenta. p' ſe ha hon'ra p' uadua diſte q' no hon'ra. ſe. p'  
 ma uenta deſtri m'p' uadua ſilueſtre de ſe. ſe. p' em eſte lo  
 q' ha uenta Joham ſilueſtre de p'p' tornelas. ſe. p' q' no hon'ra  
 q' ch'ama caſpa uadua deſtri de ſe. ſe. p' q' em  
 p'p' deſtri ſilueſtre de p'p' tornelas. ſe. p' q' em eſte lo  
 deſtri p'p' ſilueſtre de p'p' tornelas. ſe. p' q' em eſte lo  
 p'p' ſilueſtre de ſe. ſe. p' q' hon'ra. ſe. p' q' hon'ra  
 ſilueſtre de p'p' em eſte. q' ch'ama caſpa. ſe. p' q' em eſte lo  
 deſtri deſtri de p'p' tornelas. ſe. p' q' hon'ra. ſe. p' q' hon'ra  
 deſtri deſtri de p'p' tornelas. ſe. p' q' em eſte lo  
 m'p' ſilueſtre de p'p' tornelas. ſe. p' q' hon'ra. ſe. p' q' hon'ra  
 p'p' q' no uadua aſte aduadua caſpa alla h'uaa. ſe. p' q' hon'ra  
 p'p' ſilueſtre. ſe. p' q' hon'ra deſtri deſtri deſtri deſtri deſtri  
 deſtri deſtri.

Joham m'p' de tornelas  
 D'ouos. p' de tornelas  
 D'ouos. d'p'.  
 D'ep. ſilueſtre.  
 D'ep. m'p'.

**Julgado de boito.**  
**Conto de boito**

D'ouos.

Fig.21-22 [Fotografias] Páginas do Manuscrito referente às Inquirições de D. Dinis

*“Fernão Frs. d’Ornellas hé a mais antiga pessoa em q podemos certam.<sup>51</sup> começar esta familia: diz o Chronista mòr Fr. Fran.<sup>52</sup> Brandão que do livro q tem em seu poder dos devassos delRei D. Dionis consta privilegiarsella o solar de Ornellas como honra de fidalgos q era ... foi o 1.º q usou deste apellido E por isso damos nelle principio a este tt.º teve f.º segundo parece P.º Frs. d’Ornellas. P.º Frs. d’Ornellas f.º deste foi S.<sup>r</sup> da casa de seu pae delle faz menção o Conde D. P.º”<sup>51</sup>*

Em linha de sucessão terá pertencido a seu único filho, Pedro Fernandes d’Ornellas, pois, nas Inquirições Gerais de 1288 e das Sentenças de 1290<sup>52</sup>, é ele o nobre mencionado a propósito da Torre de Dornelas – *“(...) a hi hua quyntãa que chamam Outeyro e disse que he ora de Pero Dornelas e disse outrossy que a vyou senpre honrradas (sic) quanto som os corpos das casas”<sup>53</sup>*. (fig.21-22) Da sua união com Estefania Ayres nasceu João d’Ornellas – *“f.º 1.º deste foi S.<sup>r</sup> do mesmo Solar, E floreceo em tempo dos Reis D. Dionis, E D. A.º 4.º”<sup>54</sup>* -, que contraiu matrimônio com Maria Pires. Visto que um dos dois filhos do casal, o filho primogénito, foi *Esmoler mor delRei Dô Fernando, E Abb.º de Alcobaça<sup>55</sup>*, Frei João d’Ornellas, a propriedade passou então para seu irmão Pedro Annes d’Ornellas - *P.º Eanes d’Ornellas f.º herdeiro deste: dizem que casou com D. Estefania Barreto de que teve<sup>56</sup> João d’Ornellas, Lopo Esteves d’Ornellas e Cn.º Esteves d’Ornellas.*

A partir deste momento gera-se então um período de incerteza, visto não se saber ao certo nem se ter descoberto informações que ajudem a perceber quem herdou a Honra de Dornelas, uma vez que a partir desta altura a linhagem começa a dispersar-se e espalhar-se um pouco por todo o país, continental e ilhas.

Assim e após extenso intervalo de tempo, de cerca de três séculos, em dúvida descobre-se um novo senhor da Torre de Dornelas, D. Francisco de Sousa Teixeira que, no século XVII, conservando a torre medieval como símbolo de prestígio e nobilidade da família desenvolveu e ergueu em torno desta novos edifícios. Destes permanecem - prova da sua presença como senhor e edificador do solar seiscentista - dois portais com epígrafes gravadas nas padieiras das portas. (fig.23-25)

---

<sup>51</sup>MORAIS, 1943-1948, p. 160

<sup>52</sup>Assim, e depois do avô e do pai, foi a vez de D. Dinis efetuar novos inquéritos. As Inquirições Gerais de 1288, com as respetivas Sentenças, emitidas pelo tribunal régio em 1290, revelam bem melhor que as anteriores, esse carácter fragmentário da propriedade senhorial, uma vez que a intenção primária daquele inquérito foi o de proceder ao levantamento dos bens honrados e isentos de tributação régia, tanto na posse dos senhores laicos como dos eclesiásticos, de forma a melhorar a compreensão da verdadeira dimensão da propriedade nobre e como funcionavam todos esses senhorios em termos jurisdicionais. (baseado em PIZARRO, 2011, p.88-91)

<sup>53</sup>BARROCA, 2014, p. 131

<sup>54</sup>MORAIS, 1943-1948, p. 161

<sup>55</sup>Ibidem, p. 161

<sup>56</sup>Ibidem, p. 161



frco de souza teixra e sua mer  
isabel de olivra mandarão  
fazer estas cazas forão co  
mesadas no anno de 1672+1682



frco de souza teixra mand  
dou fazer esta caza 1672

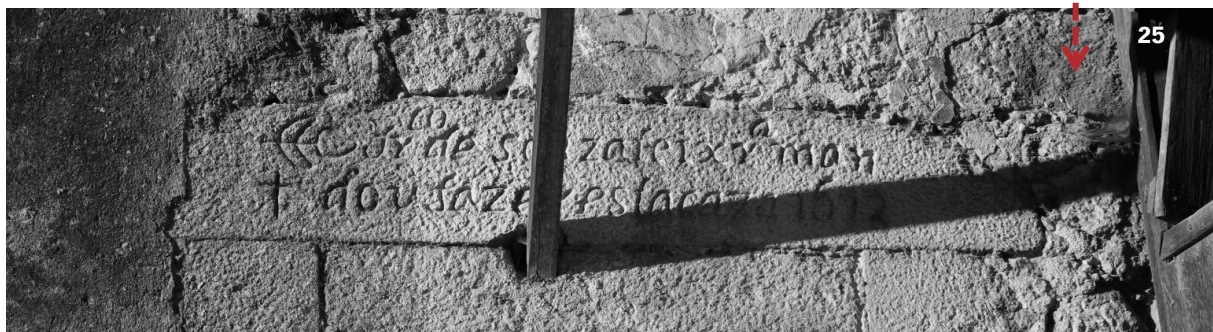
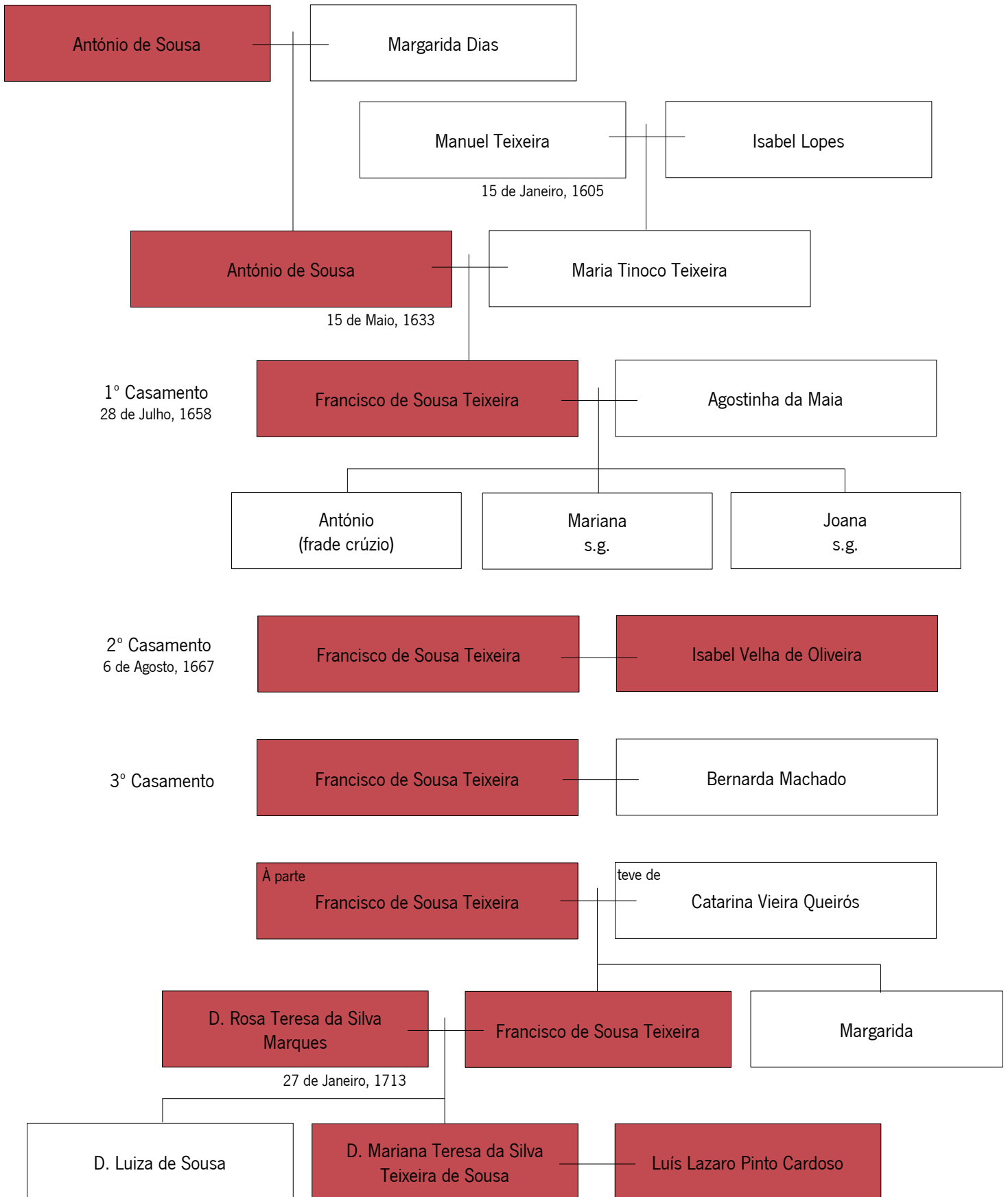


Fig.23-25 [Fotografia]

Os dois portais com epígrafes gravadas nas padieiras das portas

## Linhagem de TEIXEIRA



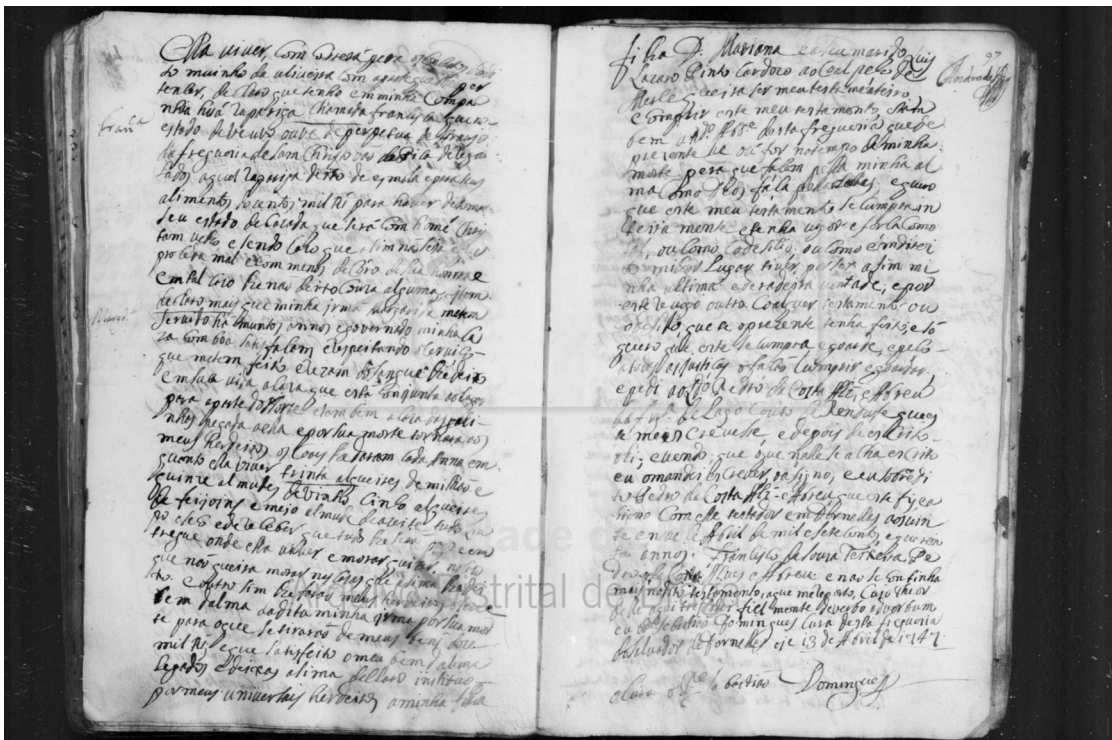
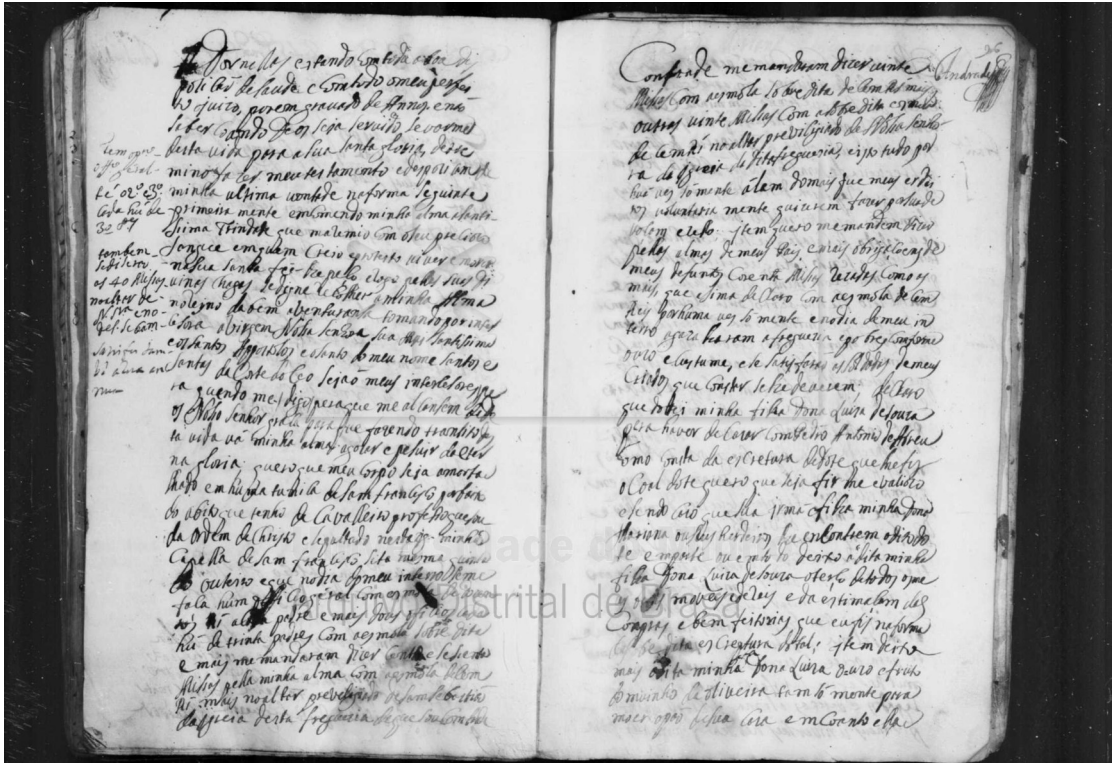


Fig.26-27 [Fotografias]

Manuscrito do Testamento de Francisco de Sousa Teixeira, filho

D. Francisco de Sousa Teixeira, como filho único, herdou a propriedade de seu pai, António de Sousa, e sua mulher Maria Tinoco, sendo que este já a teria herdado de seu pai, António de Sousa e sua mãe Margarida Dias. Esteve casado diversas vezes. Do primeiro casamento com Agostinha da Maia, a 28 de Julho de 1658, nasceram três filhos e todos eles morreram novos e solteiros, não deixando geração. Após a morte de Agostinha da Maia casou com Isabel Velha de Oliveira, a 6 de Agosto de 1667, com a qual mandou edificar a casa primitiva, não existindo filhos conhecidos desta união. Mais tarde desposou Bernarda Machado, com quem esteve casado até falecer a 16 de Outubro de 1718. À parte de Catarina Vieira de Queirós, *solteira, de Dornelas, do lugar da Motrina, teve segundo era fama,*<sup>57</sup> o filho bastardo, Francisco de Sousa Teixeira, herdeiro e sucessor da propriedade e construtor de novas e variadas edificações no conjunto, tais como o novo edifício residencial, a capela e o portão sobrepujado por pináculos, mandando também lavrar a pedra de armas. Sabe-se que durante a sua vida, Francisco de Sousa Teixeira, sempre viveu na propriedade com a sua mulher D. Rosa Teresa da Silva Marques, com quem casou a 27 de Janeiro de 1713, e que aquando da sua morte, em seu testamento, escreveu que deixaria partes da mesma a sua irmã Margarida enquanto esta fosse viva, pois sempre o havia servido e governado a casa, e estabeleceu a sua filha D. Mariana Teresa da Silva Teixeira e Sousa e seu marido Luís Lazaro Pinto Cardozo (fig.26-27) como herdeiros universais do remanescente da herança.

*“(...) Idem declaro mais que minha irmã Margarida me tem servido hé muntos annos e governado minha Cza com boa satisfação e respeitando o serviço que me tem feito e rezam do sangue lhe deixo em sua vida a Caza que está conjunta ao lagar para a parte do Norte e também a Caza das galinhas pegada a ella e por sua morte tornara aos meus herdeiros (...); e que satisfeito o meu bem dalma legados e deixas asima declaro instituo por meus universais herdeiros a minha filha// filha D. Mariana e a seu marido Luis Lazaro Pinto Cardozo (...)”<sup>58</sup>*

---

<sup>57</sup> NÓBREGA, 1973, p. 65

<sup>58</sup> Ibidem, p.66





Como citado pelo Pe. Luís Cardoso no *Diccionario Geographico de Portugal* (fig.26), no tomo XIII das memórias paroquiais de 1758: *“Ha nesta freguezia huma torre, dentro da quinta [do Outeiro] de Luiz Lazaro Pinto Cardozo [fidalgo cavaleiro da Casa Real, administrador do vínculo de Santiago, de Mirandela, etc., casado com D. Mariana Teresa da Silva Teixeira de Sousa, filha e herdeira do Dr. Francisco de Sousa Teixeira e de sua mulher, D. Rosa Teresa da Silva Marques] da Cidade de Braga a cuja torre tem o ditto arimado as suas cazas, he tradição ser do tempo dos Mouros. Não está arruinada, mas sim deminuta na altura que antiguamente teve.”*<sup>59</sup>

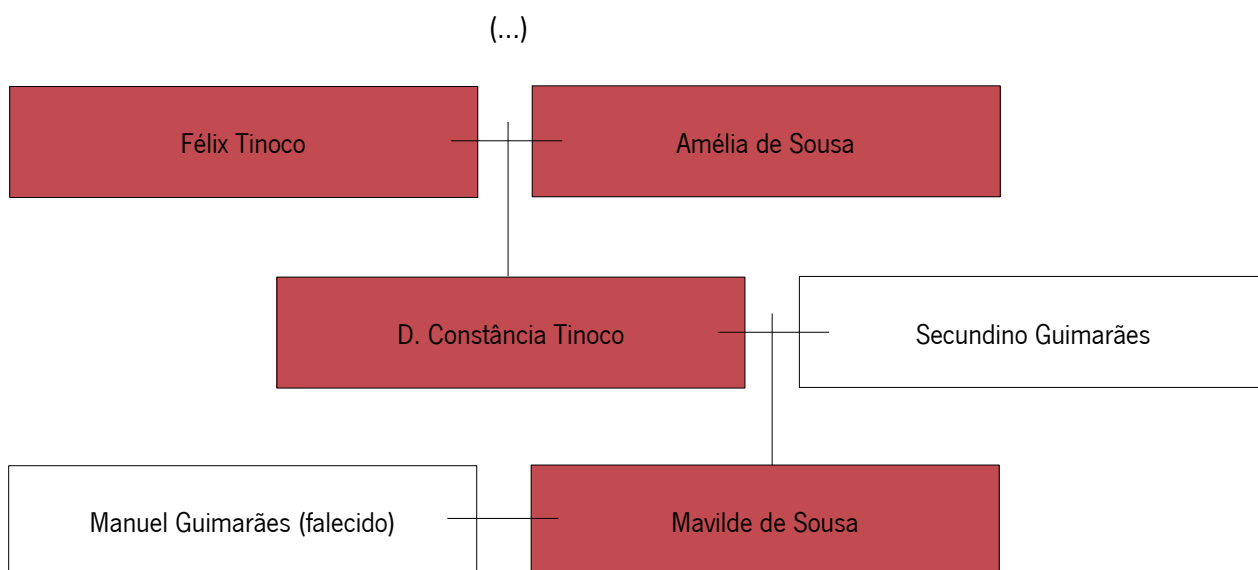
Sabe-se então que a propriedade ainda continuou na família, tendo sido herdada por um dos filhos do casal, *havendo geração (com um ramo que seguiu na Casa do Outeiro)*<sup>60</sup>, mas não se encontrou referência alguma sobre quem foi ou foram esses herdeiros, e novamente se perdeu o rasto do proprietário e consequentemente do conjunto edificado da Torre de Dornelas.

---

<sup>59</sup> NÓBREGA, 1973, p. 67

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 65

## Linhagem da actual proprietária



Passados alguns longos anos, já no século XX, em 1973, volta a encontrar-se nova referência ao conjunto edificado da Torre de Dornelas, desta vez por parte de Artur Vaz-Osório da Nóbrega em *Pedras de Armas e Armas Tumulares*, onde segundo este: “A Casa do Outeiro, que já não pertence à família dos seus antigos senhores, é agora propriedade da Senhora D. Constância da Silva Tinoco Guimarães. Da mesma senhora é propriedade a medieval Torre de Dornelas, pegada à Casa do Outeiro.”<sup>61</sup>

Durante as várias conversas com a actual proprietária, Dona Mavilde de Sousa, descobre-se que Dona Constância Tinoco era sua mãe e que a propriedade já pertence à sua família desde o tempo dos seus avós Félix Tinoco e Amélia de Sousa. Encontrando-se a propriedade sob sua posse e cuidados à pelo menos cinquenta anos.

---

<sup>61</sup> NÓBREGA, 1973, p. 67

## **DOS PROPRIETÁRIOS E BRASÃO**

*“Tão importantes como o nome de família para marcar a identidade e a distinção das linhagens foram as armas heráldicas, verdadeiros símbolos identificadores da nobreza e dos seus elementos.”*<sup>62</sup>

Porém, para além de importante elemento identificador das famílias nobres, o brasão de armas, assume um maior prestígio nas casas senhoriais portuguesas a partir do século XVI, quando se começa a valorizar a fachada exterior e o que ela transmitia a quem a observasse. *Esta cultura de fachada imitativa do senhor reconhecível pelos comportamentos de rua, nasceu no séc. XVI com a instauração do brasão enquanto «sinal exterior de fidalguia» (...) de afirmação, de distinção social e de diferenciação. (...) sinal de autonomia e de individualização: nomeava, diferenciava e separava, como um cartão de identidade.*<sup>63</sup>

A Torre de Dornelas e Casa do Outeiro não foi exceção e por volta de meados da primeira metade do século XVIII - mandado lavrar por Francisco de Sousa Teixeira, o filho - também ela ostenta, em granito, o seu brasão de armas no portão de entrada, com a representação de duas famílias, os Sousa, de Arronche e os Teixeira.

---

<sup>62</sup> VASCONCELOS E SOUSA, 2011, p. 29

<sup>63</sup> ESPÍRITO SANTO, 1980, p.55-56

Como conjunto, o brasão de armas, assenta numa cartela decorativa e é composto pelo escudo francês<sup>64</sup> e pelo elmo<sup>65</sup> aberto, gradeado, posto de perfil à direita, encimado pelo timbre<sup>66</sup> dos Teixeira. Este representado por um leopardo rompante, *um unicórnio rompante ou sainte*<sup>67</sup>. O escudo francês é de composição partida<sup>68</sup> e nele estão representadas as armas dos Sousa, de Arronche e dos Teixeira. As primeiras são esquarteladas, no 1º e 4º surgem as quinas de Portugal *postas em aspa e os sete castelos da bordadura substituídos por torres, e sem o filete em contrabanda*<sup>69</sup> e no 2º e 3º as quadernas de meias luas. Já as armas dos Teixeira, representam-se pela cruz<sup>70</sup> *potenteia e vazia*<sup>71</sup>.



Fig.29 [Fotografia]

**Pedra de armas da Torre de Dornelas e Casa do Outeiro**

<sup>64</sup>Na heráldica, o escudo francês moderno é um tipo de escudo de formato retangular cujos cantos inferiores são arredondados por arcos de círculos com raios de mesmo módulo. Além disso, o centro da parte inferior é munido de uma ponta formada por dois arcos de círculos de mesmo raio.

<sup>65</sup>Os Elmos q também lhe chamão timbres, erão Armas defencivas p cubrir a cabeça, e o pesçoço do Cavaleiro. Esta peça he no Brazão signal de verdadeira cavalaria, e se mete em sima do escudo por seu pro ornato. Distinguem-se pella matéria, pella forma, e pella situação. (...) Os dos Soberanos são abertos. Os dos Senhores grandes são mais, ou menos abertos conforme as suas Jerarchias. Os mais Fidalgos trasem o Elmo fechado: poem-se o Elmo em frente, ou em terso, ou em perfil. Os Soberanos o trasem em frente, e aberto. Os Senhores, e grandes em perfil mas abertos. Os mais Fidalgos em perfil, mas fechados. (GAYO, 1938, p. 36)

<sup>66</sup>O Timbre he hua peça q se poem sobre o escudo digo q se poem sobre o Elmo de q ella he ornato assim como o Elmo o he do escudo: He o Timbre de mayor estima q as Armas, porq podendo os homens de geração humilde ter escudos hão de ser razos e sem Timbre, porq este só se concede a pessoas Principaes e dis Casaneo q p. Alguém poder uzar de Timbre nas suas Armas he necessario tenha algua degnidade allem da Nobresa (GAYO, 1938, p. 34)

<sup>67</sup>NÓBREGA, 1973, p. 64

<sup>68</sup>Partido se forma por hua linha perpendicular q divide o escudo em duas p.ªs. (GAYO, 1938, p. 27)

<sup>69</sup>NÓBREGA, 1973, p. 64

<sup>70</sup>As cruses q vemos em tantas Armas denotão, denotão q se achou em algua crusada contra infieis ou hereges (GAYO, 1938, p. 37)

<sup>71</sup>NÓBREGA, 1973, p. 64

## **SÍNTESE CRONOLÓGICA**

Neste final de capítulo torna-se pertinente para a investigação compilar os dados históricos estudados ao longo do trabalho numa linha síntese cronológica que permite o cruzamento das informações relativas à história dos proprietários e sua árvore geneológica com o enquadramento no devido período histórico a que se referem as vivências e ocupação de cada um, podendo referir-se brevemente as possíveis transformações da casa e campanhas de obras que os mesmos executaram.

Posteriormente, na segunda parte do trabalho, esta juntamente com o levantamento (a apresentar de seguida) vai facilitar a especulação sobre a evolução construtiva do objeto através das diferentes fases construtivas.

**Séc. XIII**

*“(...) deve ter entrado na posse de **João Fernandes, o Franco**, como dote de casamento quando este desposou a filha de João Pires de Vasconcelos, o Tenreiro. Nela, em meados da segunda metade do século XIII, mandaria erguer uma torre pétreo, de planta quadrangular (...)”*

**1258** – Inquirições Gerais

*“a hi hua quyntãa que chamam a Torre (...)”*

**1288** – Inquirições Gerais de 1288 e das Sentenças de 1290

*“a hi hua quyntãa que chamam Outeyro e disse que he ora de Pero Dornelas (...)”*

de **Pedro Fernandes d’Ornellas**

**Séc. XIV**

até **Álvaro d’Ornellas**

Séc. XV

Séc. XVI

**Séc. XVII**

**1672-82**

*“frco de souza teixra e sua mer / isabel de olivra mandarão*

*fazer estas cazas forão co / mesadas no anno de 1672 + 1682”*

de **D. Francisco de Sousa Teixeira**

- solar seiscentista

**Séc. XVIII**

para **Francisco de Sousa Teixeira, filho**

**1720** – portal subjugado por pináculos / capela

solar residencial setecentista

**1758**

*“dentro da quinta de **Luiz Lazaro Pinto Cardozo** (...) casado com **D. Mariana***

***Teresa da Silva Teixeira de Sousa**, filha e herdeira do Dr. Francisco de Sousa Teixeira (...)”*

Séc. XIX

**Séc. XX**

**1973** – **Dona Constância da Silva Tinoco Guimarães**

**Séc. XXI**

**2019** – **Dona Mavilde de Sousa**

## **DO ESTADO ATUAL**

Enquanto, previamente se focou a dissertação em provas mais factuais e históricas, através das várias fontes escritas e visuais encontradas, neste momento pretende-se uma análise mais pormenorizada obtida pela observação dos dados materiais relativos ao conjunto.

Assim, nesta última parte do primeiro capítulo apresenta-se, de forma aprofundada e detalhada, o objeto de estudo: o conjunto edificado da Torre de Dornelas, como ele é atualmente. Para tal reconhecimento do seu estado atual cruzam-se diferentes métodos de levantamento, com o intuito de melhor conhecer e interpretar o edifício visto este ser composto por distintas características. Recorrem-se então a dois tipos de registos: o levantamento arquitetónico (métrico e estratigráfico) e o levantamento fotográfico, ambos efetuados no decorrer da investigação. Tanto um como o outro definem o ponto de partida da investigação. Neste sentido, é a complementariedade entre ambos que juntamente com informações retiradas dos registos escritos e visuais permitirá uma melhor compreensão do edificado e o retirar de conclusões sobre as diversas fases construtivas e programáticas, identificando quais as alterações que correspondem a cada uma dessas fases e produzindo uma narrativa sobre o conjunto desde o seu passado até ao presente.

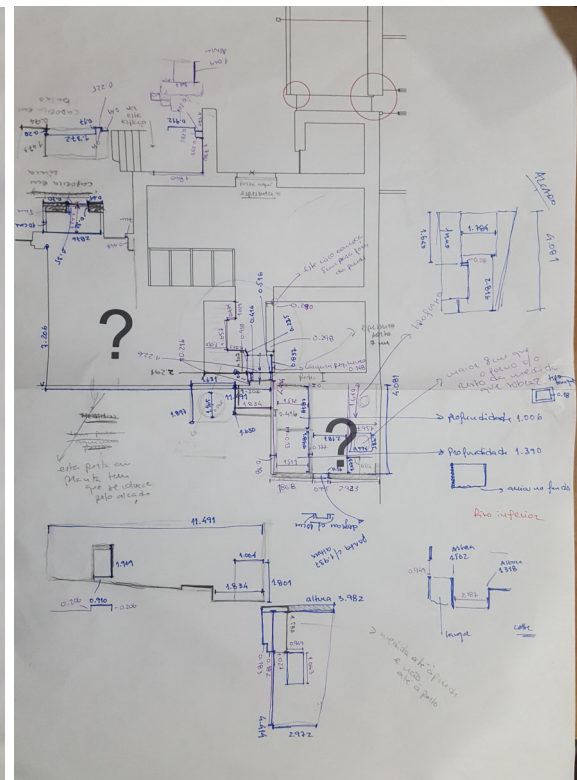
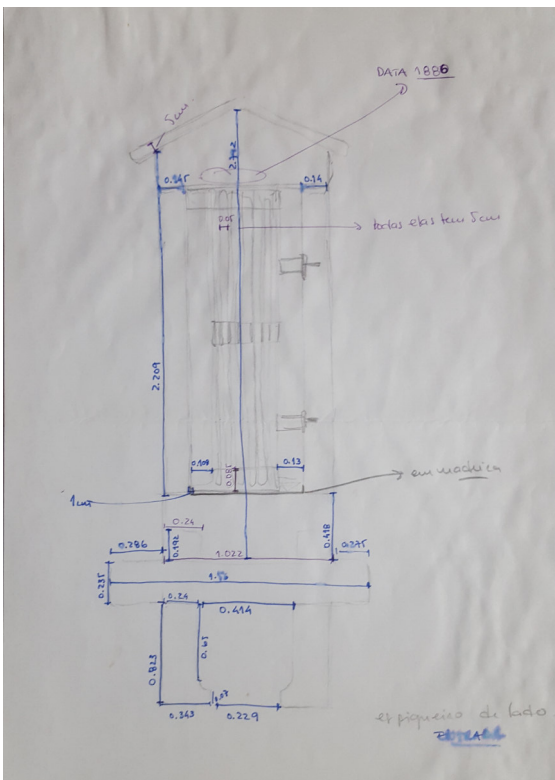
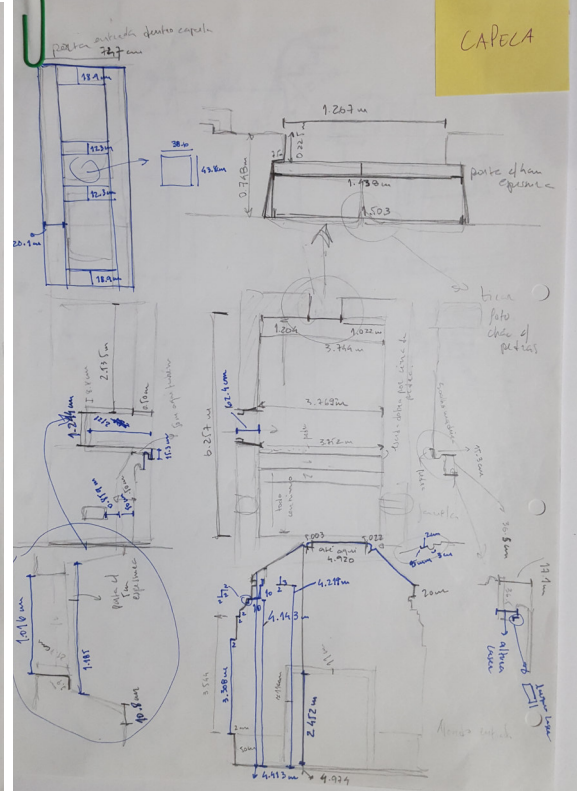
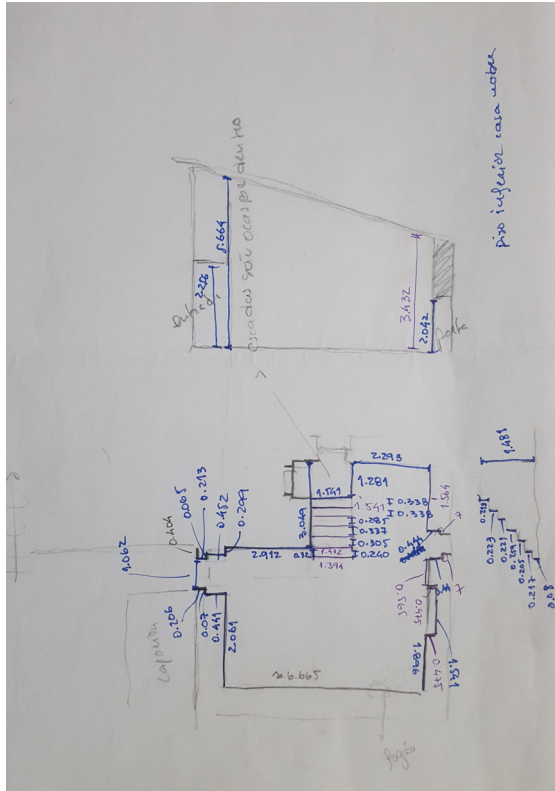


Fig.30 [Montagem] Algumas folhas do levantamento arquitetônico



## LEVANTAMENTO ARQUITETÓNICO

O levantamento métrico do conjunto edificado foi realizado, sempre que possível e não havendo obstáculos de maior dimensão, com recurso ao método de triangulação, tendo como apoio a utilização de várias fitas métricas de diferentes extensões e o uso do distanciometro. Este é composto por cinco secções horizontais, as plantas, e oito secções verticais, os cortes e os alçados, apresentadas por uma questão estrutural do trabalho à escala 1:200. Ainda, de forma a mostrar toda a propriedade atual bem como alguma envolvente próxima, houve a necessidade da realização de uma planta de implantação/localização e de um perfil pelo território à escala 1:2000.

Quanto às plantas, quatro são correspondentes a cada um dos pisos encontrando-se desenhadas segundo um plano de secção horizontal feito a, aproximadamente, 1.50m de altura em relação a cada cota base do piso, de forma a se poderem representar as aberturas (portas e janelas), e uma quinta mostra a totalidade da cobertura do conjunto. Visam mostrar a espacialidade total do conjunto através das várias paredes estruturais que concebem e organizam os espaços interiores, clarificando as diversas formas de viver o objeto construído, mas também e não menos importante a forma como os vários edifícios se juntam e encaixam entre si. As diversas espessuras das paredes, estruturais ou não, podem ainda indicar prováveis alterações efetuadas à morfologia do edificado, de modo a suportar a evolução do conjunto nas suas distintas campanhas construtivas e respetivas opções morfológicas e artísticas.

No que toca às secções verticais: os cortes, quatro, permitem obter um reconhecimento mais profundo do conjunto ampliando dados para a sua análise e interpretação: através da altimetria, da relação entre pisos e destes com a envolvente, bem como a forma e o tipo de tetos e pavimentos existentes. Neste caso adquirem também a função de alçado interior permitindo entender como funciona o pátio. Já os alçados, as outras quatro secções verticais, revelam o aspeto exterior e interior do conjunto edificado, os vãos, as diferenças de linguagem entre as partes que constituem o todo, o tipo de construção e as estereotomias, representativas de cada época construtiva. A representação da estereotomia é realizada com base na sobreposição do levantamento ortofotográfico ao levantamento métrico do construído, de modo a representar de forma mais credível e verdadeira os materiais existentes.

É a partir do cruzamento de informações provenientes das secções horizontais e verticais que se dispõe das condições para proceder à análise mais pormenorizada do objeto em estudo.



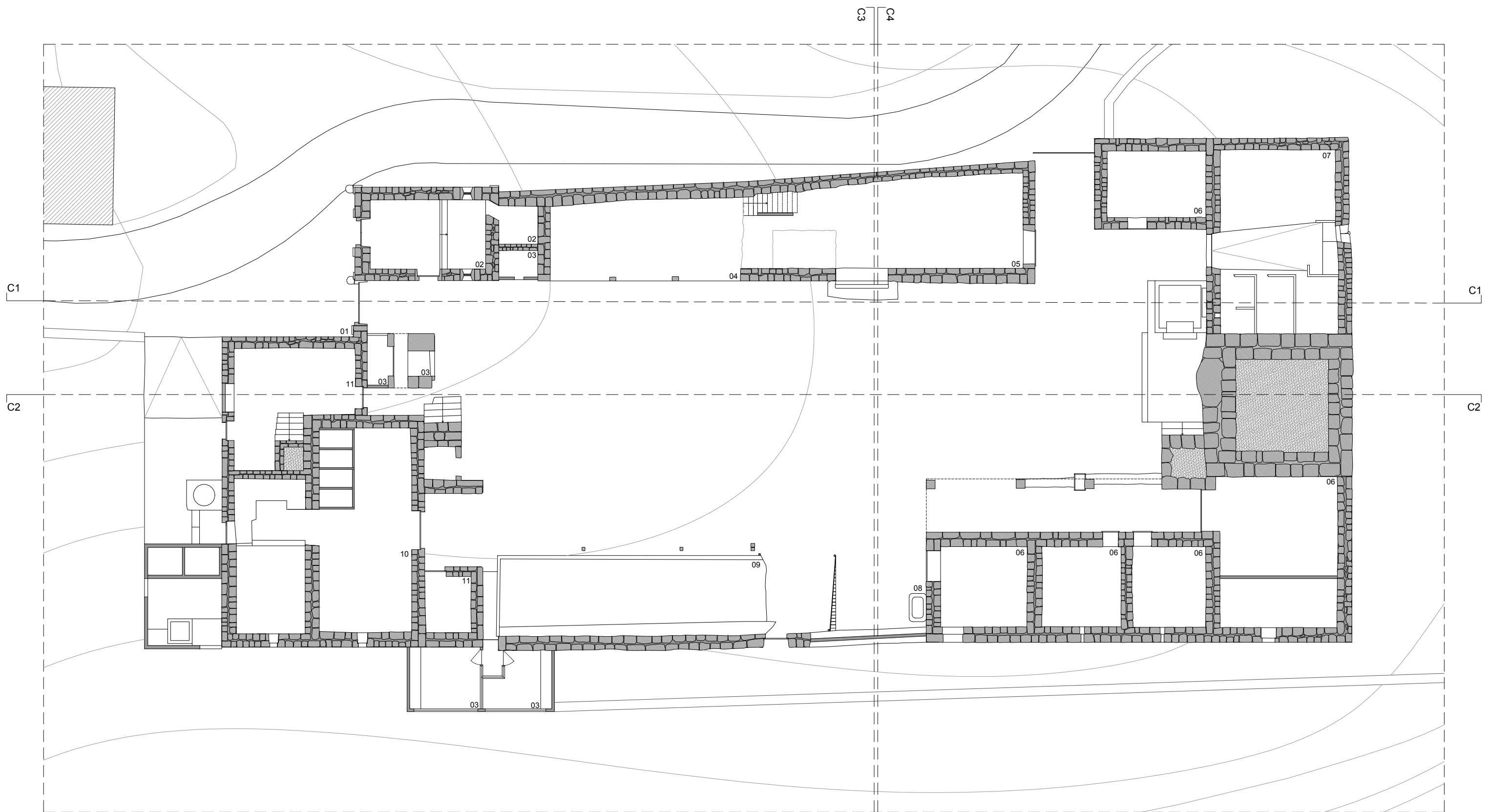
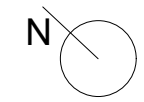


Perfil 1

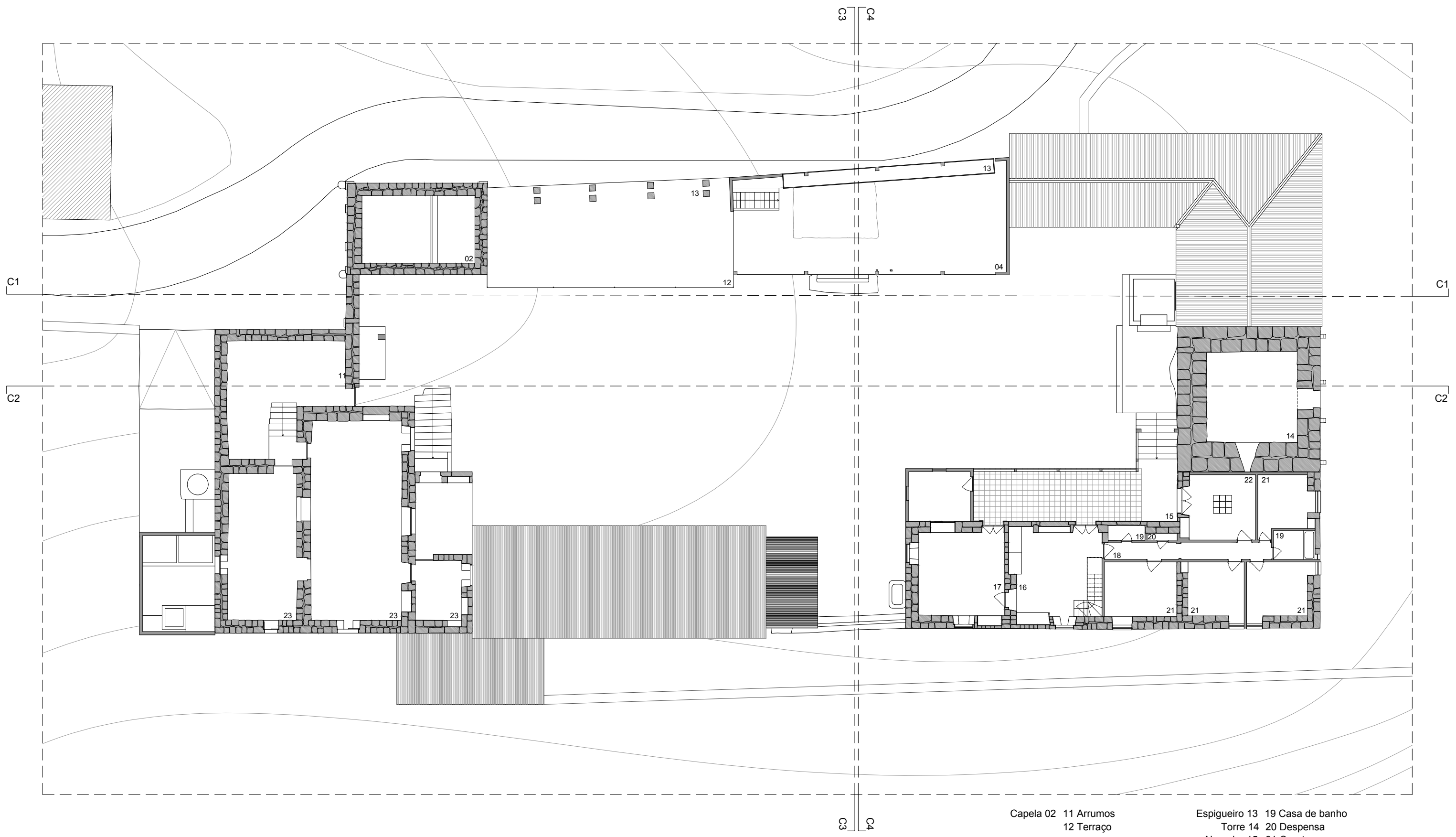
Perfil 1

PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

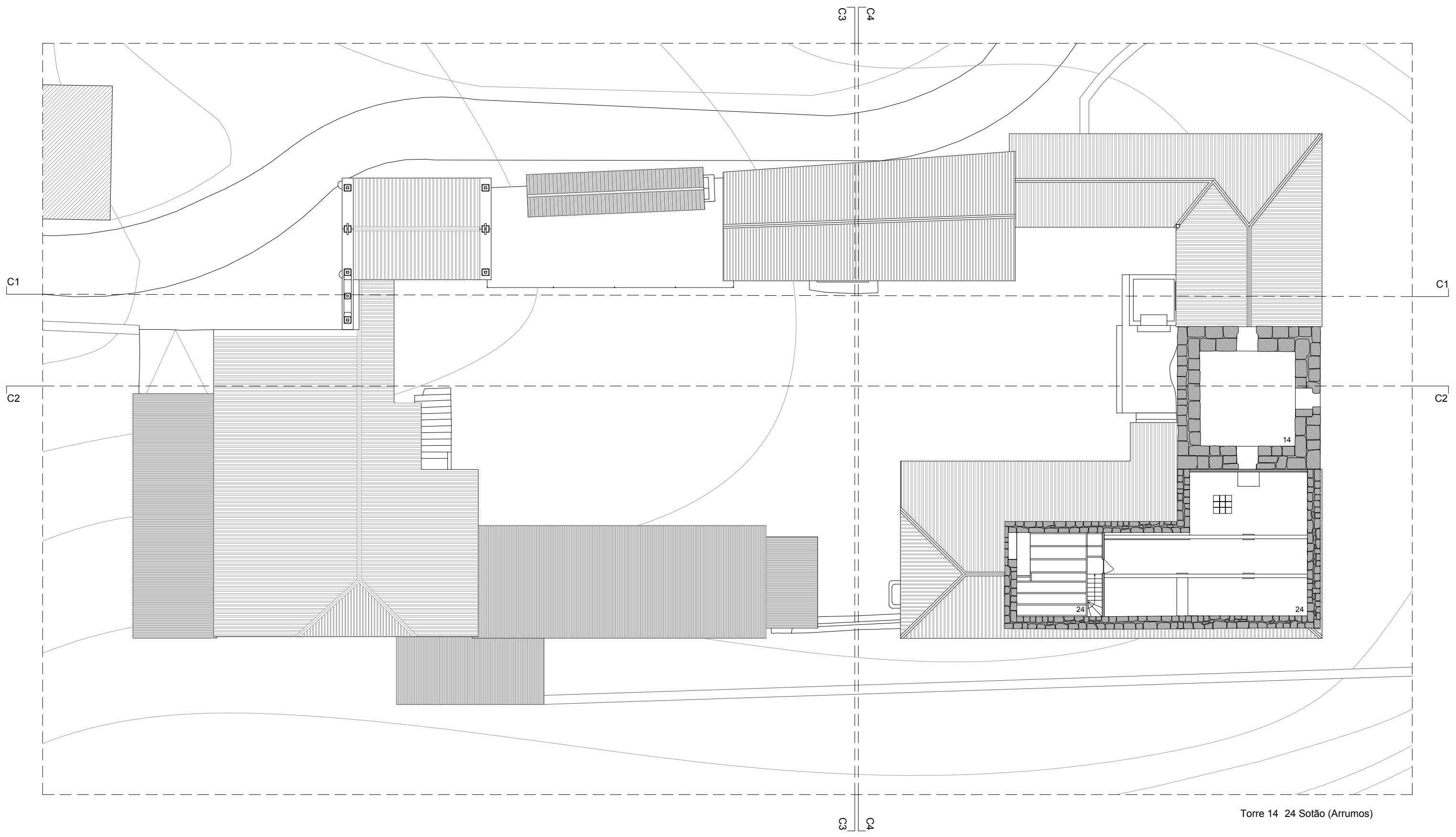
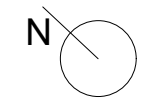
PERFIL 1



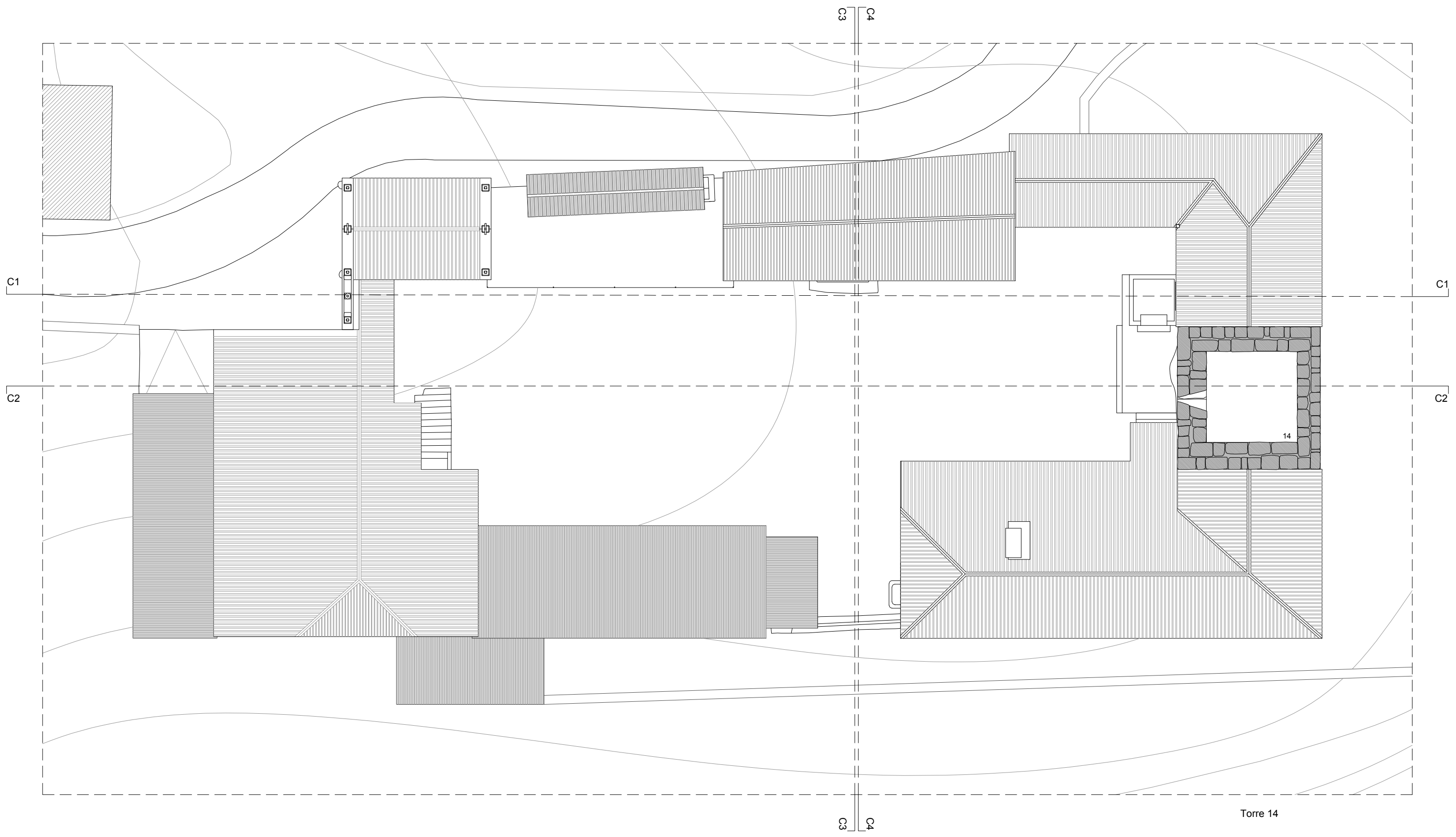
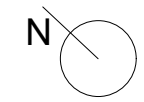
- Portal brasonado 01
- Capela 02
- Capoeira 03
- Palheiro 04
- Anexo agrícola 05
- 07 Lagar/Pocilga/Arrumos
- 08 Bebedouro das vacas
- 09 Silo
- 10 Adega
- 11 Arrumos
- 06 Vacaria



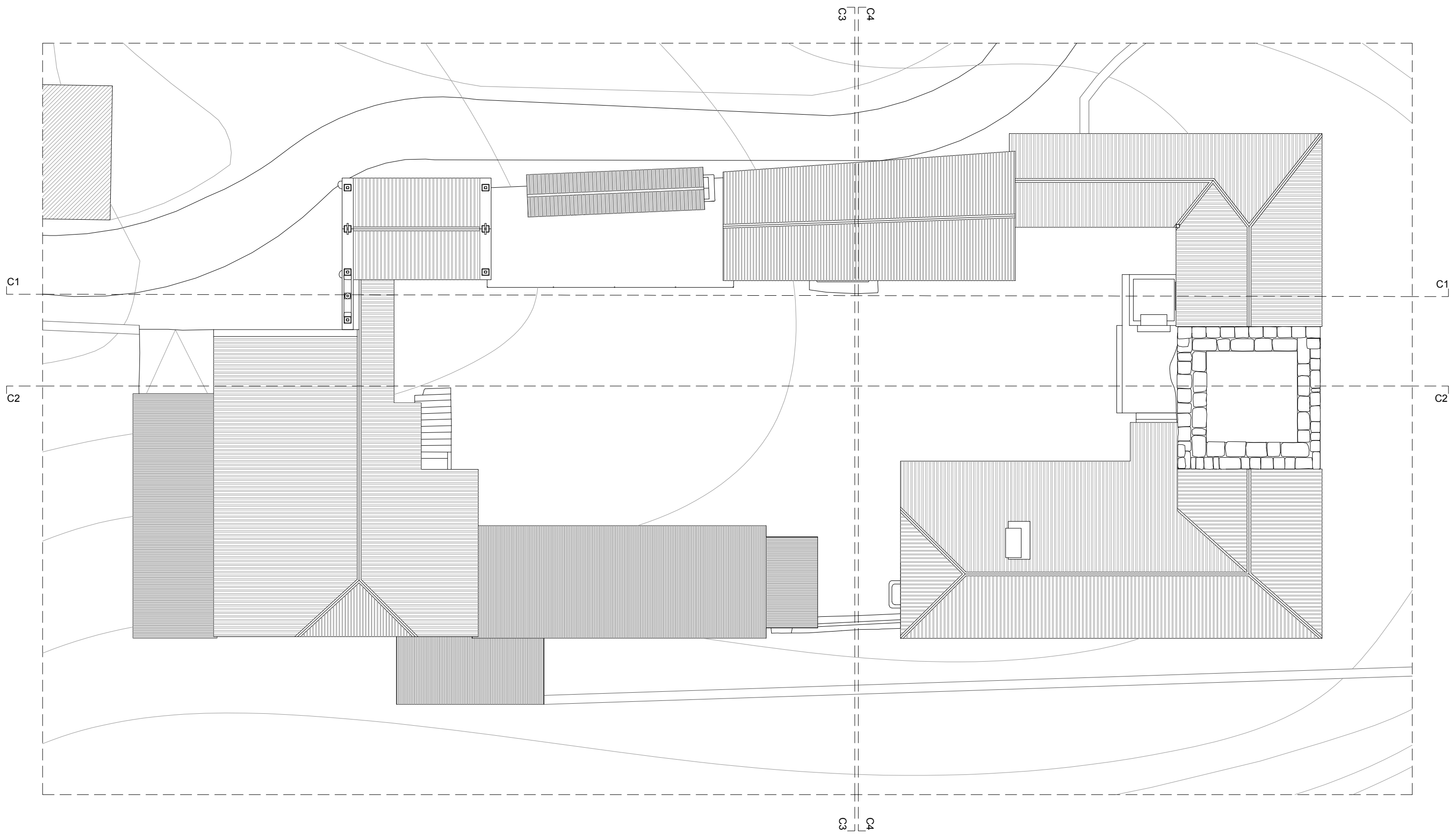
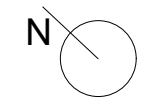
- |           |            |                   |                                 |
|-----------|------------|-------------------|---------------------------------|
| Capela 02 | 11 Arrumos | Espigueiro 13     | 19 Casa de banho                |
|           | 12 Terraço | Torre 14          | 20 Despensa                     |
|           |            | Alpendre 15       | 21 Quarto                       |
|           |            | Cozinha 16        | 22 Sala de estar/Escritório     |
|           |            | Sala de jantar 17 | 23 Corpo seiscentista (Arrumos) |
|           |            | Corredor 18       |                                 |



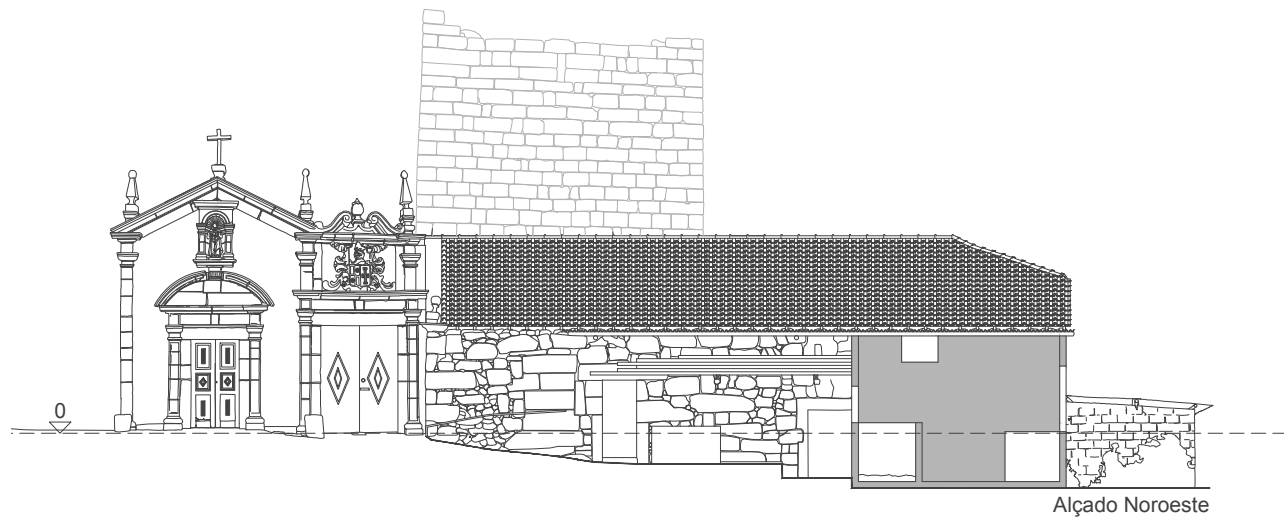
Torre 14 24 Sotão (Arrumos)



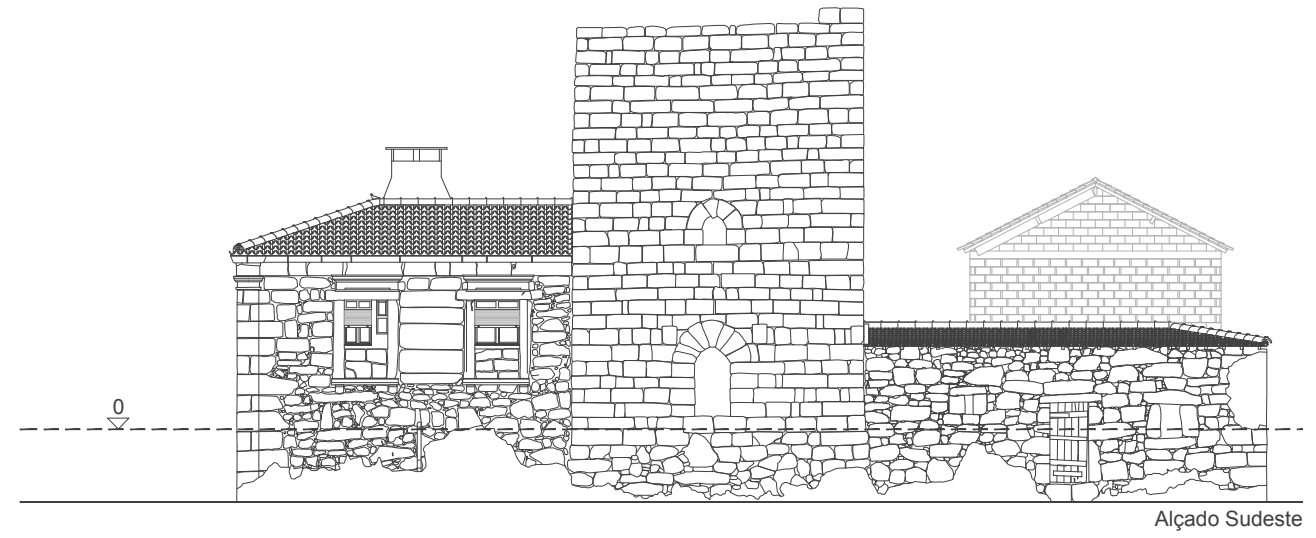
Torre 14



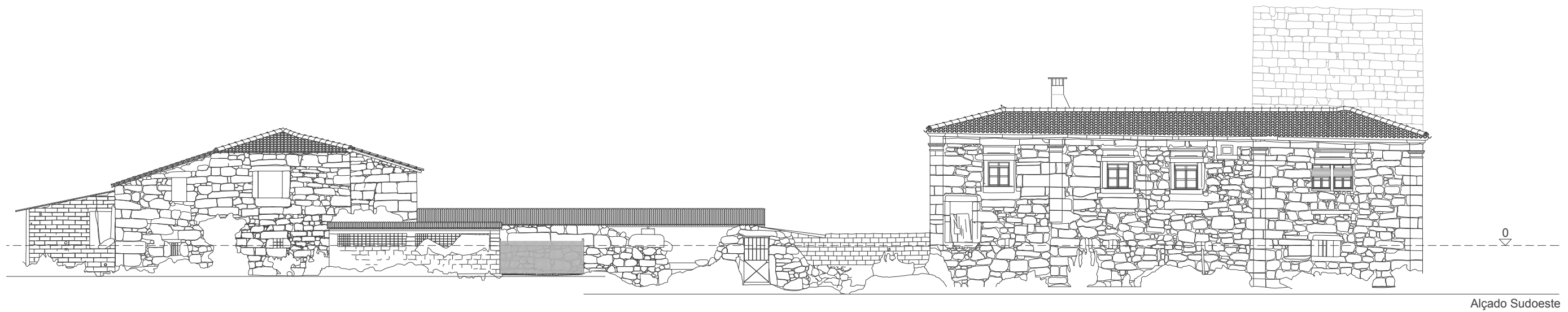




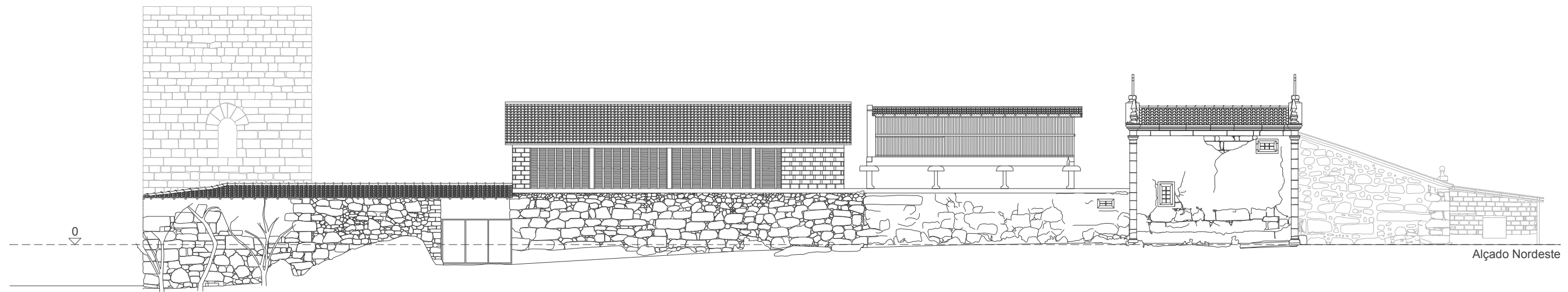
Alçado Noroeste



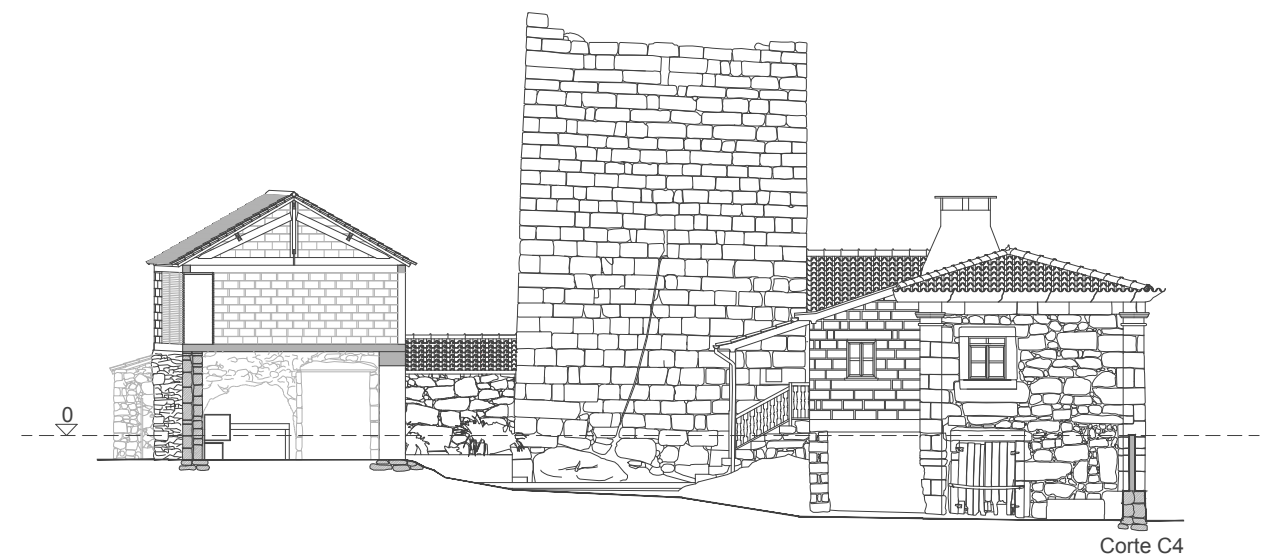
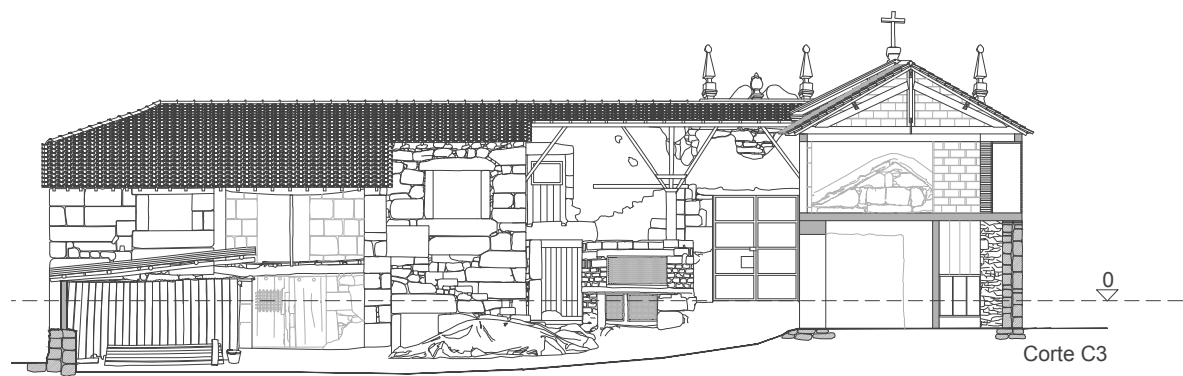
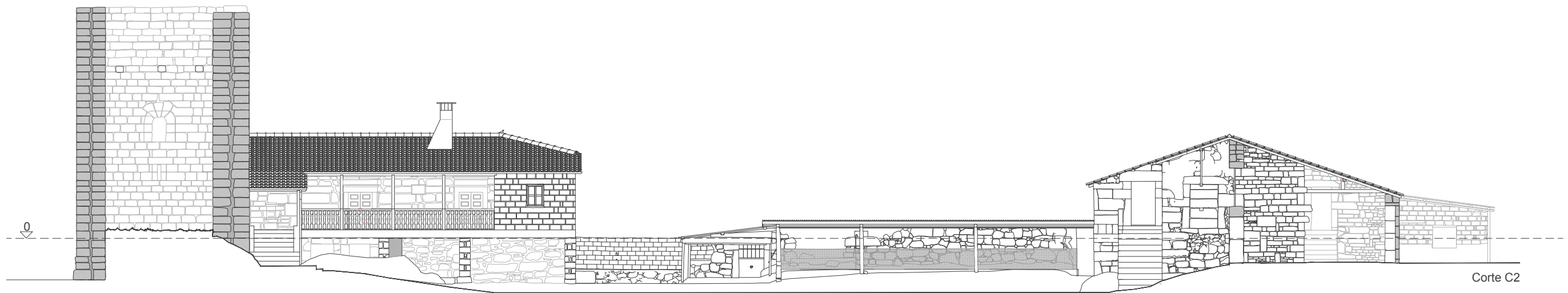
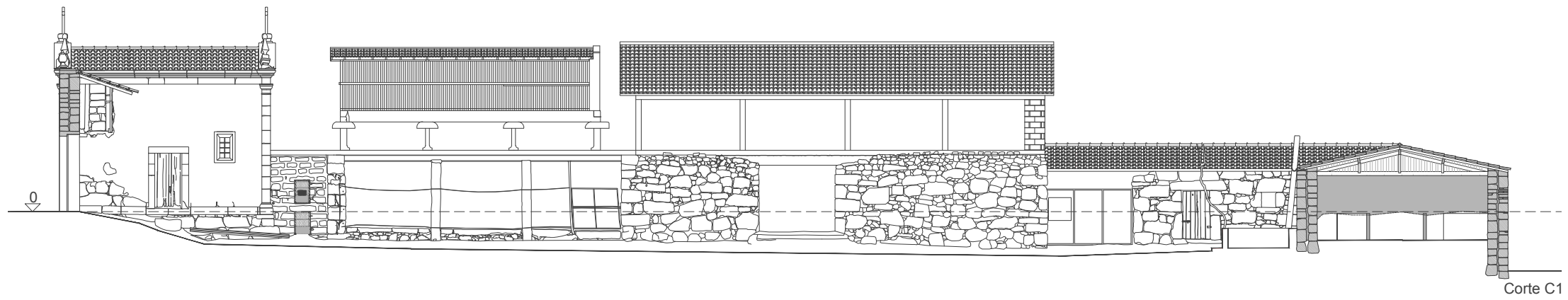
Alçado Sudeste



Alçado Sudoeste



Alçado Nordeste

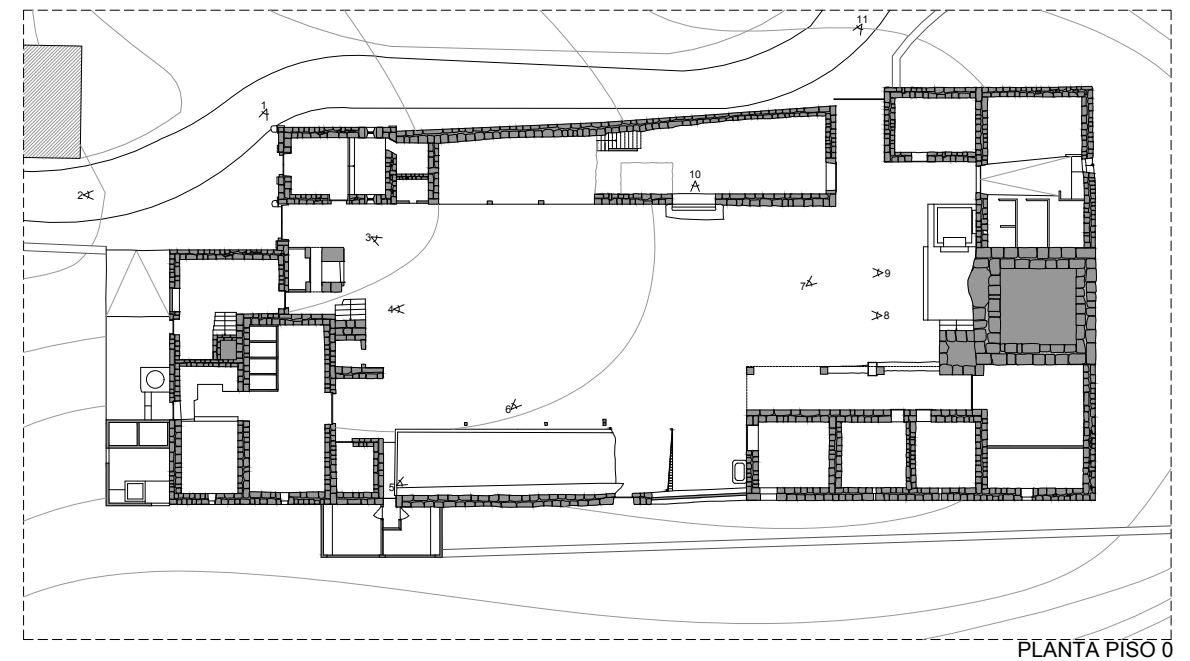


## **LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO**

De forma a complementar o levantamento arquitetónico efetuou-se paralelamente a este o levantamento fotográfico. Enquanto o primeiro se foca no estudo rigoroso e detalhado do objeto de estudo, o segundo procura ampliar níveis de informação sobre o levantamento geométrico ao mesmo tempo que permite clarificar percursos e relações visuais intrínsecas à simulação da experiência espacial do objeto em análise.

Para tal escolheu-se um percurso que, de certa forma, atravessasse todo o conjunto edificado e selecionaram-se alguns pormenores mais específicos a mostrar.





PLANTA PISO 0



13



14



15



16



17



18



19



20



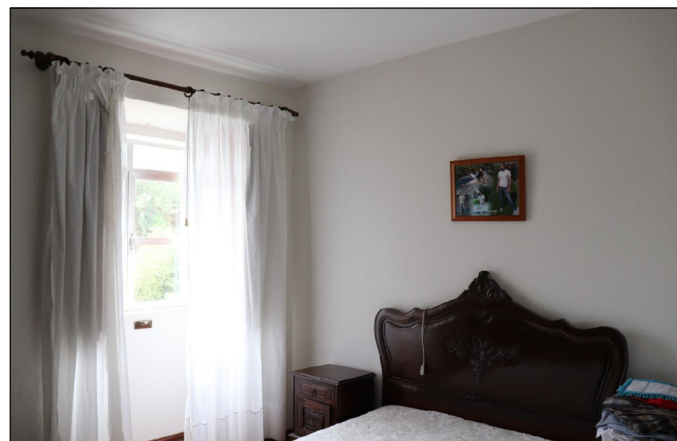
21



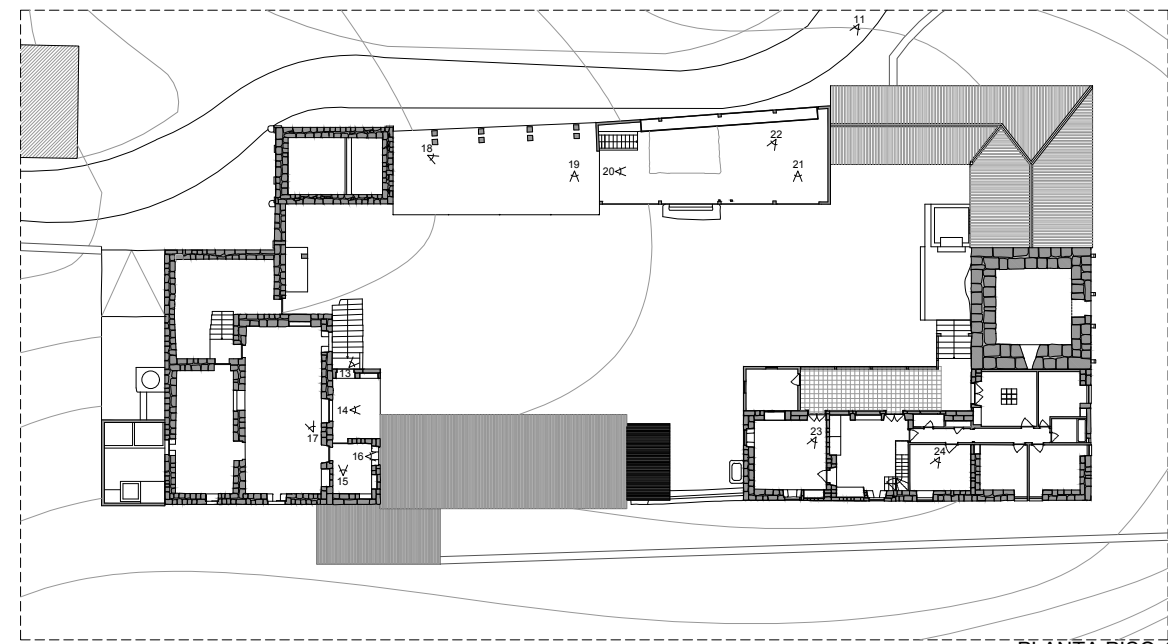
22



23



24



PLANTA PISO 1

## **AVALIAÇÃO MÉTRICA E PROPORCIONAL**

Uma vez reconhecidos os dados materiais do edifício em análise entende-se que, para suportar possíveis especulações ao nível das fases construtivas, é necessária uma leitura das suas relações métricas e proporcionais de forma a despoletar interpretações e possíveis relações na decomposição do construído.

No que diz respeito à avaliação métrica várias são as referências de medida que, desde a época medieval até ao tempo moderno, foram usadas em Portugal como o Palmo (22cm), que se assumia como unidade base, e dois dos seus principais múltiplos: o Côvado, correspondente a três palmos (66cm), e a Vara equivalente a cinco palmos (110cm). No conjunto edificado da Torre de Dornelas é notória a utilização da unidade de medida base do palmo auxiliada pela vara, pois é através do palmo que se comunicam as medidas e é com a vara que se estrutura todo o edifício quer na composição dos alçados quer no desenho planimétrico. Organiza-se assim uma matriz compositiva a partir da torre, o elemento mais antigo.

Deste modo, analisando a planimetria e salientando os volumes da **torre**, do **corpo seiscentista**, do **corpo setecentista** (volume residencial) e da **capela** observa-se que na torre o seu perímetro exterior se inscreve num quadrado, quase perfeito, de 35 palmos (770 cm) por 36 palmos (792 cm), enquanto que pelo interior esse quadrado torna-se perfeito com 23 palmos (506 cm) por 23 palmos (506 cm). A inexistência de um quadrado perfeito pelo exterior pode explicar-se pela irregularidade das pedras que constituem o paramento da torre.

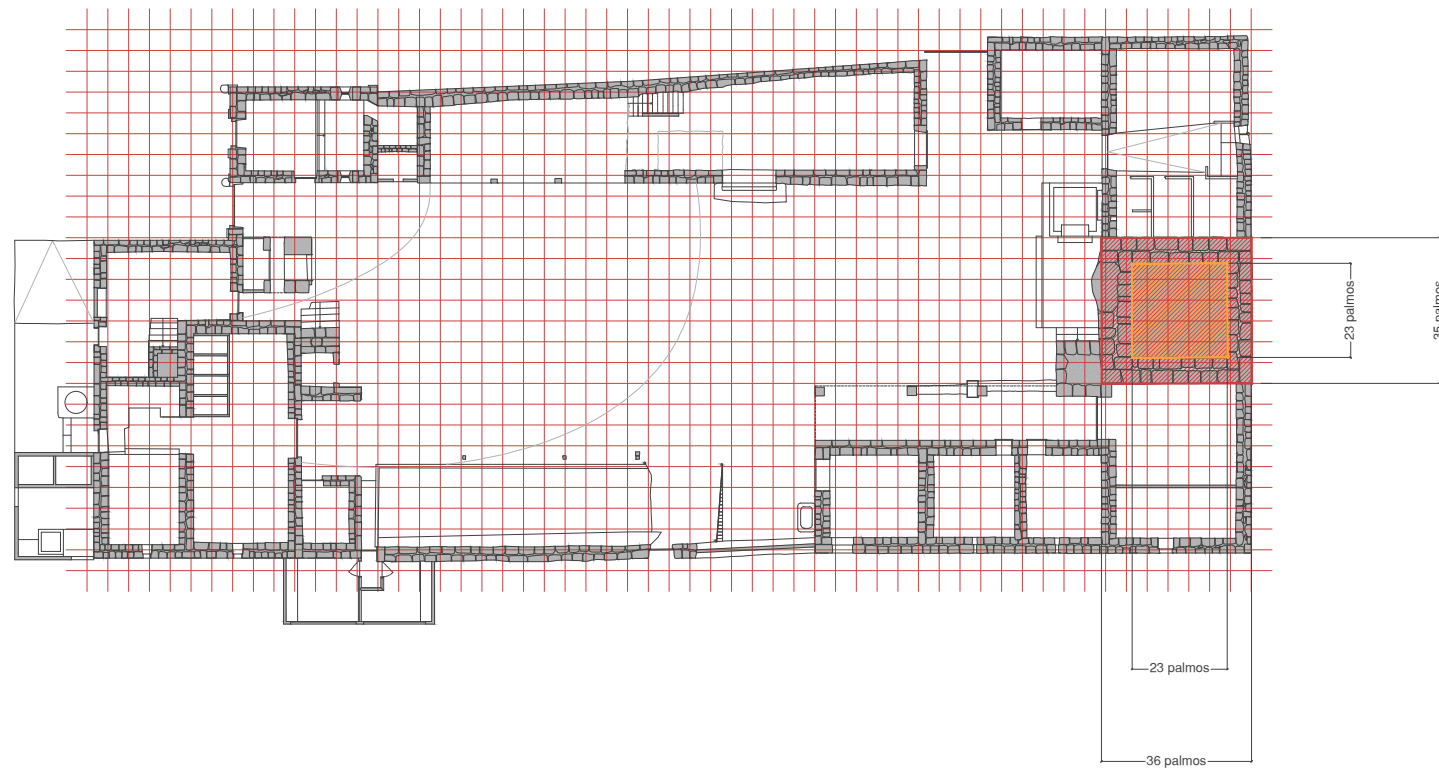
No corpo seiscentista não se encontra uma métrica nem uma modelação evidente, sendo este um aglomerado de várias, derivadas, possivelmente, dos diferentes momentos construídos pelo qual passou, ao longo de uma sequência de anos. Porém, não se excluiu a existência de uma métrica inicial de 30 palmos (660 cm) por 57 palmos (1254 cm) aquando da construção inicial, o volume retangular, em 1672. Ainda assim, verifica-se uma correspondência métrica, bastante curiosa, entre as dimensões do perímetro exterior da torre (35 palmos por 36 palmos) com o módulo, quase, quadrangular neste corpo existente, de 35 palmos (770 cm) por 35 palmos (770 cm). Denotando-se um alinhamento praticamente direto entre estes dois volumes.

No volume anexo à torre, o corpo setecentista, parte da sua composição engloba os 36 palmos (792 cm) de dimensão lateral, correspondentes da mesma. Já em relação à outra parte do volume, o retângulo que se forma, também a ele se associa uma correspondência métrica com a medida do perímetro interior da torre verificando-se por três vezes uma repetição da largura de 23 palmos (506 cm). Esta, de certa forma, remete para o ritmo tripartido que a fachada apresenta pelo alçado sudoeste, lendo-se 1 + 2 + 3 da esquerda para a direita. Em que o 1 está para 23 palmos, o 2 para 23 palmos mais 23 palmos e o 3 para os 36 palmos de dimensão lateral da torre.

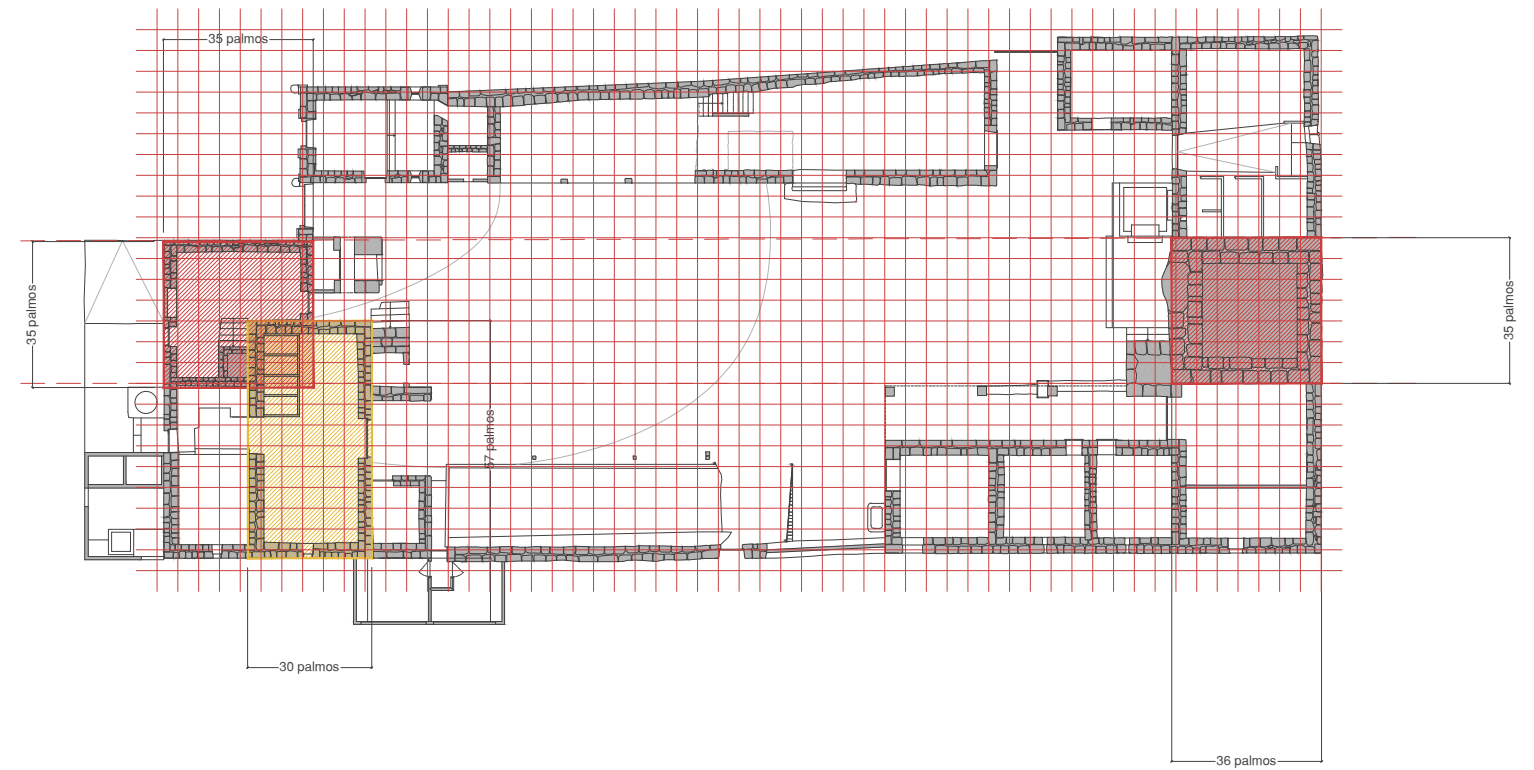
Por fim, perante a análise da matriz compositiva da capela, observa-se que pelo seu perímetro exterior esta se inscreve num retângulo de 35 palmos (770 cm) por 23 palmos (506 cm). Encontrando-se, novamente, uma correspondência métrica com a torre, na medida em que os seus 35 palmos, de comprimento lateral, são semelhantes aos 35 palmos do perímetro exterior da torre, do mesmo modo que os 23 palmos, de largura, correspondem aos 23 palmos do perímetro interior desta.

Assim, a partir desta observação, de correspondência direta entre a métrica da torre com as demais partes do conjunto edificado, torna-se evidente que os princípios métricos das diferentes camadas construtivas se orientam pelos da construção inicial, criando-se múltiplos ou submúltiplos da mesma. Deste modo, ao identificar-se as marcas históricas e construtivas do conjunto edificado, tudo se vai encaminhando para um melhor entendimento da sua evolução, uma vez que com estas informações o conjunto deixa de ser lido meramente como um todo, para ser visto como a soma de várias partes distintas. Evidenciando-se assim a importância que estes métodos de análise têm para a compreensão e justificação das fases construtivas que serão apresentadas no próximo capítulo.

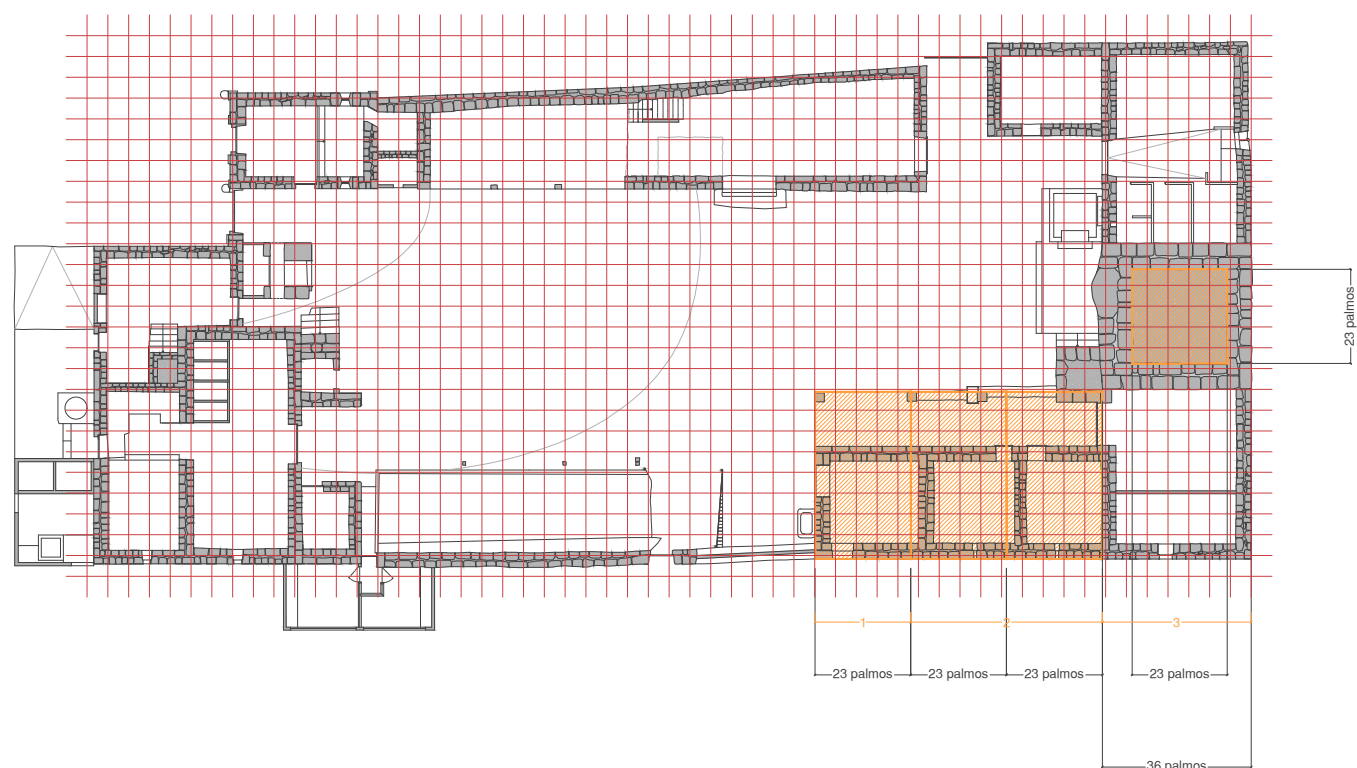




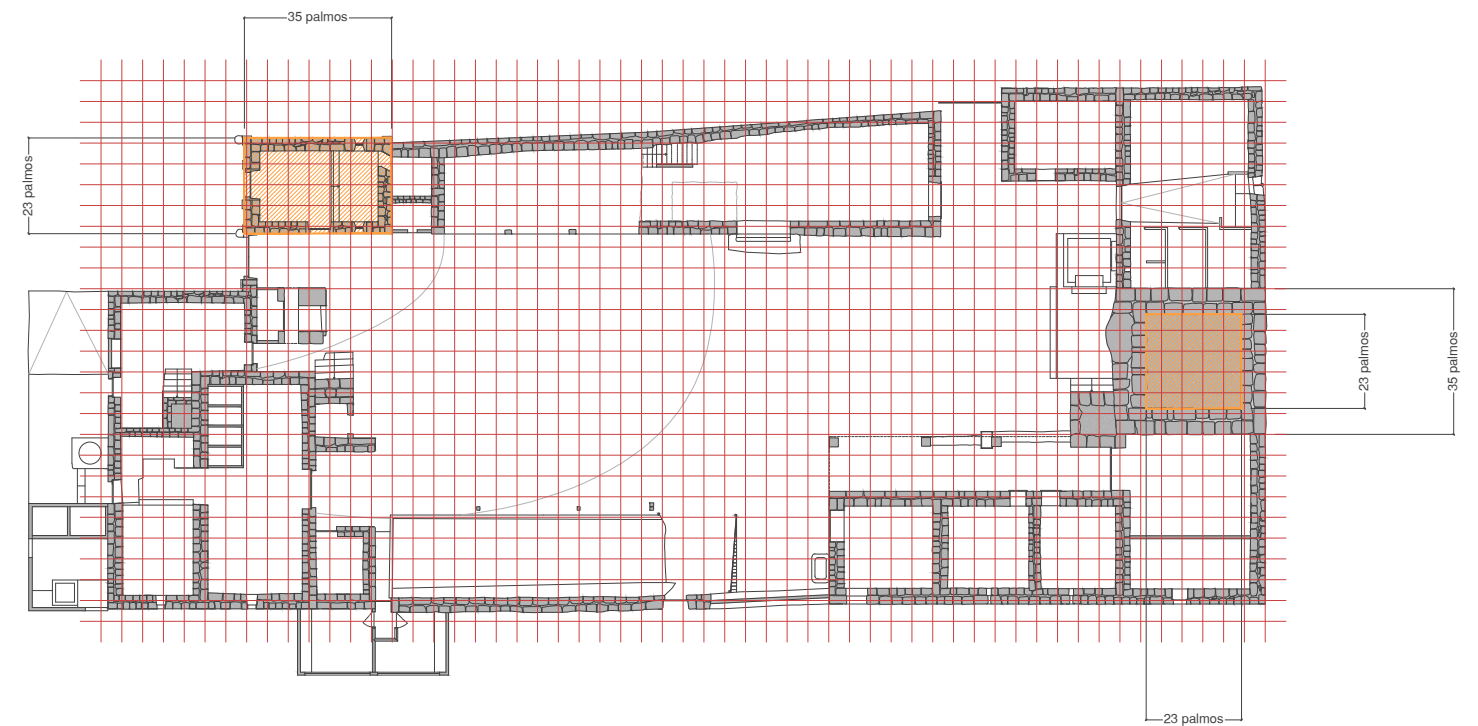
A TORRE



O CORPO SEISCENTISTA



O CORPO SETECENTISTA, VOLUME ANEXO À TORRE



A CAPELA

*“(...) a verdade é que a casa nobre mais característica não é forçosamente o grande palácio, mas sim a casa despreziosa da província, a casa simples e castiça, que até no seu carácter mais rude melhor revela as possibilidades e limitações dos nossos construtores e que também melhor define um estilo de vida português”*

AZEVEDO, 1969, p. 9-10

## **PARTE II** | EVOLUÇÃO CONSTRUTIVA DO EDIFICADO

## **PRÓLOGO ÀS FASES**

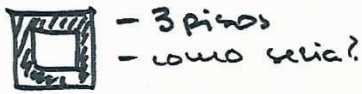
Dando-se por concluída a primeira parte desta investigação, em que se procurou reconhecer o objeto de estudo no estado atual, importa agora mostrar de que forma toda a informação reunida contribui para a percepção das diversas fases construtivas do conjunto edificado, de modo a estabelecer um fio condutor sobre a sua história, desde a fundação até aos dias de hoje.

Assim, o estudo que se segue baseia-se numa análise e interpretação, bem estruturada e fundamentada, das diferentes fases evolutivas da Torre de Dornelas. Para tal foi necessário proceder ao registo do objeto de estudo, tendo em conta não só aquilo que subsiste atualmente como também o retrato do seu passado, estudando a sua evolução ao longo destes oito/nove séculos de existência. Quer através de documentos diversificados, do levantamento (métrico e fotográfico), da linha cronológica síntese dos proprietários e acontecimentos, como através da comparação com casos de estudo que partilhem das mesmas características tipo-morfológicas. No entanto, devido à inexistência de referências documentais que comprovem as campanhas de obras no conjunto acrescenta-se ainda a necessidade de, durante este processo, firmar as certezas que se adquirem e as dúvidas que permanecem, de forma a ser o mais verídico e plausível possível na argumentação e fundamentação da sua narrativa histórica, tentando deixar em aberto todas as hipóteses existentes.

Portanto, mais importante do que registar todas as informações encontradas é fazer o cruzamento entre estas, daí a análise apoiar-se não só nos dados históricos previamente observados mas, principalmente, numa leitura arquitectónica e arqueológica do existente. Através da leitura arquitectónica, mais concretamente do desenho de levantamento métrico foi possível “desconstruir” o edificado até lhe conferir a unidade espacial de cada fase, reconstituindo assim a espacialidade de cada compartimento bem como a sua lógica de organização. Enquanto que o registo arqueológico, através de fotografias, permitiu atentar a pormenores relacionados com as formas, as estereotomias e os diferentes modos de construção e materiais – paredes de pedra de dois edifícios que se agregam mas não encaixam um no outro ou as distintas dimensões das mesmas pedras. Sendo o mesmo evidenciado pelas marcas construtivas encontradas em algumas fachadas - provas de algo que existia e agora não, por ter sido demolido, tapado ou até substituído por outra construção –, permitindo assim uma possível identificação e compreensão do desenho e qual a sua ligação a uma época construtiva.

Fase 1: s.c. XII

a torre



Fase 2: Do s.c. XVII ao s.c. XVIII

Antes de mais como seria - a hipotex

HIPÓTESE EMANÁVEL  
COMO QUESTÃO

h1



construção anexa do lado direito  
janela/porta torre de aquela dimensão

h2



o porquê desta dimensão?

VER EXEMPLO

- torre do castelo castro
  - Paço opela
- PARA COMPARAR cf O QUE PODERIA TER SIDO.

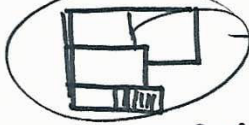
h3

as duas anteriores unidas



ALGO TERIA QUE EXISTIR PARA SER CONSTRUIR LONGE...

1º Impulso Construtivo  
Da Torre a Paço - s.c. XVIII



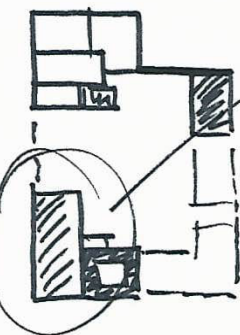
Porquê aqui?

habitação para o fco:  
1672 - 1682 datações imp.

Numa 5ª fase pa obedecer a umas mesmas características e ã fazia sentido separar

- 2 pisos
- distribuição entre pisos
- escadas

2º Impulso Construtivo  
De Paço a Solar - s.c. XVIII

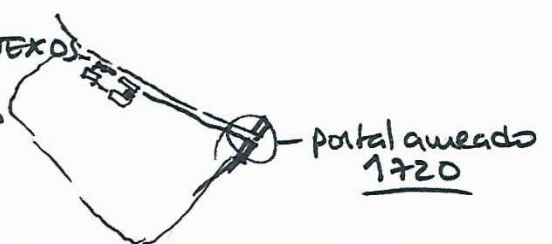


Para o filho

OS NOVOS VOLUMES COMO QUE ENCLERAM O LOU.

→ MTO PROVÁVEL ANEXOS DE APOIO AQUI.

⇒ ÉPOCA TRANSIÇÃO  
SEISCENTOS → SETECENTOS



Fase 3: até ao estado atual

- vestígios de que ã existe mais
- novas construções e novos usos.

Fig.31 [Esquema à mão]  
As fases construtivas

Como propósito da análise torna-se então necessária a criação de uma linha cronológica e sequencial dos desenhos, ordenando o construído de forma a evidenciar as transformações ocorridas ao longo do tempo. Para efeito e de modo a obter uma representação autêntica para cada fase procurou-se organizar a informação em três pontos: o Contexto histórico-artístico, a Análise associada à Comparação e a Interpretação.

Por um lado, o contexto histórico-artístico pretende situar e contextualizar uma época e tempo específicos da história de Portugal, evidenciando alguns aspetos históricos, artísticos e arquitetónicos que permitem provar certas e determinadas intervenções e linguagens artísticas existentes no edificado.

Quanto à análise esta é baseada na junção de todas as informações documentais recolhidas que cruzadas com o levantamento resultam numa leitura do estado atual do edificado, enquadrando-o tipo-morfológicamente através da comparação. Esta, por sua vez possibilita a seleção de casos de estudo coevos e exemplares de uma determinada época, dando preferência a casos anteriormente documentados e estudados de forma a que se possa assegurar e validar as teorias acerca de cada tipo de construção.

Por fim, a interpretação propõe a reconstituição daquilo que seria uma hipótese de cenário tipo-morfológico, tentando assim esclarecer quais as motivações que, em determinada época, levaram a que alguém mandasse construir ou alterar parte do conjunto edificado.

É então possível propor três fases distintas na evolução deste edifício: correspondendo a primeira fase, **Da Torre**, à implantação e fundação da torre entre meados do século XIII inícios do século XIV; uma segunda fase a duas campanhas construtivas consecutivas, referindo-se a primeira ao crescimento da área construída e habitacional do conjunto no século XVII, **Da Torre a Paço**, e a segunda a novo impulso construtivo no século XVIII, **De Paço a Solar**; por fim, e não menos importante, a terceira fase, **De Solar a Quinta agrícola**, é alusiva às várias transformações que encaminham até ao estado atual.

Contudo, nesta última fase por se achar pouco distante à época em que nos encontramos e se tratar de um conjunto de obras pontuais que não se enquadram em nenhum tipo de intervenção com influências em obras tipológicas semelhantes, o modo de análise e interpretação será ligeiramente diferente face às outras fases. Recorre-se fundamentalmente ao estado atual do objeto de estudo.

Tal significa que temos uma mesma obra subordinada a dois modos distintos de avaliação conforme o segmento cronológico em questão.



# FASES

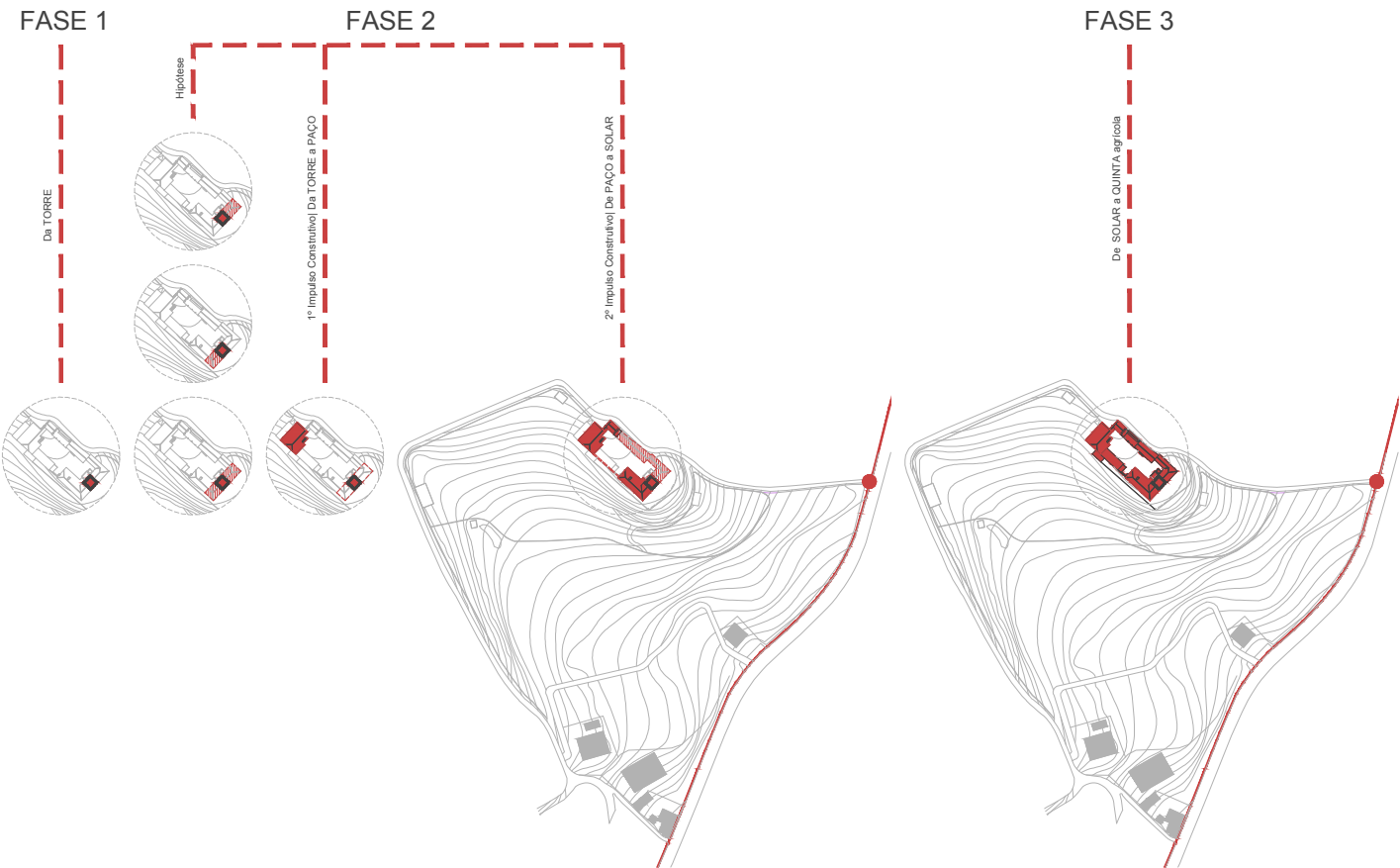


Fig.32 [Esquema]  
**Fases Construtivas**





Torre



FASE 1 | Da TORRE (séc. XIII / séc. XIV) - Escala 1:2000

## **Fase 1 | Da TORRE (séc. XIII / séc. XIV)**

### **CONTEXTO HISTÓRICO-ARTÍSTICO**

A proposta para aquela que é considerada a primeira fase construtiva corresponde à edificação de uma torre, entre meados da segunda metade do século XIII início do século XIV, em tempos de consolidação da nacionalidade portuguesa.

O período que precede a sua construção, referente ao século XII, é, maioritariamente, caracterizado pela instabilidade política provocada pela invasão e consequente ocupação da Península Ibérica pelas hordas árabes por volta do ano de 711. Durante cerca de oito séculos, o processo da Reconquista Cristã ficou marcado por inúmeros recuos e avanços. Como tal, de modo a assegurar o reconhecimento e alguma definição do território conquistado, através do controlo e domínio territorial, surgiram novos e diversos reinos cristãos, tratando-se um deles do Condado Portucalense. Sendo que mais tarde, fruto de uma constante busca pela nacionalidade, dá-se a sua transformação em Reino de Portugal.

Foi então, durante a segunda metade do século XII, que a reconquista permitiu a unificação absoluta do território norte, mais estável e definido. É neste contexto, de país rural e conquistado, que se desenvolvem as novas formas de organização políticas, sociais e económicas que permitiriam a formação de Portugal medieval e de onde resulta a organização de senhorios e coutos quando pertencentes à Igreja e honras se à nobreza, como a principal forma de apropriação das terras conquistadas.

É ainda durante esta época que surge o que se pode denominar de arquitetura românica. Auxiliando na afirmação e expressão do exercício do poder senhorial sobre um determinado território, as formas do românico acabaram por se refletir como símbolo máximo de defesa desse lugar e/ou população. À vista disso, era caracterizada pelas suas construções austeras e robustas, com paredes muito grossas, poucas aberturas e iluminação, cuja principal função era resistir e defender-se dos ataques de exércitos inimigos e invasões bárbaras. Erguem-se assim, em maior número pelo norte de Portugal, as fortificações e os primeiros castelos, as torres de menagem e posteriormente, influenciadas pelas anteriores, as residências senhoriais fortificadas, para a qual concorre a tipologia da torre de Dornelas.

As residências senhoriais assumem então a forma de torre ou *domus fortis*, podendo ser, igualmente, denominadas como *fortalicium*, *repayrium*, *turrem*, *casa-forte* ou fortificada e *casa-torre*. Neste sentido remetem-se à imagem das antigas torres de menagem dos castelos, não só pela sua morfologia, mas como afirmação de poder, autoridade e prestígio da nobreza e da fidalguia. Assim pode-se constatar que *para além de se garantirem novas condições de habitabilidade, o principal interesse que agora se joga é o de garantir um controle mais eficaz dos direitos senhoriais, a necessidade de se sublinhar a legitimidade da posse do espaço honrado*<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> BARROCA, 1987, p. 19

## **ANÁLISE E COMPARAÇÃO**

O que logo à primeira vista se afirma como, possivelmente, o primeiro corpo construído do conjunto edificado - **a torre**, vê-se agora comprovado quer pelos levantamentos arquitetónico e fotográfico quer pela avaliação material da construção.

Assim, de aspecto austero e diminuta altura face à que outrora poderá ter tido, deparamo-nos com a torre, um volume completamente autónomo, estrutural e formalmente, face aos restantes corpos anexos. Onde a separação presente na estereotomia destes é bem legível, tanto em planta como no alçado sudeste e no alçado interior, aqui representado pelo corte C4, revelando o aparelhamento das paredes esta autonomia morfológica.

Passíveis de observar em planta, as grandes e espessas paredes de pedra que constituem a torre, com cerca de metro e meio, vão-se mantendo de forma homogénea em toda a sua altimetria. E são estas paredes que lhe conferem um perímetro praticamente quadrangular, cujas dimensões aproximadas são de 7.70m por 7.92m pelo exterior e de 5.06m por 5.06m pelo interior, criando um espaço interior útil com cerca de vinte e cinco metros quadrados de área.

A torre, tal como acontece com praticamente todas as estruturas conhecidas deste tipo, apresenta um número reduzido de aberturas entre: portas, janelas e seteiras, mais ou menos estreitas. Assim, no alçado sudeste leem-se duas aberturas distintas: a porta de entrada da torre, elevada acima do nível do solo num primeiro piso, em arco quebrado com aduelas elaboradas e um metro de largura e, no piso intermédio, em concordância com esta, mas de reduzidas dimensões, a janela, de intradorso abatido e sem bancos afrontados. Tanto a porta de entrada como a janela encontram-se centradas no alçado, ligeiramente deslocadas para a esquerda. Tal como esta última, é aberta no alçado sudoeste uma janela com dimensões e posicionamento similares à anterior, à qual se junta uma seteira no primeiro piso. Atualmente este alçado está incluído na construção, achando-se as aberturas muradas pelo volume anexo, sendo só possível a sua identificação pelo interior da torre. As aberturas, se bem que em número reduzido, duas, rasgam-se com uma dimensão bastante generosa, sendo até incomum este género de aberturas. Verifica-se ainda a presença de mais duas seteiras situadas no segundo e terceiro piso do alçado noroeste, representado pelo corte C4. Por último, assinala-se no alçado nordeste uma porta de dimensões e posicionamento em tudo semelhantes à porta de entrada na torre, diferenciando-se apenas no piso em que se encontra, o segundo, o que leva a levantar a hipótese de durante este tempo ter existido um volume anexo ao qual se podia aceder pelo segundo piso da torre.



Fig.33 [Imagem]  
**Indicação da direção das seteiras**

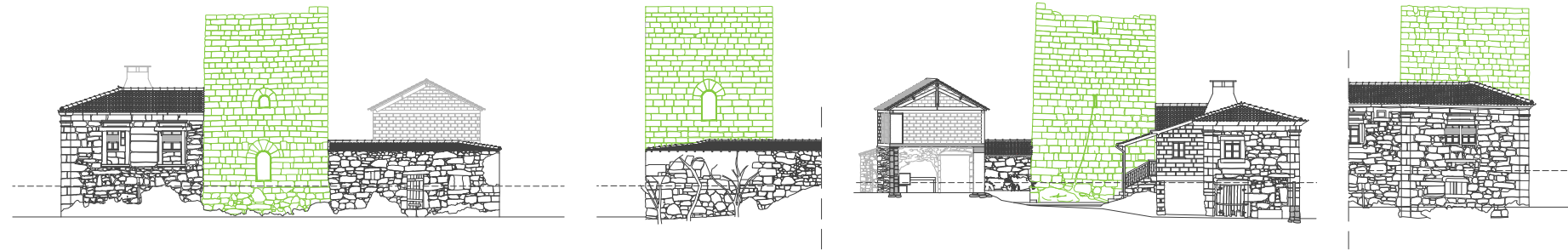
A fundamentação encontrada para a abertura de seteiras orientadas a sudoeste e a noroeste poderá relacionar-se exclusivamente com o local de implantação do edificado. Pois posicionado a meia encosta de um vale agrícola, ergue-se sobre um afloramento granítico, sobrelevando-se face à paisagem envolvente, o que privilegia a sua estratégica defensiva e de controlo. Daí os únicos alçados protegidos serem orientados para onde o terreno se apresenta desenhado por socalcos superiores ao de implantação, que por sua vez correspondem aos lados de acesso à propriedade.

Atualmente o acesso ao interior da torre só se faz pela porta de entrada elevada, ao qual é difícil de aceder visto não existir uma escada exterior. Já no interior não existe qualquer pavimento, uma vez que a torre se encontra em estado devoluto. Contudo, isto não quer dizer que não houvesse pavimentos interiores nem escadas de acesso aos vários pisos, pois existem vestígios de estruturas de suporte para vigas, como cachorros e reentrâncias nas paredes. Como a possibilidade de ter existido uma escada, possivelmente de madeira, adossada à parede oposta à da entrada apoiada em várias pedras salientes que se podem observar ao longo do muro. Sobre a porta de entrada, voltados para o exterior, encontram-se ainda quatro pequenos modilhões ou cachorros que possivelmente apoiavam uma estrutura em madeira.

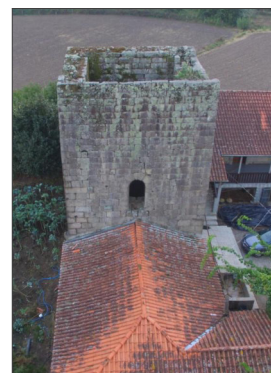


Fig.34 [Imagem]  
**O interior da torre**

piso 3  
piso 2  
piso 1



ALÇADO SUDESTE



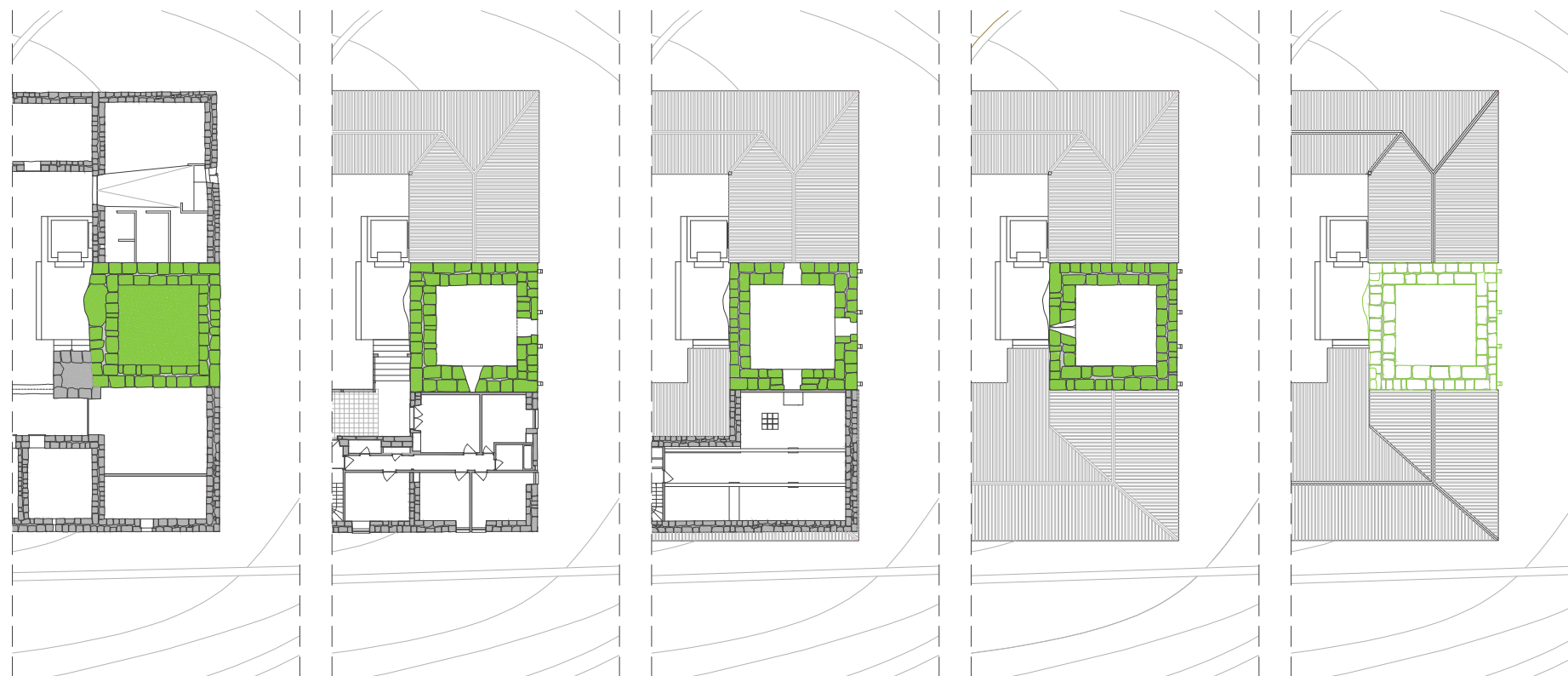
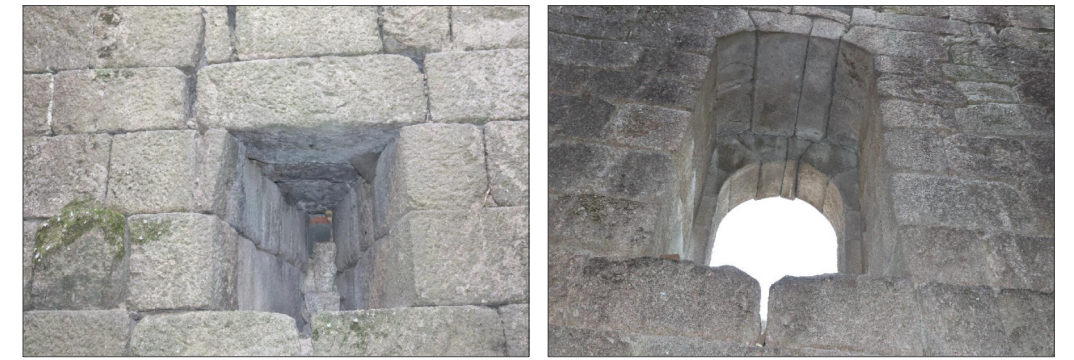
ALÇADO NORDESTE



ALÇADO INTERIOR - CORTE C4



ALÇADO SUDOESTE



PLANTA PISO 0

PLANTA PISO 1

PLANTA PISO 2

PLANTA PISO 3

PLANTA COBERTURA







Fig.35 [Fotografia]  
**A torre na paisagem**



Fig.36-38 [Imagens]  
Torre e Honra de Vasconcelos, Amares  
(meados do séc. XIII)

Fig.39-40 [Imagens]  
**Torre de Refóios, Ponte de Lima**  
(primeira metade do séc. XIII)

## **ANÁLISE E COMPARAÇÃO**

De forma a sustentar esta primeira fase construtiva, nomeadamente a análise, recorreu-se à comparação através de alguns exemplos desta tipologia de torres, a fim de caracterizar, um pouco, o modelo arquitetónico que integram. Os casos selecionados são em tudo semelhantes ao objeto de estudo, na medida em que todos eles partilham várias características entre si, partindo da sua implantação, em meio rural, e da sua morfologia muito similar, tendo em conta o período histórico em que se encontram inseridas, entre o século XIII e inícios do século XV. A partir da análise feita anteriormente e da consequente comparação chegar-se-á então a uma reconstituição o mais fidedigna possível do existente na época.

Como primeiro exemplo a comparar escolheu-se as Ruínas da Torre e Honra de Vasconcelos ou Casa dos Mouros, em Ferreiros, Amares. A razão desta escolha deve-se, especialmente, à relação de proximidade existente entre as duas famílias, uma vez que a linhagem de D'Ornellas parte, de certo modo, da linhagem de Vasconcelos.<sup>2</sup> A configuração geral da torre, como chegou até ao presente, deve situar-se por meados do século XIII. Implantada sobre um afloramento rochoso num pequeno esporão, limitado a oeste por uma ribeira e a sul e leste por desníveis acentuados, mantinha o domínio total sobre o vale fértil. De planta quadrangular é considerada a parcela mais antiga com mais de seis metros de lado. Originalmente, teria, pelo menos, um ou dois pisos sobradados, mas devido ao estado atual de ruína revela somente a estrutura do andar térreo, cujo acesso se fazia, ao nível do solo, por porta de arco de volta perfeita voltada a nascente.

Um outro exemplo pode ser a Torre de Malheiros ou Torre de Refóios, em Refóios do Lima, Ponte de Lima, expondo um conjunto de características que podemos considerar relevantes. Segundo José Custódio da Silva data, possivelmente, da primeira metade do século XIII.<sup>3</sup> Localizada num local isolado e rural próximo do Rio Lima apresenta uma planta quadrangular e relativa pouca altura, tratando-se de uma estrutura maciça de três pisos, com acesso a nível elevado do solo. O piso intermédio é marcado por estreitas frestas e janelas seteiras, únicas aberturas. O grau de fortificação, normalmente evidenciado nestas torres, aparece referenciado pelo coroamento do parapeito com merlões quadrangulares e pela métrica relativamente regular do espaçamento entre as ameias,

---

<sup>2</sup> Esta relação é referida na primeira parte da investigação, no enquadramento do objeto de estudo, no subcapítulo Dos Proprietários e Brasão quando se menciona a linhagem D'Ornellas.

<sup>3</sup> SILVA, 1995, p. 50

41



42



Fig.41-42 [Imagens]  
Torre de Oriz, Vila Verde  
(entre a primeira metade e meados do séc. XIV)

43



Fig.43 [Imagem]

**Torre de Giela, Arcos de Valdevez**  
**(finais do séc. XIV inícios do séc. XV)**

acentuando assim o seu carácter militar. Contudo, é de referir que a torre mostra inovações posteriores à época, como a cobertura, de quadro águas acessível, por um alçapão e o arco quebrado que encima a porta de entrada.

Por denotar grandes semelhanças com a torre de Dornelas, outro exemplo a mencionar é a Torre de Oriz, em Oriz Santa Marinha, Vila Verde. Pelas características arquitectónicas que apresenta pode situar-se a sua construção entre a primeira metade e meados do século XIV. Com planta quadrangular, assenta numa encosta de declive acentuado, num enquadramento que domina o vale à sua frente. De acesso a um nível elevado do solo, a porta de entrada, desenhada em arco quebrado dá para uma sala com três pequenas janelas geminadas de arcos trilobados e separadas por colunelo sem base nem capital. Uma vez que se encontra muito danificada, não é possível afirmar se haveria um piso acima da sala, como seria comum nestas torres. No entanto, continua a manter-se um piso térreo com uma pequena seteira sob a porta de entrada e, no lado oposto, de nobres dimensões, uma porta em arco quebrado que, pela sua composição e inserção no muro, é claramente uma solução posterior.

É de igual forma importante referir a Torre de Giela, em Arcos de Valdevez, apesar desta ser considerada uma evolução posterior das torres anteriormente analisadas. A sua construção poderá ter sido entre finais do século XIV e inícios do século XV. Implanta-se, em meio rural, numa pequena elevação face à margem do rio Vez. De planta quadrangular, apresenta um aparelho bastante regular de granito, o que permite atingir uma altura considerável. Já a porta de arco quebrado, rasga-se a um nível elevado face ao solo, tendo sobre a ela, a marcar o piso superior, uma janela bastante similar, de menores dimensões. Alçado este que em tudo reflete a torre de Dornelas. Contudo, com a exceção de uma pequena fresta na parede norte, não existe mais nenhuma abertura a iluminar o interior da torre, revelando assim *uma solidez militar verdadeiramente impressionante*.<sup>4</sup>

---

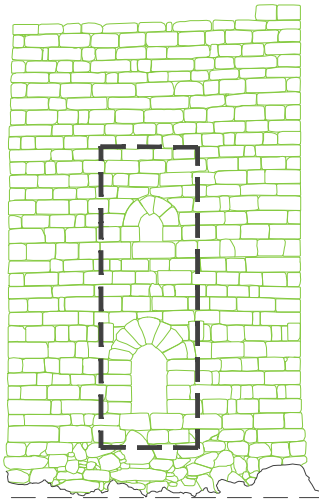
<sup>4</sup> SILVA, 1995, p. 54



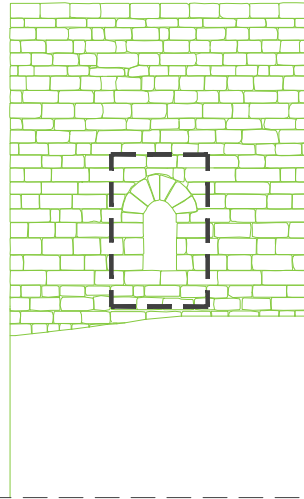
Torre de Refóios



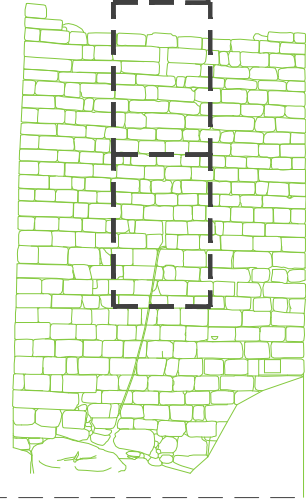
Torre de Dornelas



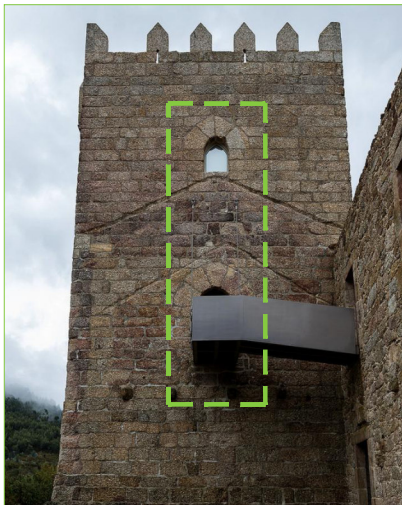
ALÇADO SUDESTE



ALÇADO NORDESTE



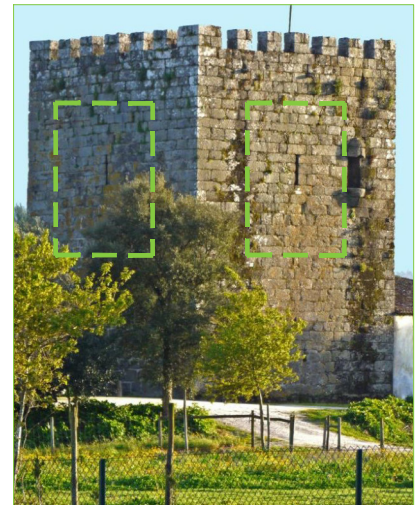
ALÇADO NOROESTE



Torre de Giela



Torre de Oriz



Torre de Refóios

Após a análise dos vários casos de estudo percebe-se que a composição tipo-morfológica destas torres é bastante idêntica entre si. *Todas estas torres são construídas por grossos muros, têm geralmente dois ou três andares, com exceção da torre de Giela que tem quatro, e a entrada alta - sendo as portas de entrada todas elas em arco quebrado, incluindo o caso de estudo, - em ponto acessível por meio de estreita escadaria de pedra ou por escada de madeira, que se perdeu com o tempo, e que de princípio seria móvel por razões de segurança, provavelmente o que aconteceu com os casos analisados, à exceção da torre de Refóios que apresenta uma escadaria de pedra. De altura relativamente modesta (...) são geralmente de planta quadrada - formando um perímetro quadrangular exterior de 9.70m por 9.20m na torre de Vasconcelos; 10.40m por 10.20m na torre de Refóios; 8.20m por 7.80m na torre de Oriz; 8.00m por 8.00m na torre de Giela<sup>5</sup> em comparação com os 7.70m por 7.92m da torre de Dornelas - (...), possuem poucas aberturas, dadas pelas estreitas seteiras ou frestas e por algumas janelas, sendo na sua maioria coroadas de ameias. (...) Quanto ao acesso de andar para andar, fazia-se na maioria destas torres também por intermédio de escadas de madeira (...), por meio de escadas praticadas nas próprias paredes - atualmente inexistentes, mas que se supõe pelas várias pedras salientes que se podem observar em seus muros (...). Os pisos sobrepunham-se, sem divisões internas, sendo, portanto, cada um ocupado por uma única sala.<sup>6</sup>*

Para além disto tudo, todos os casos analisados implantam-se sobre um vale, destacando-se pela posição estratégica de domínio e controlo que assumem face ao território, *estas torres senhoriais implantaram-se predominantemente no seio das Honras, nos vales, junto de terrenos agrícolas de aluvião, muito férteis, e na periferia dessas manchas agricultadas.<sup>7</sup>*

Assim, pode-se dizer que a torre adota uma arquitetura tipo que se uniformiza, quer pelas suas dimensões e escala, quer pelos acessos como também pelo local de implantação, contem elementos que são comuns a praticamente todas as estruturas conhecidas, evidenciando uma forma-padrão desta tipologia.

---

<sup>5</sup> BARROCA, 1997, p. 100

<sup>6</sup> AZEVEDO, 1969, p. 23-24

<sup>7</sup> BARROCA, op. cit., p. 67





## INTERPRETAÇÃO

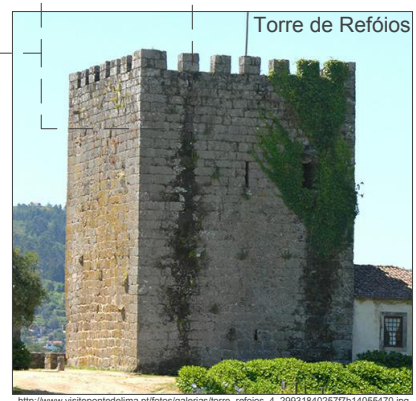
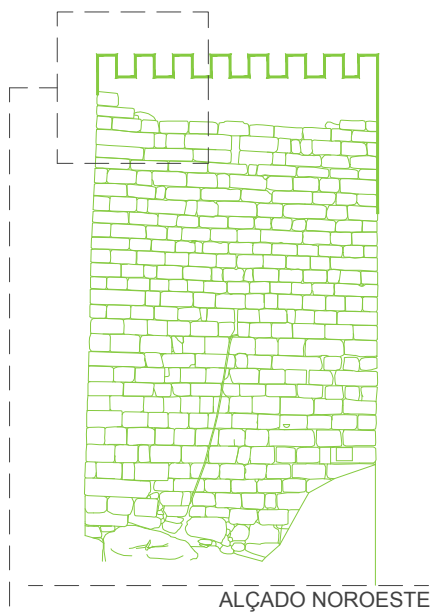
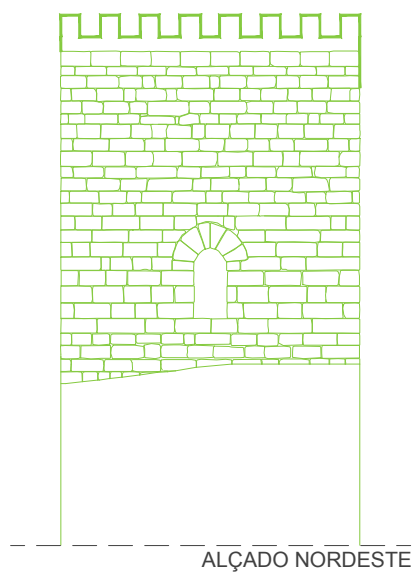
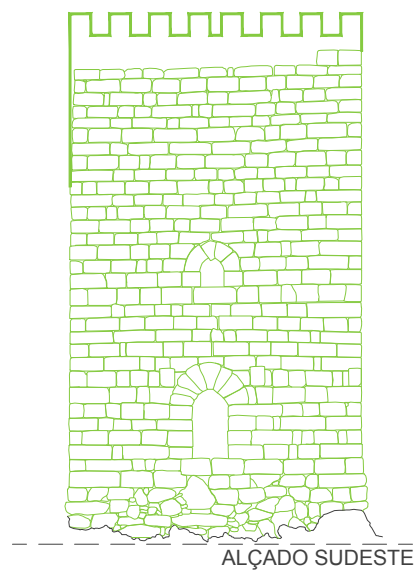
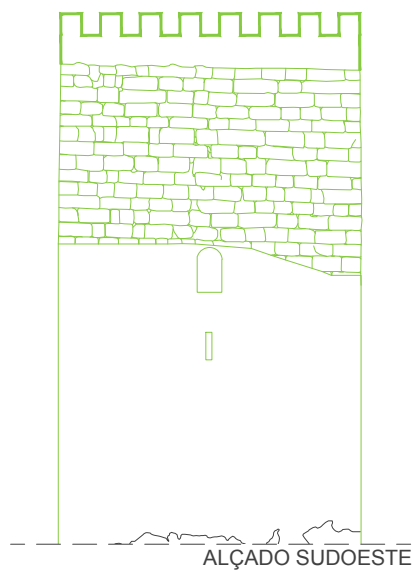
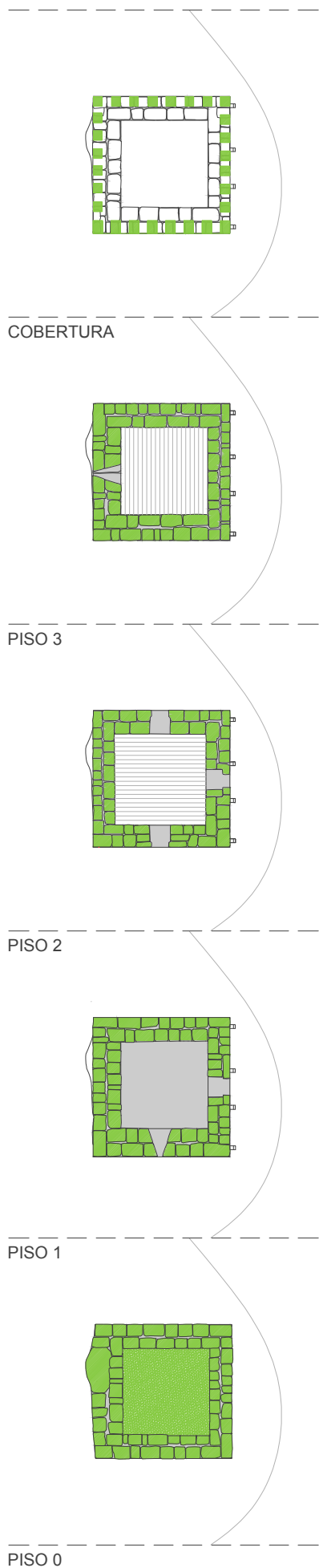
Deste modo, conhecendo-se o contexto histórico-artístico em que surgem as residências senhoriais fortificadas, ou simplesmente torres senhoriais, em Portugal e após a análise e comparação da torre com casos de estudos semelhantes, consegue-se reconstituir, o mais aproximadamente possível, o que poderia ter sido a torre de Dornelas na época da sua fundação.

Assim sendo e partindo da implantação para o objeto construído, no século XIII, a torre deveria encontrar-se implantada, completamente isolada, a meia encosta do vale agrícola, dominando toda uma extensão visível de território, provavelmente muito vasto. Tratando-se, tal como nos exemplos analisados, de uma implantação a norte de Portugal, nomeadamente a região de Entre-Douro-e-Minho, onde a sua proliferação foi muito mais regular e intensa. No entanto, destaca-se ainda pela forma como procurava elevar-se face à envolvente assentando a sua fundação em afloramentos rochosos, de grandes dimensões, presentes no local e dos quais, muito provavelmente, se serviram de materiais como a pedra e/ou o granito para a sua construção.

Quanto à sua composição a torre guiar-se-ia por vários parâmetros comuns a este tipo de estruturas, contendo grandes e espessos muros de pedra, de cerca de metro e meio, com silhares à vista que permitiam ter a noção do sistema construtivo presente. Estaria organizada por três pisos sobrepostos, havendo a possibilidade de existir *um celeiro fechado no rés-do-chão, seguido de um primeiro andar com uma sala onde se rasga a única porta de acesso ao edifício, colocada muitos metros acima do solo*<sup>8</sup> – encontrando-se a entrada, na atualidade, a cerca de dois metros e meio do nível do solo, o que não invalida que no tempo da sua fundação não pudesse estar mais abaixo ou mais acima. Uma vez que, presentemente, a torre se encontra em ruína pelo meio do terceiro piso, esta não admite a estatura que outrora teria, parte-se então do princípio que a sua altura seria relativamente superior à existente, por volta dos quinze metros – o que estaria dentro do previsto para este tipo de torres, entre os dez e quinze metros.

---

<sup>8</sup> SILVA, 1995, p. 47



Tal como referido anteriormente, a única abertura de acesso à torre seria pela porta de entrada elevada, acessível por uma escada de madeira amovível – para proteção em caso de ataques, orientada a sudeste, em arco quebrado com aduelas elaboradas e de, aproximadamente, um metro de largura. Apesar do número reduzido de aberturas na torre, no segundo piso estas rasgam-se de forma sudeste e nordeste. As duas primeiras referem-se a janelas em arco quebrado de intradorso abatido e sem bancos afrontados, enquanto a última apresenta dimensões muito semelhantes à porta de entrada, o que leva a levantar a hipótese de que posteriormente se construiu um edifício anexo a esta e ao qual era possível aceder pelo segundo piso da torre. O terceiro piso, ainda que em ruína, apresenta apenas uma seteira, orientada a noroeste, que defendia todo o território abrangido por este lado. Contudo, tal não significa que esta seteira fosse a única, pois por se encontrar em posição dominante, o terceiro piso, possibilitaria um melhor alcance defensivo da propriedade.

Embora o interior da torre esteja completamente em devoluto, esta encontrar-se-ia dividida por três pisos - desde do mais público, o piso de entrada, com a *sala* ou *aula* até ao mais privado, o último piso, com os aposentos ou *câmara de dormir* - como se pode verificar pela constante presença de cachorros e reentrâncias nas espessas paredes de pedra ao longo da sua altura, que permitem especular sobre a cota de pavimento desse piso. Estes serviriam de apoio às vigas estruturais onde assentaria o pavimento dos vários pisos, sendo possivelmente ambos em madeira. Da mesma forma encontram-se cachorros e reentrâncias na parede oposta à da entrada onde seria feito o acesso entre pisos por intermédio de uma escada, provavelmente também ela de madeira. Voltados ao exterior, sobre a porta de entrada, encontram-se ainda quatro pequenos modilhões que serviriam de apoio a uma estrutura de madeira, podendo esta outrora ter servido como marcação da entrada ou para defesa da mesma.

Parte-se então do princípio que todo o material empregue para a construção/constituição do interior bem como do exterior da torre seria em madeira dado que não se encontra nenhum vestígio da sua existência.

No que diz respeito à cobertura nada se sabe e/ou encontrou sobre a mesma, permanecendo como incógnita a sua configuração. Porém tendo em conta os exemplos previamente analisados consegue-se conjeturar que, naturalmente, seria coroada por ameias e merlões em todo o seu perímetro, provavelmente algo similar à torre de Refóios, acentuando assim o seu carácter militar. Já quanto ao material a utilizar como telhado tratar-se-ia de madeira e/ou colmo, visto serem os mais comuns na época.



Fig.44 [Fotografia]  
**Do século XVII ao século XVIII**

### CONTEXTO HISTÓRICO-ARTÍSTICO

A segunda grande fase surge após um intervalo temporal, de cerca de quatro séculos, da construção da torre. Pois só em meados da segunda metade do século XVII e inícios do século XVIII é que se identificam novas campanhas construtivas, consideradas segundo dois momentos consecutivos. Assim, como forma de sustentar o primeiro impulso construtivo são consideradas as epígrafes gravadas em dois portais<sup>9</sup> assim como as diversas datas inscritas nas padieiras das portas e/ou janelas do corpo edificado no século XVII. Quanto ao segundo impulso construtivo faz-se uma suposição baseada na informação retirada de elementos já estudados, nomeadamente no que diz respeito aos diversos proprietários e a algumas datações presentes em outras partes do conjunto edificado. Contudo, devido à escassez de documentos que comprovem qualquer tipo de campanha construtiva tornou-se necessário percorrer um contexto historicamente mais vasto, na medida em que se recua até finais do século XV inícios do século XVI para entender as circunstâncias políticas e as linguagens artísticas características da época que se pretende enquadrar. Servindo toda a informação recolhida entre estes séculos como uma espécie de ponte que preenche o vazio entre o que se passou e foi feito nos séculos XIII e XIV até chegar ao século XVII, onde efetivamente se encontram provas concretas de construção.

Ainda em finais do século XV inícios do século XVI e apesar de toda uma dinâmica sentida no seio da sociedade portuguesa – derivada do impacto dos Descobrimentos marítimos na mudança das mentalidades e da contratação de humanistas estrangeiros por parte dos monarcas portugueses – chega a Portugal o movimento que traz consigo uma nova concepção do homem e do universo que, sob o ponto de vista artístico, se inspirava na arte clássica, pretendendo uma renovação da arquitetura através da reinterpretação das formas arquitectónicas greco-romanas. Contudo e apesar do Renascimento se começar a sentir no final do século, só em meados/finais do século XVI é que o gosto pela arquitetura renascentista se afirma de forma consistente em Portugal, encontrando ainda alguma resistência pela continuidade do estilo manuelino, uma vez que um estilo não se manifesta da mesma forma e ao mesmo tempo por todo o país. Trata-se então de um estilo artístico, de forma ornamental, que nasce, principalmente, da mistura de um gótico manuelino com as inovações trazidas dos vários

---

<sup>9</sup> Previamente referidas na primeira parte da investigação, no enquadramento do objeto de estudo, no subcapítulo Dos Proprietários e Brasão.

contactos com outras civilizações do mundo. Destes destaca-se, no reinado de D. João III (1521 a 1557), o contacto de artistas e/ou arquitetos portugueses com as inovações técnicas e estéticas emergentes em Itália, da mesma forma que os mestres estrangeiros, italianos ou de formação italiana, eram convidados a trabalhar em Portugal para empreender as novas linguagens renascentistas.

Paralelamente ao referido anteriormente acontece a renovação da habitação nobre onde, apesar dos arquitetos e/ou construtores continuarem presos às tradições medievais, se começa a assistir, a partir dos finais do século XV, a uma reutilização e reaproveitamento das antigas torres, casas-forte, e à construção de novas torres. *Verificamos, no entanto, que no norte do país, e a ele circunscrito, a torre acaba por se revelar o elemento estruturante e gerador das morfologias da casa senhorial que se vão edificando a partir do século XV.<sup>10</sup> Nos quais vemos o manuelino despontar no desenho de uma janela ou no recorte de um portal, anunciando os novos tempos. Assistimos não só à simples construção de casas-torre, como ao desenvolvimento, a partir das existentes, de duas diferentes tipologias arquitectónicas: uma, em que à torre inicial é acrescentado um corpo habitacional de forma retangular, e uma segunda em que este corpo habitacional é ladeado por duas torres<sup>11</sup>. Pode-se assim dizer que o ímpeto construtivo manuelino coincidiu com uma nova tipologia habitacional: o paço.*

*“A tipologia de paço marcado pela presença de uma torre como elemento gerador da morfologia arquitectónica, (...), marcará de forma contínua e sistemática os paços da nobreza do norte do País dos séculos XVI e XVII.”<sup>12</sup>*

O século XVII é tido como um período conturbado e de sérias dificuldades. Como consequência da crise de sucessão de 1580, com a morte de D. Sebastião na Batalha de Alcácer-Quibir, e com a subida ao trono de D. Filipe I inicia-se a dinastia filipina marcada por uma monarquia dual, onde havia um único rei para Portugal e para Espanha. Entre 1580 e 1640, não houve só a junção das duas coroas, a união ibérica<sup>13</sup> regia também o territórios coloniais de aquém e além-mar: desde das colónias do Brasil ao Oriente. Durante este intervalo de tempo houve a necessidade de desenvolver um modelo de arquitetura exportável que fosse possível de construir e reproduzir por todo o império, desde Portugal até à Índia passando pelo Brasil, facilmente executável e económica. Desenvolveu-se assim

---

<sup>10</sup> CARITA, 2015, p. 28

<sup>11</sup> Ibidem, p. 78-79

<sup>12</sup> Ibidem, p. 80

<sup>13</sup> O termo união ibérica é uma criação dos historiadores modernos para descrever a união da coroa de Portugal com Espanha durante a dinastia filipina.

uma tipologia elegante que permitia o frágil equilíbrio entre a implantação portuguesa e os modelos decorativos da época, na medida em que se trata de uma tentativa de preservação da identidade portuguesa num período de crise política, económica e social.

Assim, aplicada entre o período de 1580 e 1700, esta nova linguagem arquitectónica foi desenvolvida por George Kubler, em 1972, de “estilo chão” - *plain style*, definindo este estilo como uma arquitetura vernácula, mais relacionada com as tradições de um dialecto vivo do que com os grandes autores da antiguidade clássica. Deste modo, a par das influências clássicas, é reconhecida pelo uso de formas puras e pela sobriedade e rigor geométrico das mesmas - na medida em que o cubo e o paralelepípedo são os volumes predominantes, extremamente compactos e ortogonais; pela simplicidade no tratamento das superfícies murais - tratando-se de paredes planas, às quais se integram todos os elementos arquitetónicos, não se encontrando saliências nem reentrâncias; e pela ausência de qualquer tipo de decoração, reduzindo-se o edifício ao essencial retirando tudo o que é supérfluo e desnecessário.

Com o declínio do império português, derivado do declínio comercial e naval e da perda de colónias orientais e de parte do território brasileiro, sob o domínio da monarquia espanhola a coroa nacional entra em grandes dificuldades, tornando-se necessário o reconhecimento da sua autonomia. Inicia-se então um novo conflito militar: a Restauração. Assim, a restauração da independência em 1640 e a procura de afirmação política da nova dinastia de Bragança, apoiada na aclamação de D. João IV fornecem o pano de fundo para o aparecimento de novas formas expressivas de propaganda e de representação do poder.

Em Portugal é ainda no período de domínio filipino, inícios do século XVII, que se dá conta da superação dos modelos formais existentes, dando-se uma época de transição de linguagens artísticas, onde o barroco se vai desenvolvendo de forma gradual face à arquitetura chã. Entra-se então num novo período de esplendor arquitetónico onde, sustentado pelo comércio do açúcar e pela descoberta de ouro (na década de 90) e diamantes (em 1728), o barroco atinge o seu apogeu. Como diz Carlos Azevedo: “*O século XVIII é, em Portugal, o século por excelência do barroco.*”<sup>14</sup>

Consequente ao domínio espanhol verifica-se também uma constante aproximação ao meio rural da província. Assim, *na segunda metade do século XVII, com a melhoria das condições de vida*

---

<sup>14</sup> AZEVEDO, 1969, p. 65

*motivada pela paz com os espanhóis e uma maior rentabilidade da agricultura verifica-se, em paralelo com a região de Lisboa, o aumento de interesse pela construção ou renovação das casas senhoriais, que se irá acentuar a partir do século XVIII.*<sup>15</sup>

No que se refere à arquitetura civil e como *fenómeno de particular significado na história da casa senhorial é a introdução, na zona norte, de um programa de casa em planta U, que constitui, pela sua coerência formal e pendor racionalista, uma das mais interessantes soluções arquitectónicas deste período.*<sup>16</sup> Desenvolvendo-se em comprimento, assiste-se a uma maior regularidade quer em planta quer em alçado, pela sequência rítmica das aberturas. Há uma maior preocupação em relação a uma morfologia mais racionalizada dos volumes arquitetónicos. Outra inovação, paralela a isto, é a *recorrência, quase sistemática, do uso da capela, salientando um arcaísmo de tradição medieval onde esta estrutura se instituíra como alto privilégio senhorial, reminiscências da antiga capela palatina.*<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> CARITA, 2015, p. 202

<sup>16</sup> Ibidem, p. 203

<sup>17</sup> Ibidem, p. 200

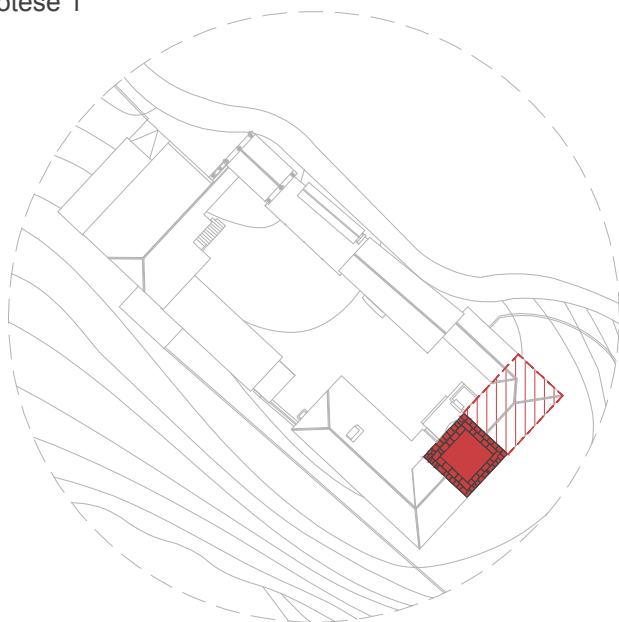


## **ANÁLISE E COMPARAÇÃO**

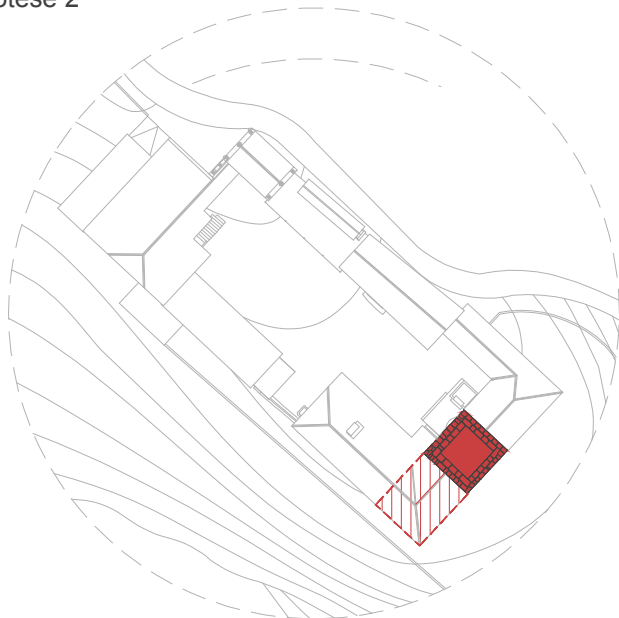
Nesta segunda fase é possível perceber tanto pela análise dos elementos desenhados como pelas datações inscritas no conjunto edificado que esta grande campanha de obras é marcada por dois momentos construtivos. Assim, é de apontar que estes se tratam de intervenções e/ou construções autónomas, separadas uma da outra, mas que apesar de tudo se geram dentro do mesmo contexto histórico-artístico permitindo relacionar-se pelas suas características tipo-morfológicas. Contudo referem-se a diferentes graus de erudição por via da linguagem e do ornamento arquitetónico, uma vez que o 1º impulso construtivo é mais vernacular, enquanto o 2º impulso construtivo, revela uma apetência mais erudita dos formulários empregues. Em seguida, apresentar-se-á a análise de cada um individualmente, admitindo-se a sua leitura de forma sequencial.

Porém antes de prosseguir para a análise específica de cada um, houve a necessidade de abrir um pequeno parêntesis relacionado com a evolução da torre de Dornelas a paço. Na medida em que situado algures no intermédio deste tempo, de cerca de quatro séculos, possa ter havido um (ou mais) momento construtivo que se perdeu e/ou foi reaproveitado, e portanto não existe material construtivo para ser analisado/estudado. Quando as torres senhoriais não era suficientes, só por si, para servirem de habitação junto delas eram desenvolvidas e construídas dependências que permitiam incluir ou completar o programa habitacional. Anexos que tanto podiam erguer-se adossados a uma das suas paredes, surgir no meio de duas torres ou até em redor da mesma, ocupando esta a posição central. Contudo, atualmente, no caso de estudo não se verifica nenhuma dessas situações, uma vez que os volumes anexos à torre, pelos alçados sudoeste e nordeste, são muito posteriores à sua construção. Mesmo assim, pela presença de alguns vestígios e pela forma/dimensão dos volumes anexos, não se excluiu a hipótese de ter existido o tal paço medieval anexado a um dos lados. No entanto há que ter em conta que tal é tão somente uma conjectura não existindo provas documentais ou materiais de suporte a tal afirmação.

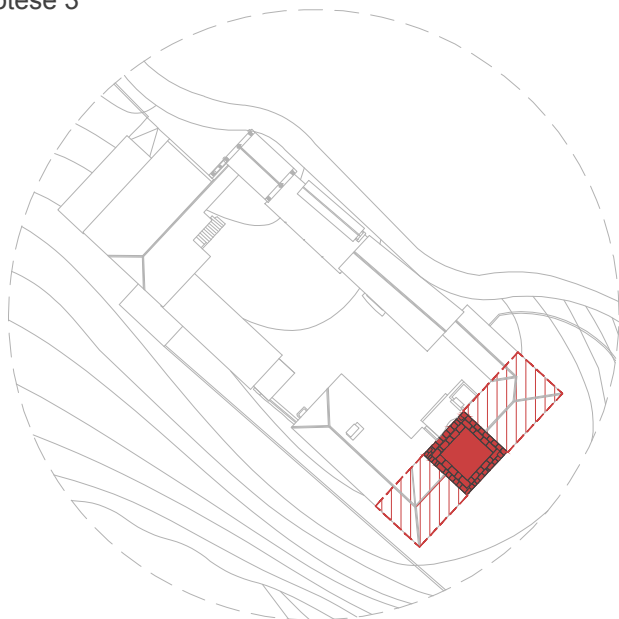
Hipótese 1



Hipótese 2



Hipótese 3



*“Entre nós, a existência dessas construções contíguas às torres é testemunhada por vestígios, mas pode também inferir-se pela existência de certas aberturas que ainda em algumas torres assinalam a passagem para qualquer outra dependência que desapareceu.”<sup>18</sup>*

Deste modo, colocam-se algumas questões pertinentes que permitem, e ajudam, a levantar essa hipótese:

- Será que aquando da construção do edifício do século XVII haveria outra construção que o impediu de ser anexado à torre, mas que com o tempo ruiu e desapareceu?
- Seriam esses, possíveis, anexos construídos em materiais perecíveis? Ou em pedra?
- Serviriam de habitação para o senhor? Ou para os caseiros?
- Ou será que eram anexos de apoio agrícola?
- Porque terá o edifício construído em finais do século XVII inícios do século XVIII sido implantado anexo à torre com aquela dimensão lateral?
- Terá este sido fruto do reaproveitamento de algum volume anterior?

---

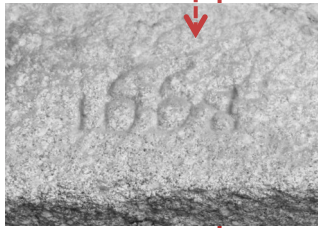
<sup>18</sup> AZEVEDO, 1969, p. 28



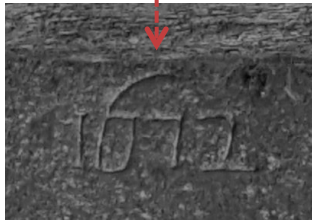


Corpo edificado séc. XVII





1668 (?)



1672



1676



1682

Fig.45 [Esquema]  
**Localização de inscrições com datação no corpo edificado do séc. XVII**

## 1º Impulso Construtivo | Da TORRE a PAÇO (séc. XVII)

É a partir da análise dos desenhos, mas, principalmente, da observação *in situ* e do inventário fotográfico que se identificam os sinais, as epígrafes e as datações, que sustentam esta proposta, identificando-se três/quatro ações distintas que ocorrem de forma sequencial, dando origem ao volume edificado existente .

Através do desenho, em planta, das paredes estruturais que acomodam os espaços interiores, com cerca de oitenta centímetros de espessura, consegue-se então reconhecer as três/quatro fases construtivas que constituem o corpo edificado. Assim, numa primeira ação construtiva, de 1672, descobre-se um volume autónomo, paralelepípedo, composto por dois pisos (1). A este, de transição, anexou-se um outro similar mas de menores dimensões (2), ao qual, em 1676, se juntou o volume de base quadrangular (3) - ao qual foi retirado um pedaço para encaixar. Sendo, por fim construído, em 1682, o volume correspondente às escadas e alpendre (4).

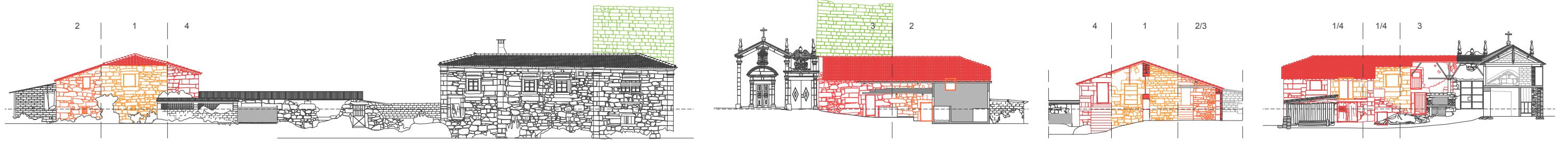
Também nos alçados, pela leitura da estereotomia, é possível observar-se de modo, mais ou menos, perceptível a rutura entre os aparelhos de pedra das paredes. Deste modo, atentando ao volume retangular primitivo e pela maneira como os outros volumes a ele se anexaram, tanto no alçado sudoeste como no alçado interior, aqui representado pelo corte C2, é possível empreender de forma bastante evidente o seu aspecto. Face a isto, no alçado sudoeste, verifica-se então que no emparelhamento com o volume das escadas/alpendre há simplesmente um encostamento, enquanto que com o volume construído, em 1676, houve uma tentativa de diluir a sua junção. Identificando-se ainda, pelo alçado noroeste, uma junção semelhante deste com o volume de base quadrangular, da mesma forma que este se encosta ao volume primitivo.

Analisando agora os alçados pelo percurso sequencial de entrada no volume reconhecem-se as seguintes aberturas. No alçado de entrada, aqui representado pelo corte C2, sempre no primeiro piso, pode perceber-se o fecho de um vão que pelas suas dimensões poderia ter sido uma porta. Também aí, claramente, se identifica a presença da “porta” de acesso ao volume edificado. Importa ainda referir que é na padieira destas mesmas portas que se encontram as epígrafes gravadas. Este alçado é o que apresenta mais modificações resultando na permeabilidade de transformações vindas com o crescimento da construção. Em outro alçado, referente ao corte C3, identificam-se nove tipos de vãos,

quase, todos com dimensões distintas. Assim, no piso do rés-do-chão, numa leitura da direita para a esquerda, encontram-se três portas retangulares, de diferentes acessos, e duas janelas iguais entre si, mas distintas das restantes aberturas. Estas encontram-se como que escondidas na construção e só depois de um olhar atento é que se permitem notar. Já no primeiro piso lêem-se duas portas, sendo uma delas a de entrada no volume primitivo, e duas janelas, de características semelhantes mas de diferentes dimensões, como que diferenciando a importância dada aos espaços interiores correspondentes. Similares às anteriores acham-se, no alçado orientado a sudoeste, duas janelas, também elas situadas no primeiro piso. Enquanto no piso térreo localizam-se duas pequenas aberturas, gradeadas, muito idênticas entre si. Por fim, no alçado noroeste, existem três vãos de janela, dois idênticos aos anteriores só que em diferentes pisos e um outro maior que também se encontra escondido por construções posteriores, e ainda duas portas de acesso ao piso térreo do edifício.

Com base nesta análise pode-se então afirmar que o primeiro piso aparenta uma linguagem própria para ser caracterizado como “andar nobre”, a fenestração apresenta maiores dimensões e a cada espaço interior corresponde, pelo menos, uma janela. Janelas essas que pelo seu interior possuem, praticamente todas, bancos afrontados. Ao contrário do piso térreo que é mais fechado, onde as aberturas são definidas por pequenos postigos gradeados, que tendem a alinhar-se com os vãos que lhe encimam no andar nobre.





ALÇADO SUDOESTE



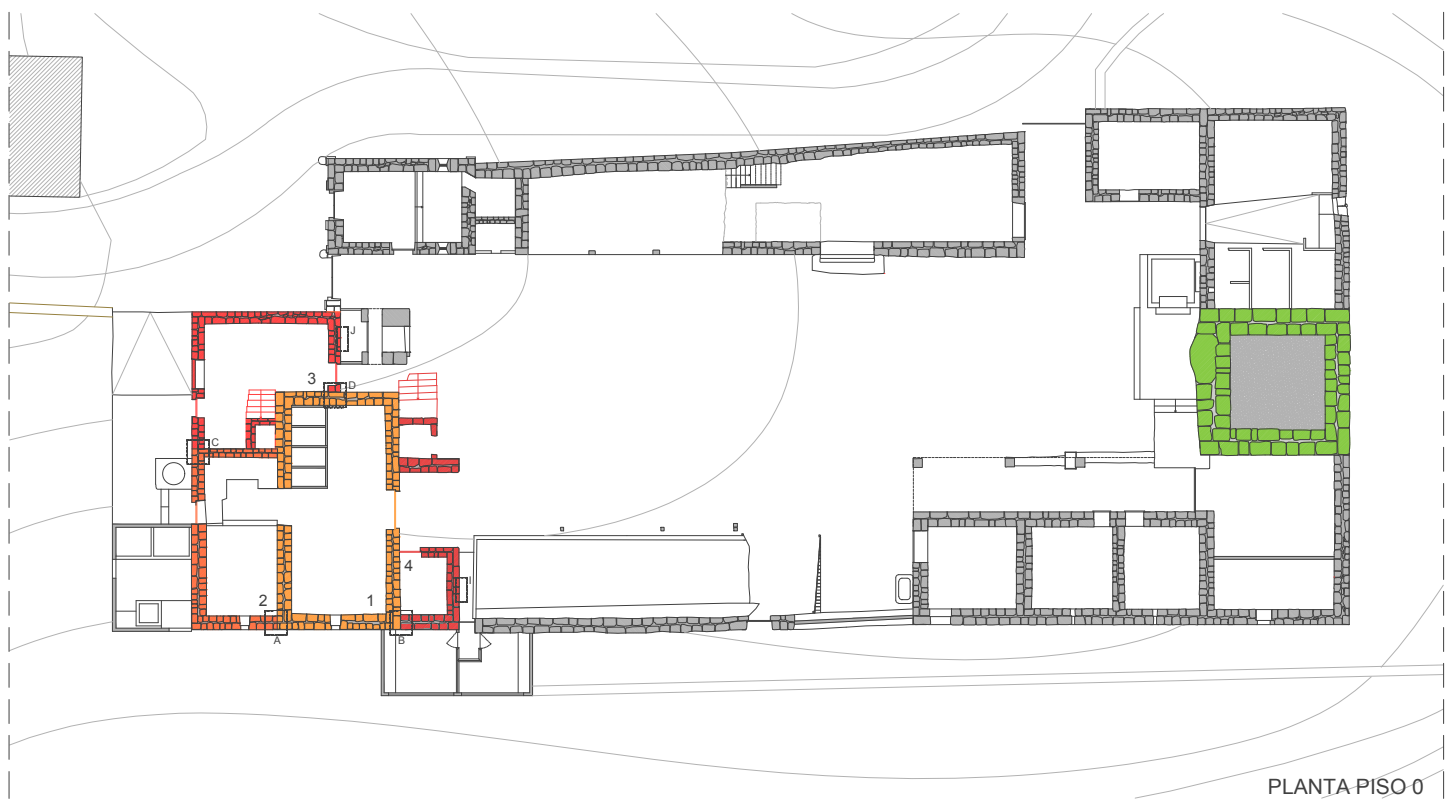
ALÇADO NOROESTE



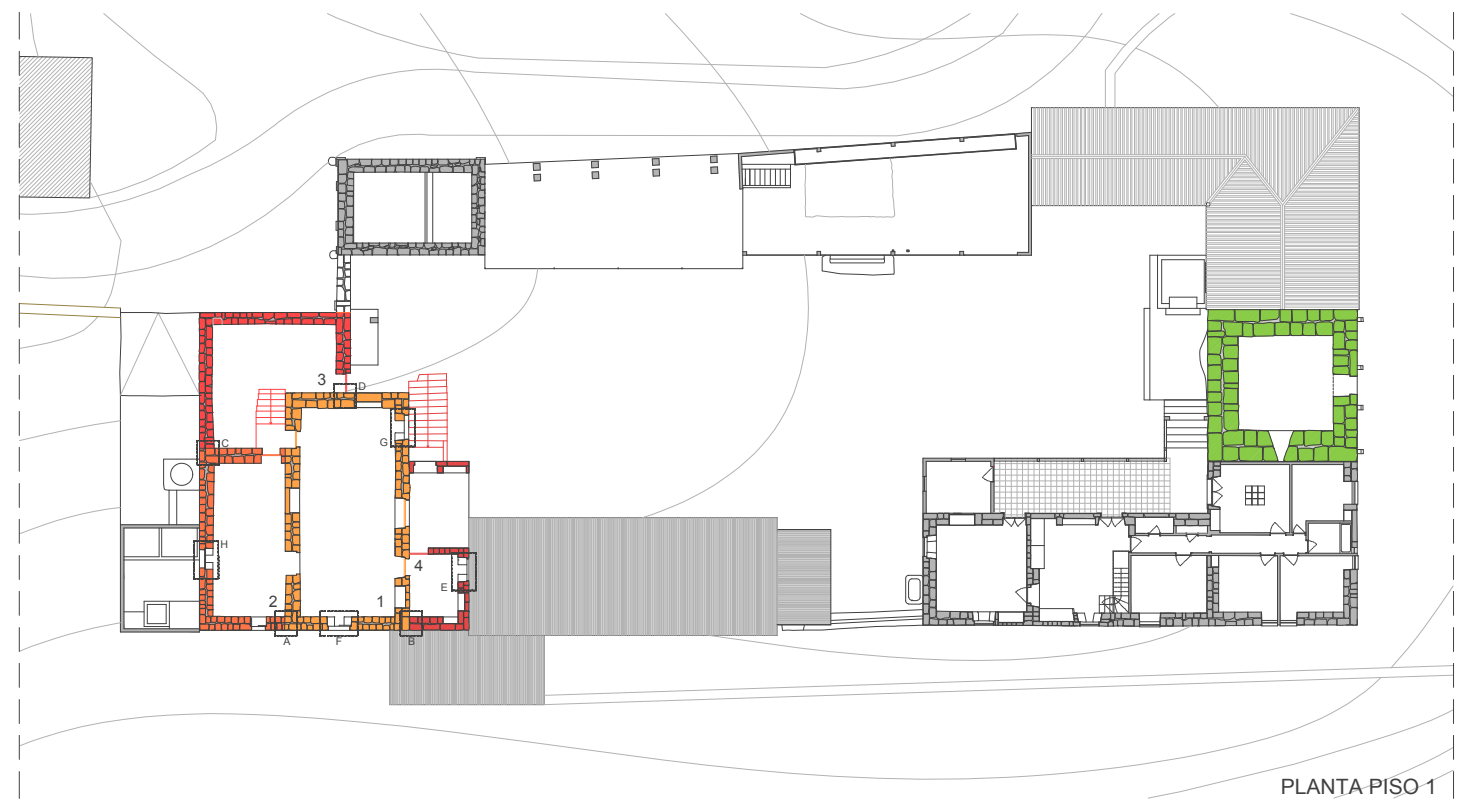
ALÇADO INTERIOR - CORTE C2



ALÇADO INTERIOR - CORTE C3



PLANTA PISO 0



PLANTA PISO 1

A divisão programática do volume funciona de forma bastante semelhante ao que se passa em construções deste tipo, *com um programa de dois andares, ocupando o primeiro piso as dependências nobres, o piso térreo seria, naturalmente, para serviços (...) como estrebarias, cavaliças ou simplesmente logeas.*<sup>19</sup> Quando lido como um todo é notória a lógica – o modo corrente de organização do espaço habitacional – com que o espaço interior de ambos os pisos, balizado pelas paredes estruturais, está estruturado. Pois, dispostos de forma contígua, os espaços comunicam, quase sempre, diretamente entre si, excetuando o volume quadrangular no piso do rés-do-chão que só é acessado pelo exterior ou então a partir de umas escadas em pedra pelo interior do primeiro piso.

Outra característica verificada através da análise é a presença de um corpo de escadas exterior, de acesso ao andar nobre com peitoril de pedra e que termina com um patim coberto por alpendre. *Na sua relação com o pátio, estas escadas e alpendres reforçavam a nobilitação do andar nobre permitindo aos senhores da casa usufruir de uma espécie de tribuna sobre o espaço do pátio*<sup>20</sup>.

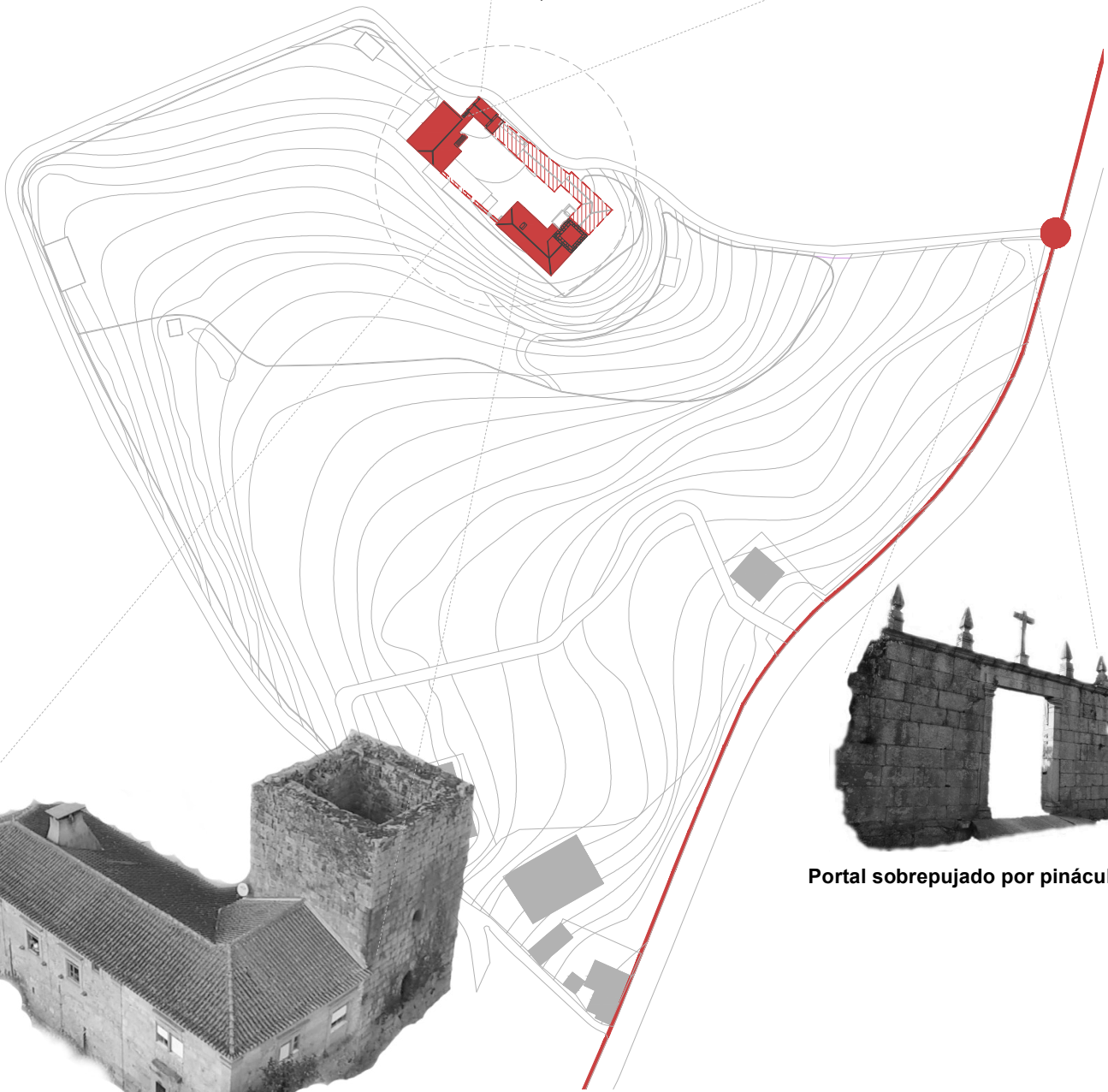
---

<sup>19</sup> CARITA, 2015, p. 54

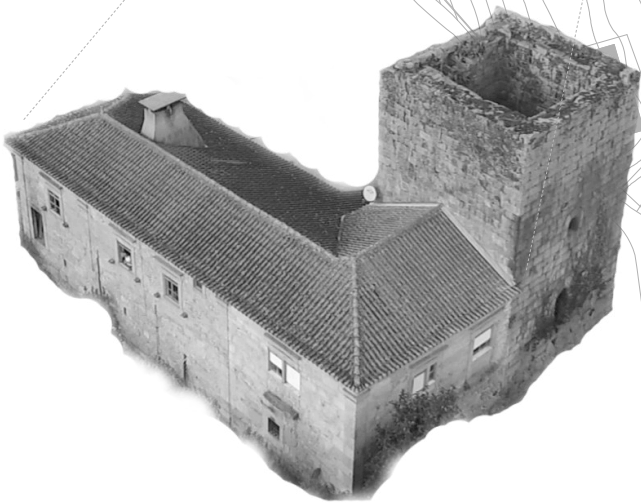
<sup>20</sup> Ibidem, p.45



Capela + Portal brasonado



Portal sobrepujado por pináculos



Novo edifício habitacional (séc. XVIII)

FASE 2 | 2º Impulso Construtivo - De PAÇO a SOLAR (séc. XVIII) - Escala 1:2000

## 2º Impulso Construtivo | De PAÇO a SOLAR (séc. XVIII)

Neste segundo momento podem retirar-se várias conclusões acerca da época de construção das suas partes a partir: da análise morfológica do conjunto, da observação arqueológica de sinais presentes no mesmo, de informações recolhidas a partir do contexto histórico-artístico das casas senhoriais e do pormenorizado levantamento fotográfico. Deste modo, apontam-se quatro intervenções distintas, as mais importantes/impactantes, que ocorrem num tempo sincrónico. São elas a construção da **capela** e do **portal de entrada** que a ela se agrega, do **novo edifício habitacional** e do **portal sobrepujado por pináculos**, que, em 1720, vem delimitar a propriedade em que o conjunto edificado está inserido. Podendo, ainda, encontrar-se/citar-se referências a algumas remodelações e acrescentos necessários para o ajustar a estas novas construções.

Após a construção do primeiro volume de habitação ocorre, possivelmente, entre finais do século XVII inícios do século XVIII, a edificação da capela e do portal de entrada brasonado<sup>21</sup> que fixam o alçado principal do conjunto e configuram o grande pátio interno que articula todos os volumes do conjunto. À vista disto, quer em planta quer em alçado a sua junção é lida como um todo, sem rutura aparente, onde é de notar a partilha de elementos decorativos, como o pináculo e a pilastra que suporta a cornija do portal de entrada.

A capela de S. Francisco situa-se então à entrada do conjunto, voltada para o exterior, pelo que se entende que era de acesso a toda a comunidade. Através do desenho, em planta, das paredes estruturais que conformam o espaço interior, com cerca de sessenta centímetros de espessura, consegue-se compreender a simplicidade da sua composição, apresentando-se como um módulo retangular de pequenas dimensões. Apresentando, pelo exterior, um perímetro retangular de, aproximadamente, 5.06m por 7.92m. Este é desenhado por pilastras que rematam os ângulos retos e a fachada principal é marcada de ambos os lados por pilastras de canto, assentes sob uma base forte de granito. É ainda coroada com pináculos e por uma cruz no topo das empenas. Efeito este que se volta a repetir nas traseiras da capela.

---

<sup>21</sup> O brasão de família aparece detalhado na primeira parte da investigação, no enquadramento do objeto de estudo, no subcapítulo Dos Proprietários e Brasão.

No alçado noroeste, o portal principal, centrado na fachada, como que simula um arco de volta perfeita através dos vários elementos presentes, aos quais a encimar o mesmo, numa espécie de altar trabalhado, se encontra, uma estátua, em granito, de S. Francisco. Para além da entrada principal a capela possui ainda uma entrada lateral secundária, acessível pelo pátio. Neste alçado lateral interior, representado pelo corte C1, pode-se constatar a abertura de uma janela, simétrica a outra presente no alçado nordeste, e ainda o fecho de um vão que pelas suas dimensões corresponderia a uma porta de acesso ao coro-alto que existiria no interior da capela. Mas que atualmente não se verifica qualquer vestígio da sua existência pelo interior devido ao caiamento, total, das paredes. Observa-se que o mesmo acontece com uma janela de menores dimensões no alçado oposto, o nordeste, onde por fora se descobre o vão mas pelo interior este não existe. Posto isto convém referir, e associado a isto, que por esta altura no volume habitacional existente, analisado anteriormente, é provável que pelo seu exterior se tenham construídos umas escadas, com um passadiço, que permitiram o acesso privilegiado do senhor à capela, mas que por algum motivo já lá não se encontram, permanecendo apenas vestígios das mesmas no paramento exterior. (...) *uma tribuna ao nível do primeiro andar, comunicando diretamente com o andar nobre do paço.*<sup>22</sup>

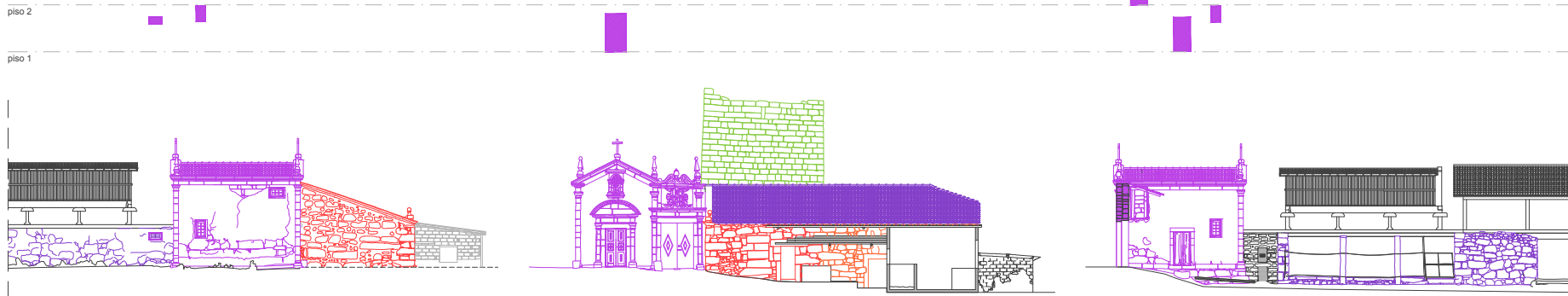
Quanto ao interior, caiado, da capela encontra-se despido de qualquer decoração que outrora possa ter possuído. Descobrimo-se, apenas algumas peças perdidas e partidas que, possivelmente, teriam feito parte do altar. Identifica-se também um desnivelamento de piso pouco acentuado, dado por dois degraus, onde se evidencia a diferença de pavimentos, madeira e pedra. Em que na zona em pedra, muito possivelmente, era o altar e na zona em madeira o espaço de assistir à missa, de estar sentado nos bancos. Da mesma forma depara-se com o acesso a um pequeno espaço apertado, de reduzidas dimensões, onde se encontram um fontanário embutido na parede e ainda outros elementos decorativos dispersos. Provavelmente, este espaço seria de apoio à capela e, como se pode ver nas traseiras da mesma teria uma cobertura de duas águas como se pode ver pelos vestígios presentes.

---

<sup>22</sup> CARITA, 2015, p. 29



VESTÍGIOS DA COBERTURA INCLINADA DO ESPAÇO DE APOIO À CAPELA



VESTÍGIOS DO PASSADIÇO COM ESCADAS QUE PERMITIRIA O ACESSO PRIVILEGIADO ENTRE O PAÇO E A CAPELA (CORO-ALTO)



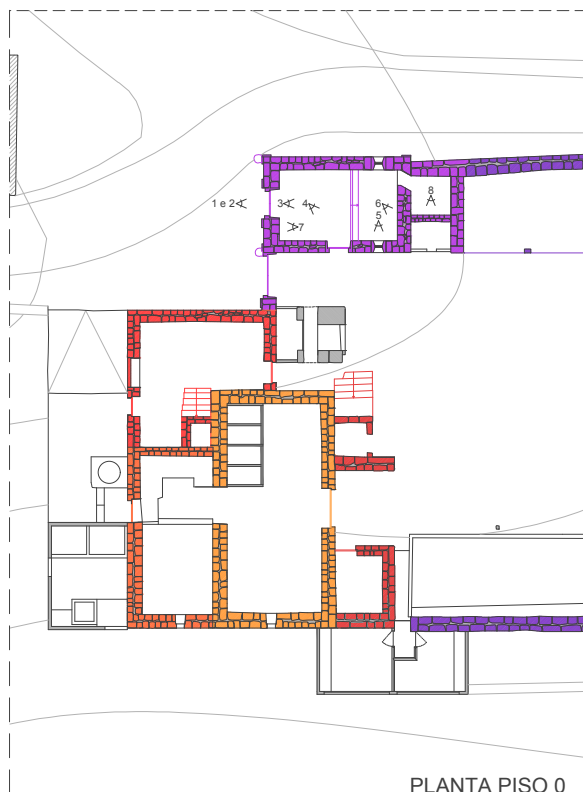
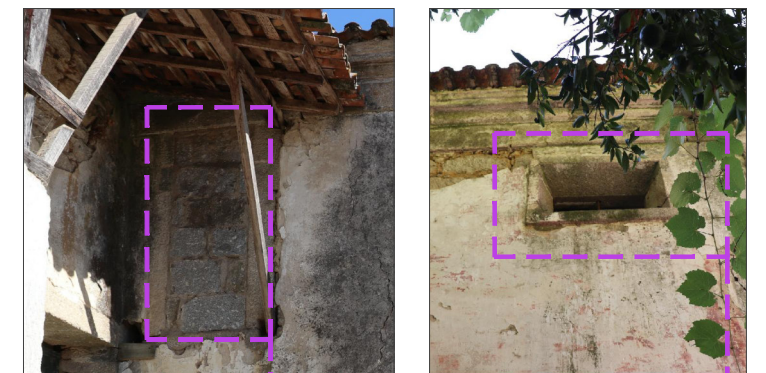
ALÇADO NORDESTE



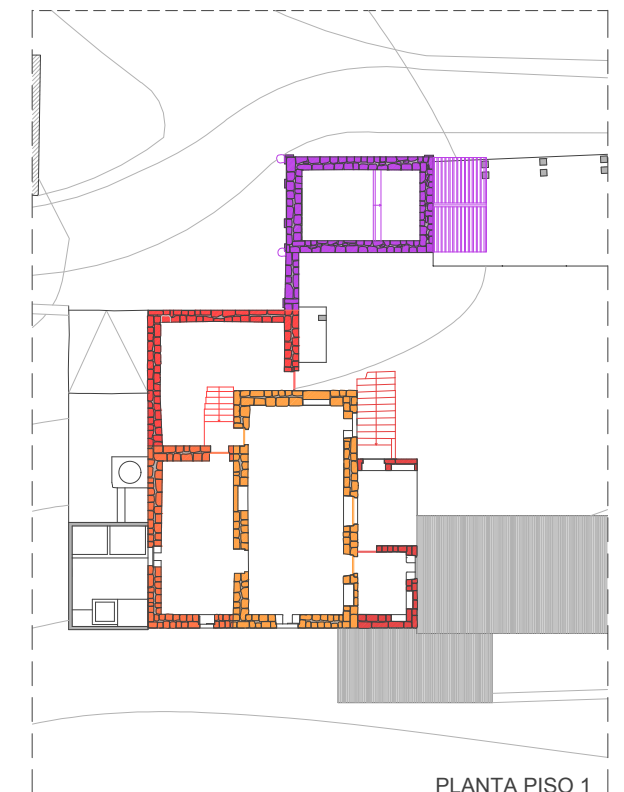
ALÇADO NOROESTE



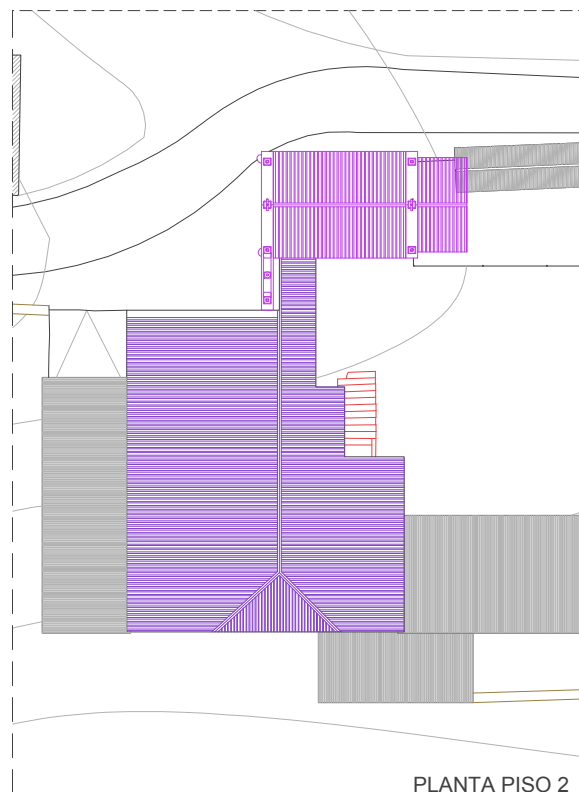
ALÇADO INTERIOR - CORTE C1



PLANTA PISO 0



PLANTA PISO 1



PLANTA PISO 2



PANORÂMICA DO INTERIOR DA CAPELA (PAREDES CAÍDAS)

Paralelamente à construção da capela e do portal de entrada brasonado percebe-se a edificação de um volume autónomo, de dois pisos, configurado por uma planta em “L”, em que a parte mais pequena deste L está adossada à fachada sudoeste da torre, integrando e centralizando-a.

Fruto desta configuração localiza-se no piso inferior o programa mais ligado ao domínio agrícola, isto é, as cortes dos animais, nomeadamente vacas, e os espaços para o arrumo dos utensílios. Este piso é composto por quadro módulos, aproximadamente quadrangulares, dos quais três são similares e o quarto, encostado à torre, de maior dimensão. Encontram-se todos cinquenta centímetros abaixo da cota de soleira e o seu pavimento é em terra batida. O acesso aos espaços é feito “por um corredor” exterior, não havendo ligação pelo interior dos mesmos, tendo cada um a sua autonomia. Junto a este existem ainda três pilares e um muro de pedra que sustentam o alpendre do piso superior. Desse mesmo muro nascem as escadas adossadas à torre, presentes no alçado interior representado no corte C4, e no alinhamento das mesmas, centrado na parede, em cima e em frente, existe um fontanário. *Na sua relação com o pátio, estas escadas e alpendre reforçavam a nobilitação do andar nobre, permitindo aos senhores da casa usufruir de uma espécie de tribuna sobre o espaço de pátio.*<sup>23</sup>

No piso superior encontra-se o alpendre coberto com patim e uma vez neste é de notar a presença de três portas nobres, excetuando a porta do volume construído posteriormente. Aqui, o desenho do segundo piso mostra grandes semelhanças face ao piso inferior, na medida em que se mantém a mesma disposição dos espaços volumétricos limitados pelas paredes estruturais, de cerca de oitenta centímetros. Ao contrário do que acontece no piso térreo, este piso denota características de espaços contíguos onde o acesso se faz diretamente de uns espaços para os outros, comunicando entre si. Contudo, dois destes volumes interiores, os mais próximos da torre, sofreram remodelações posteriores pois apresentam paredes interiores divisórias em tijolo, que permitem desenhar vários espaços com características habitáveis, nomeadamente os quartos e as casas de banho. Observa-se ainda a introdução de um novo elemento organizador do espaço interior, o corredor, uma inovação introduzida a posteriori, visto corresponder a um modelo de especialização de distribuição espacial que não se coaduna a modelos do período em análise. Nos espaços destinados à cozinha e à sala de jantar descobrem-se bancos afrontados nos vãos de janela, assim como um fontanário, em simetria com o exterior, escondido na zona da despensa.

---

<sup>23</sup>Ibidem, p. 44

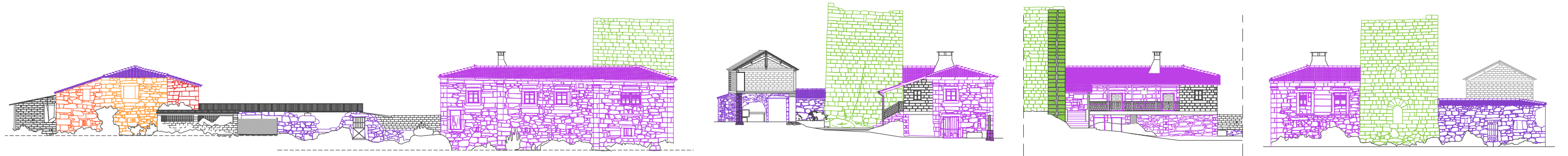
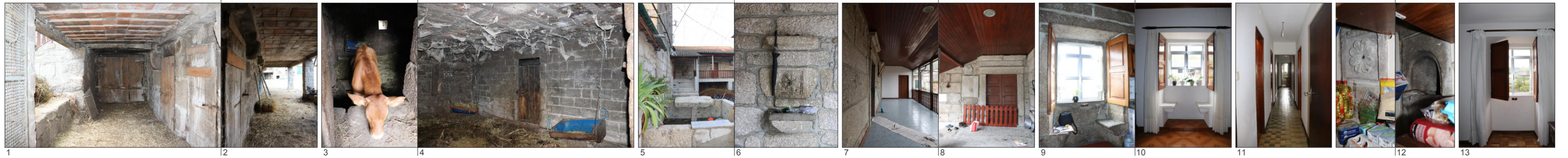
Relativamente ao aspecto exterior, as suas fachadas são emolduradas por cunhais de pedra com robustas pilastras, salientando as geometrias do conjunto. *No mesmo sentido, fortes cimalthas com finos astrágalos, em forma de meia-cana, associam-se aos frisos de marcação do andar nobre, que correndo horizontalmente ao longo da fachada reforçam, mais uma vez as linhas mestras do traçado conjunto. Subjacente ao traçado geométrico de composição de alçados, associam-se, por sua vez, as geometrias puras de vãos com janelas e portas, que se distribuem por igual<sup>24</sup> - a cada espaço interior uma janela e cada uma igual/similar à outra, num ritmo uniforme ao longo da fachada.*

Ao analisar os vãos pode afirmar-se que se verifica uma tendência para um piso térreo, fechado, pouco fenestrado, onde as aberturas são definidas por pequenos postigos gradeados, que tendem a alinhar-se com os vãos que os encimam no andar nobre. Em confrontação com um andar nobre com janelas de sacada, emolduradas onde os lintéis são encimados por cornijas retas, e três varandas estreitas de cerca de palmo e meio. Deste modo, no alçado sudeste identificam-se duas janelas, com varanda, em tudo similares às referidas, contudo atualmente são de menores dimensões uma vez que houve reaproveitamento da moldura dos vãos para a colocação de nova janela, como se pode apurar pela presença de uma rutura no aparelho de pedra da parede. O mesmo acontece no alçado sudoeste em que a janela de sacada foi profundamente alterada dando origem a duas novas aberturas. Ainda neste alçado localizam-se três janelas retangulares - regulares quanto às suas dimensões e métricas, conferindo uma regularidade rítmica ao alçado - e uma abertura de dimensões bastante generosas no piso térreo, contrastando com os postigos existentes. Já no alçado interior, representado pelo corte C4, volta-se a encontrar uma janela retangular muito semelhante às anteriores.

---

<sup>24</sup> CARITA, 2015, p. 203





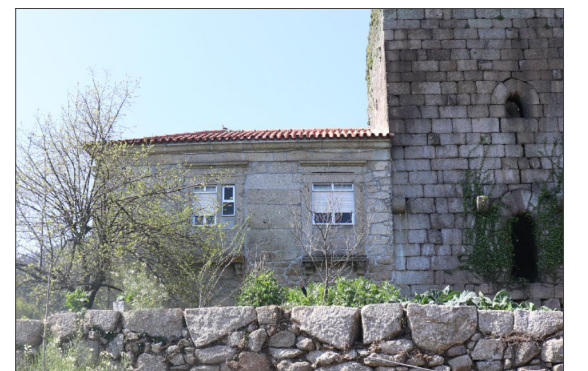
ALÇADO SUDOESTE



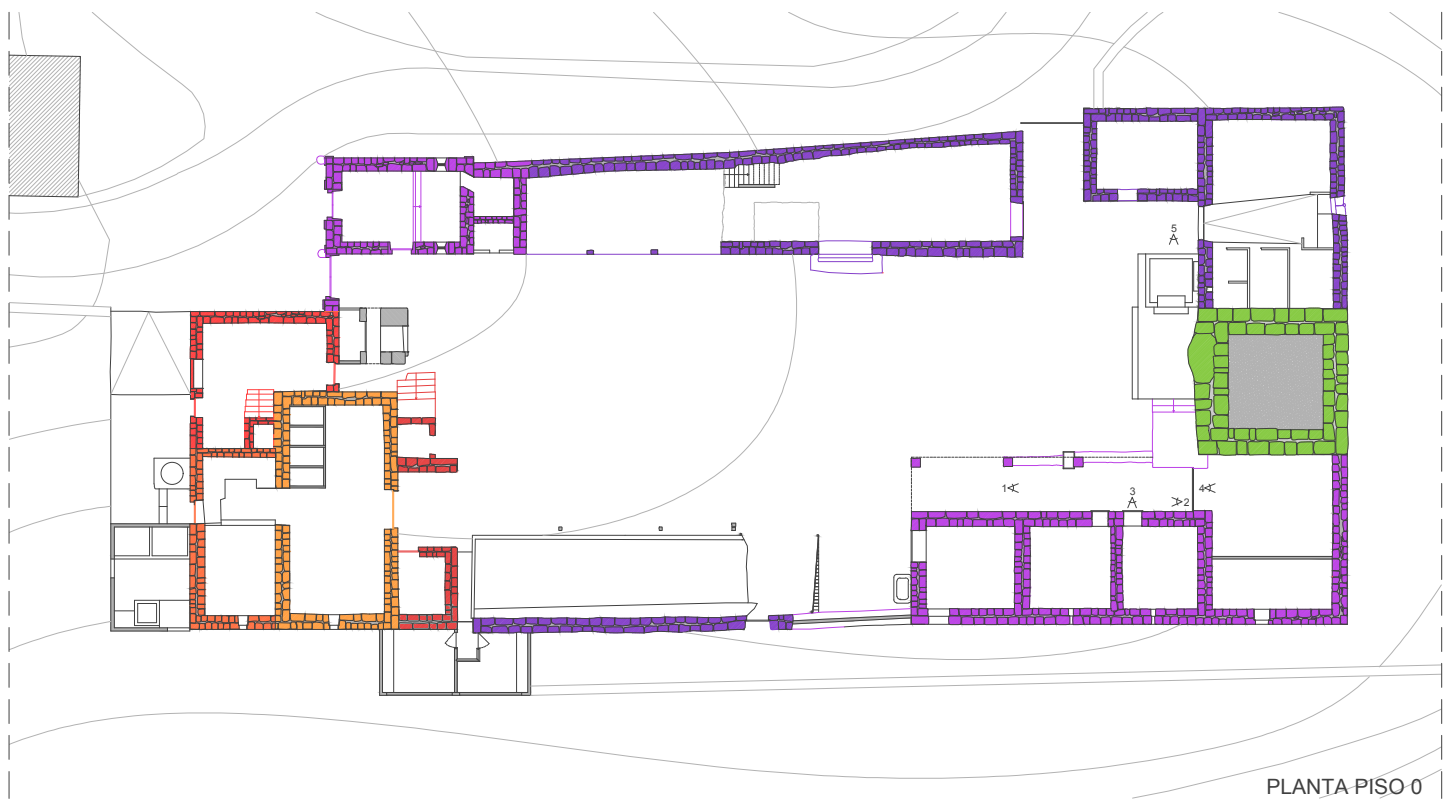
ALÇADO INTERIOR - CORTE C4



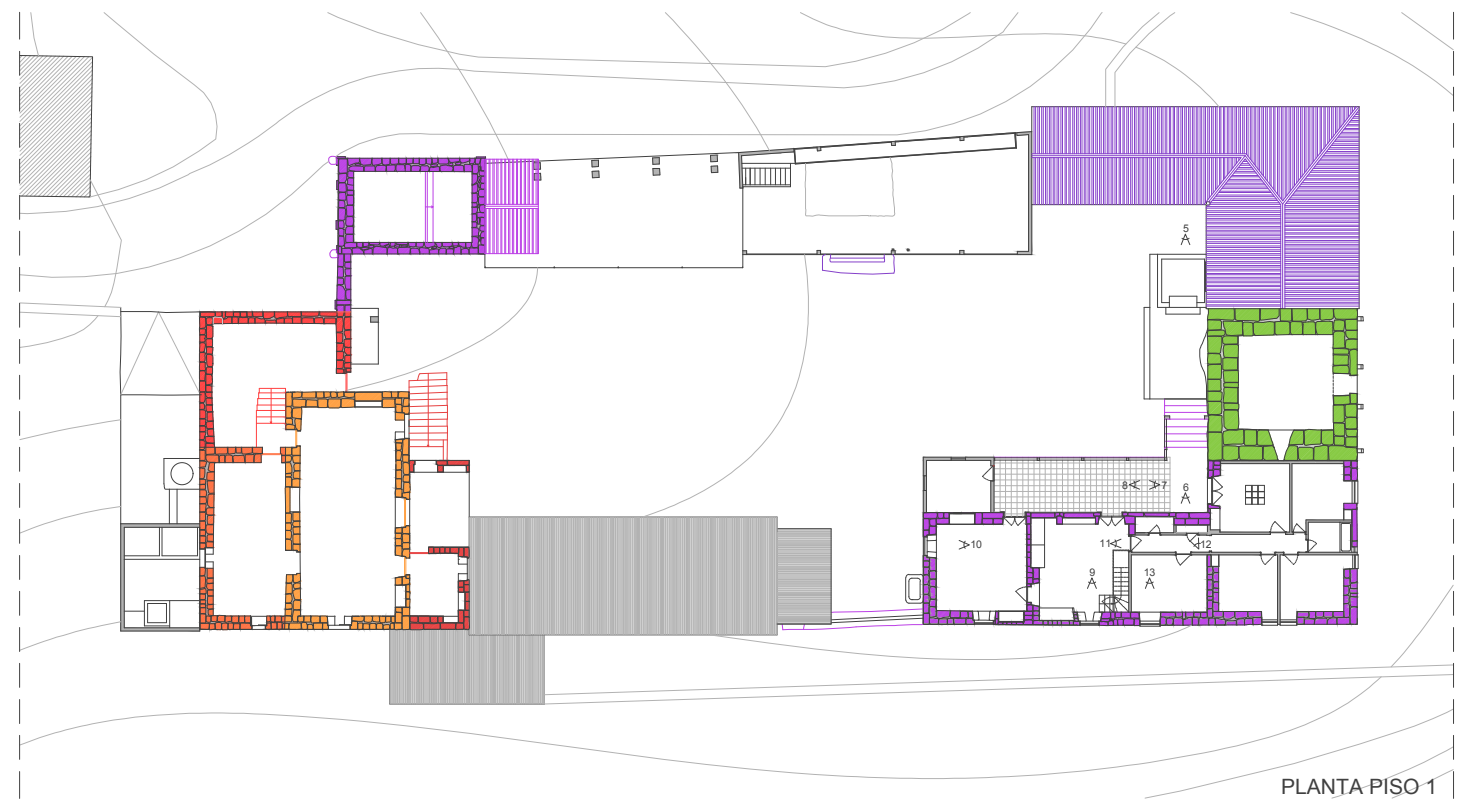
ALÇADO INTERIOR - CORTE C2



ALÇADO SUDESTE



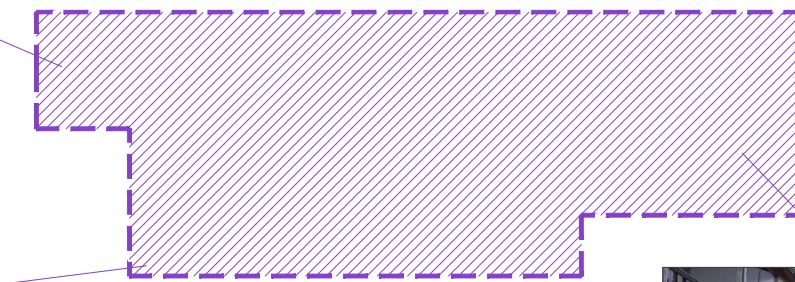
PLANTA PISO 0



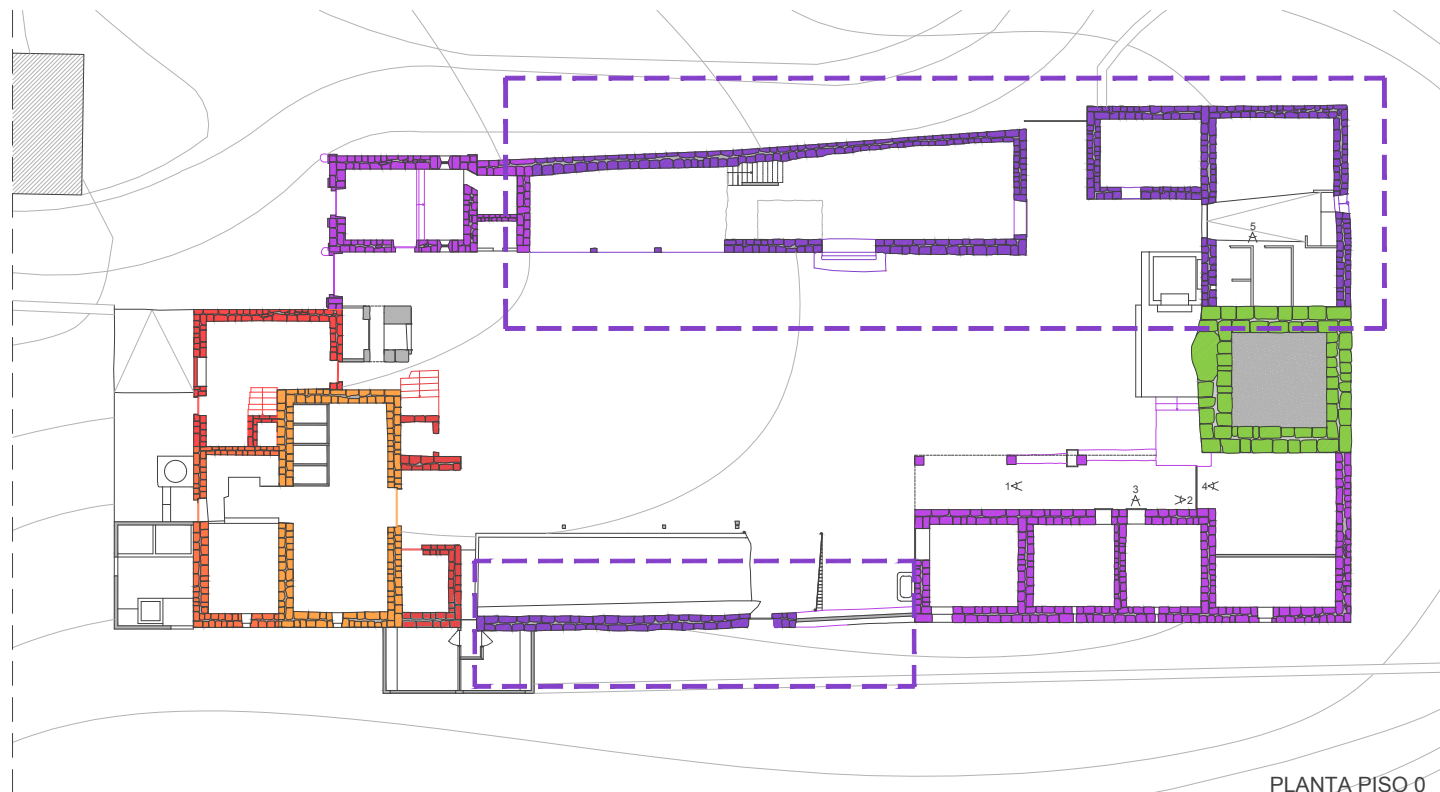
PLANTA PISO 1



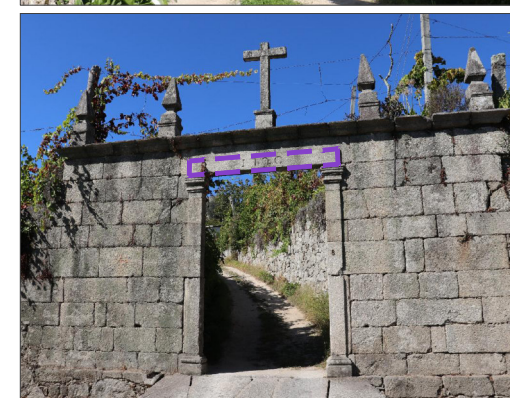
VISTA AÉREA DA CONFORMAÇÃO PÁTIO INTERIOR



PÁTIO/TERREIRO INTERIOR + MUROS OU ANEXOS QUE POSSIVELMENTE O AJUDARAM A CONFORMAR



PLANTA PISO 0



PORTAL AMEADO - CONSTRUÍDO EM 1720

Por sua vez, enquadrado no muro que delimita a propriedade a sudoeste pela estrada nacional encontra-se o portal ameado – construído em 1720, como indica a inscrição nele presente. Este é desenhado por duas pilastras que marcam a entrada e que, de certa forma, sustentam a padieira que contem a datação. É ainda coroado por quatro pináculos e por uma cruz no topo da empena horizontal. O seu aparelho de pedra é regular e alinhado ao contrário do restante muro em que está inserido, o que leva a constatar que, muito provavelmente, este já não se trata da construção original uma vez que está construído desalinhado e de forma irregular face ao pedaço que conforma o portal.

Por fim, pela forma como todas as construções descritas anteriormente se dispõem na implantação do conjunto e pela vontade de limitar a propriedade, com a edificação do muro no qual o portal sobrepujado por pináculos está inserido, pode-se afirmar que é também nesta fase que se conformam os limites do pátio ou terreiro interior. Assim, pode deduzir-se que parte, ou a totalidade, dos primeiros pisos (pisos térreos) dos volumes ou muros anexos à capela, ao corpo habitacional e à torre teriam, ainda, sido construídos nesta época, como forma de conter o espaço interior e de lhe transmitir uma maior privacidade. Esta tipologia de pátio murado permitiria e serviria de transição entre o interior e o exterior do conjunto edificado, *adquirindo uma importante função de sala a céu aberto* – uma espécie de *pátio de recebimento*.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> CARITA, 2015, p. 43



Fig.46-48 [Imagens]  
Torre de Aborim, Barcelos

Fig.49-50 [Imagens]  
**Torre e Casa de Gomariz, Vila Verde**

## **ANÁLISE E COMPARAÇÃO**

Posto isto, para um melhor entendimento das construções que suportam esta fase importa agora comparar com modelos análogos ao conjunto edificado da Torre de Dornelas. Os casos de estudo selecionados partilham elementos e gestos característicos da linguagem artística da época. Contudo, uma vez que se trata de uma época de transição de seiscentos para setecentos, interessa sobretudo relacionar os elementos, que mesmo distintos entre si, permitem estabelecer paralelismos com os já analisados do objeto de estudo. Assim, independentemente do estilo correspondente, procuraram-se exemplos que revelam elementos compositivos da casa nobre, optando-se por uma seleção de exemplos implantados a Norte de Portugal, por apresentarem uma arquitetura mais próxima entre si.

Veja-se como exemplo a Torre de Aborim, em Barcelos. Embora atualmente se encontre em estado avançado de ruína a sua fundação parece remontar à época medieval, conservando ainda vestígios de aberturas mais antigas. Contudo quer a torre quer a residência anexa a esta são já obra do século XVII. À torre foi acrescentado um segundo corpo longitudinal, de dois pisos, que se liga à estrutura primitiva por meio de um terraço, a que se acede por escadaria paralela à face da torre, com corrimão de cantaria. Todo o conjunto é coroado por ameias dispostas numa plataforma acima da cornija que suporta o telhado. A extensão das obras seiscentistas alargaram-se a toda a propriedade, construindo-se uma capela, de que resta a fachada principal, de pano único limitado por pilastras e com portal de padieira reta, e uma fonte de tanque retangular e espaldar granítico.<sup>26</sup>

Um outro exemplo, referente à sua fase em ruína, é a Torre e Casa de Gomariz em Cervães, Vila Verde. De construção posterior ao século XIII revela uma tipologia de habitação nobre, casa-torre, muito característica dos séculos finais da Idade Média, sendo a partir daí que a informação se revela mais pertinente para o tema. Assim, depois de consumada a reforma quinhentista adossou-se à torre um edifício longitudinal de dois pisos, onde no piso térreo funcionariam os espaços de apoio, de carácter funcional e rural, e no piso nobre, a que se acede por escadaria de pedra voltada a noroeste, estariam concentradas as áreas privadas e sociais. A ala residencial caracteriza-se pela simplicidade de linhas em relação à torre toda trabalhada e ornamentada. Da campanha barroca do conjunto monumental fez parte a iniciativa de murar a quinta e a construção de uma capela, associada ao

---

<sup>26</sup> <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>



Fig.51-52 [Imagens]  
Casa da Tapada, Amares

Fig.53-54 [Imagens]  
**Quinta e Paço de Lanheses, Viana do Castelo**

portão da propriedade. De planta rectangular, com nave única e capela-mor integrada no corpo, é um pequeno templo de fachada principal de pano único, entre poderosos pilares-cunhais de cantaria, por sua vez encimados por desproporcionados pináculos piramidais.<sup>27</sup> Este caso apresenta características similares ao de Dornelas, na medida em que quando houve uma vontade e necessidade de murar, e ao mesmo tempo mostrar ou definir uma imagem para o exterior, os primeiros elementos que se encontram são a capela e o portal de entrada brasonado, surgindo como pano de fundo a torre.

Outro exemplo a referir é a Casa da Tapada em Fiscal, Amares. Mandada construir no século XVI, em inícios do século XVII é reedificada e nesse momento funda-se uma capela privativa dentro da quinta, separada da casa principal, num espaço autónomo. Atualmente, o solar é composto por um corpo principal, cuja planimetria se desenvolve em L. Repetindo uma tipologia comum a todas as casas senhoriais edificadas na época, inclusive o solar de Dornelas. Apresenta uma fachada corrida mais uniforme e sólida, marcada pela disposição de janelas/portas de forma rítmica e regular. Mostram-se fachadas em cantaria de granito, enquadradas por cunhais apilastrados, rasgadas por vãos retos com ou sem sacada, rematados em cornija e beiral saliente. O espaço interior da casa divide-se conforme os costumes da tratadística seiscentista. No piso térreo, situavam-se as dependências de serviço, no andar superior, ou piso nobre, as salas e salões de convívio social e os quartos.<sup>28</sup>

Já de meados finais do século XVII inícios da centúria seguinte é a Quinta e Paço de Lanheses, em Viana do Castelo. O solar é precedido por grande muro ameado, protegendo o pátio de entrada, com portão armoriado, no qual pelo lado exterior se encontra a capela. Delimitada por pilastras nos cunhais, o frontispício do templo é aberto por portal de verga recta, encimado por cornija saliente que suporta o nicho flanqueado por volutas. A planta do edifício desenha um L, com o corpo correspondente à fachada principal, bastante mais alongado. Por sua vez, este volume forma um U pouco pronunciado com o corpo central, mais recuado. Esta disposição a par da escadaria, com guardas em volutas, de acesso à varanda alpendrada, suportada por colunas dóricas, imprime algum movimento e dinamismo ao alçado. Os corpos laterais são seccionados por pilastras, que os dividem em três panos, todos eles abertos por vãos de grande depuração (janelas rectas e portas em arco de volta perfeita), destacando-se os fontanários no pano mais próximo do corpo recuado.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> <http://www.monumentos.gov.pt>

<sup>28</sup> <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>

<sup>29</sup> <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>



Fig.55-57 [Imagens]  
**Capela e Paço de São Cipriano, Guimarães**



Do mesmo modo se escolhe como exemplo o Paço de São Cipriano, em Guimarães. Do edifício primitivo resta a austera torre ameada, em torno da qual se foram distribuindo, no século XVIII, construções posteriores. O corpo habitacional, de dois pisos, encontra-se distribuído por vários volumes articulados rodeando um pátio interior, conformando assim a planta em U. A entrada principal é feita através de uma escadaria exterior de acesso ao piso nobre, voltada para o pátio. Por sua vez, a capela, de planta longitudinal composta por nave única, funciona num edifício isolado. Esta característica permitia a abertura do oratório ao culto público contribuindo para o prestígio da família proprietária. A sua fachada principal é rasgada por um singelo portal de verga recta, encimado por frontão triangular. De cunhais apilastrados e topos em empenas elevadas é coroada por cruces e pináculos piramidais. Por apresentar, no seu interior, um coro-alto e nave coberta por abóboda de berço em madeira pintada, é um bom caso comparativo em relação à capela de Dornelas, na medida em que ajuda a perceber o que poderia ter sido o interior da mesma.

Assim, e como se pode ir verificando ao longo dos vários casos exemplares, vão-se revelando e identificando características comuns, transversais, que acabam por se observar no caso de estudo também. São elas:

**A integração da capela no conjunto edificado**, seja ligada ou separada do mesmo. Para este ponto revelam-se assim, como casos de maior interesse, a Torre de Aborim e a Torre e Casa de Gomariz pela forma como a capela e o portão/portal de entrada se apresentam face ao conjunto, inseridos no muro em pano único, tratando-se do primeiro contacto que se tem com o edificado, em tudo semelhante ao caso de estudo. É também de referir o Paço de São Cipriano na medida em que apesar de a capela se apresentar isolada, esta abre-se para o exterior da propriedade, de acesso livre à restante população tal como acontece com o caso de estudo, podendo ainda o seu interior, em nave única com coro-alto e nave coberta por abóboda de berço, servir como exemplo do que poderia ser o aspecto interior da capela de S. Francisco, pertencente ao caso de estudo.

**A noção de privacidade associada ao uso do muro e/ou dos volumes construídos para encerrar e proteger o pátio/terreiro interior**, presente em todos os exemplos, incluindo o caso de estudo, e que de certa forma evidencia e reflete a necessidade de limitar a propriedade, resguardando-a.

Para além da necessidade de murar e limitar a propriedade, algo comum, em a todos estes casos, é a existência de **corpos longitudinais**, de maiores ou menores dimensões, **com dois pisos**,

em que a organização por piso se apresenta de forma muito semelhante em todos. O piso térreo é mais funcional, destinado aos espaços de apoio, e o piso nobre é dedicado ao social, as salas, e ao privado, os quartos/aposentos.

Relacionado ainda com os volumes construídos pode-se encontrar a **sobriedade/uniformidade e regularidade que é transmitida às fachadas**, na medida em que há uma certa simplicidade no desenho arquitectónico das suas linhas, denotando-se, em quase todos os exemplos, a existência de paredes praticamente cegas até ao primeiro piso. Seguida por um piso nobre em que as aberturas de portas e janelas são marcadas por um certo ritmo, correspondendo, na sua maioria, uma janela/porta a cada divisão.

Outra especificidade muito presente em, praticamente, todos os casos exemplares é o **elemento da escada em pedra, e conseqüentemente associado a este a varanda alpendrada**. Elementos muito característicos do tempo permitiam o acesso direto entre pisos, mas acima de tudo marcam a transição e a diferença sentida entre os pisos térreo (funcional) e o nobre (privado).

É ainda de referir, utilizando-se os casos exemplares da Quinta e Paço de Lanheses e do Paço de S. Cipriano, **a introdução do elemento água**, marcada pela presença de fontes e fontanários, exteriores e interiores, referente ao encontrado dentro da despensa no caso de estudo.

## INTERPRETAÇÃO

Através da análise tipo-morfológica do conjunto edificado podem encontrar-se vários elementos e/ou características, reconhecidos também pelos vários casos de comparação, que suportam esta grande fase evolutiva da casa-torre que se transforma em paço, num primeiro momento construtivo, e posteriormente em solar num segundo momento. Face a isto, procurar-se-á uma leitura geral do edificado correspondente utilizando-se os nove pontos referidos por Carlos de Azevedo em *Solares Portugueses*<sup>30</sup> de forma a auxiliar na caracterização da arquitetura da casa nobre da época, mas principalmente na interpretação do objeto de estudo, pois nestes encontramos a definição do que seria

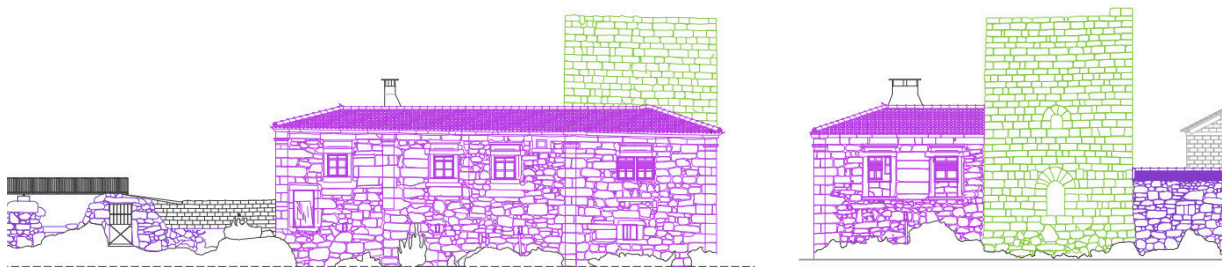


Fig.58 [Imagem]

### O primeiro ponto – os alçados sudoeste e sudeste, respectivamente

Deste modo, com base no **primeiro ponto** em que *na casa nobre setecentista todo o esforço arquitetónico e decorativo se encontra na fachada*<sup>31</sup>. Ao observar-se os quatro alçados, exteriores, que envolvem todo o conjunto edificado, percebe-se, de forma evidente, que existe uma maior sobriedade e preocupação no tratamento das fachadas a sudoeste e a sudeste que, devido ao seu posicionamento no terreno são aquelas que se abrem mais à paisagem envolvente. Mostravam-se assim sinais de uma certa nobreza a quem se aproximava e por ali passava, pois são também estas as mais visíveis a partir das cotas mais baixas.

<sup>30</sup> AZEVEDO, 1969, p.70-75

<sup>31</sup> Ibidem, p. 70



Fig.59 [Imagem]

**O segundo e terceiro ponto – a horizontalidade e os dois pisos**

Num **misto do segundo com o terceiro ponto** evidencia-se a casa nobre como sendo um modelo de casa comprida, que se desenvolve na horizontal. Assim, também no caso de estudo essa horizontalidade é sentida, de forma muito mais perceptível na leitura do alçado sudoeste, com a junção das construções do século XVII com o século XVIII. São ainda muito características, nesta época, as longas fachadas, e as casas adotam geralmente dois andares, onde claramente o piso superior é dominante, o denominado andar nobre – onde *a sua importância se pode avaliar pela concepção das janelas, que no nível superior se apresentam quase sempre mais ricas do que no andar térreo, ou então de maior altura, quando se verificam simultaneamente as duas coisas. Por outro lado, os baixos das casas são quase sempre aproveitados para arrecadações. Nas casas de maiores dimensões aí se encontram frequentemente as adegas e celeiros.*<sup>32</sup> De igual forma, em ambos os volumes, é visível a sua divisão em dois pisos, mostrando-se a nobilidade do piso superior através da diferenciação de aberturas. No andar nobre a fenestração é de maiores dimensões e permite uma maior e melhor iluminação do interior, enquanto no piso térreo o espaço é mais encerrado, de fenestrações com dimensões reduzidas e gradeadas. Ainda neste é possível encontrar-se os espaços destinados aos arrumos e aos estábulos dos animais, que por sua vez proporcionavam um maior conforto e comodidade ao andar nobre, aquecendo-o através do pavimento de madeira. Neste ponto é ainda referido que uma das principais preocupações dos arquitetos e construtores da época prendia-se com a estabilidade dos edifícios, daí procurarem edifícios mais compridos e mais baixos. Nesse sentido, ambos os edifícios, são compostos por uma estrutura autoportante, onde tanto as paredes de alvenaria do piso térreo como as do piso superior são todas estruturais, de cerca de oitenta centímetros de espessura.

---

<sup>32</sup> Ibidem, p. 71



Fig.60 [Imagem]  
**O quarto ponto – as pilastras**

Relativamente ao seu exterior e de acordo com o **quarto ponto**, as fachadas *são articuladas com pilastras lisas e pouco salientes que as dividem em três ou mais secções*.<sup>33</sup> Quanto às fachadas, o volume seiscentista não apresenta tais características. No entanto, no corpo setecentista observa-se a existência de pilastras em pedra, pouco salientes, de sentido vertical. Estas são de canto e divisórias, dividindo a fachada em secções diferentes - tripartida no alçado sudoeste, a fachada mais extensa, e uma nos alçados sudeste e interior, representado pelo corte C4 - que, de certa forma, quebram a horizontalidade transmitida, inculcando-lhe um certo ritmo.

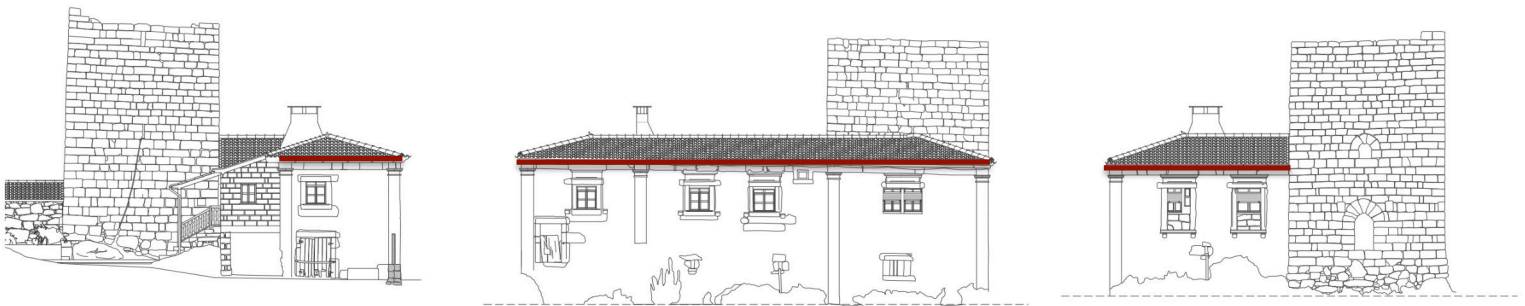


Fig.61 [Imagem]  
**O quinto ponto – o acentuar da linha superior do telhado**

Da mesma forma, relacionado com o ponto anterior no que diz respeito à horizontalidade infundida nos volumes apresenta-se o **quinto ponto** onde *a tendência da época é para acentuar a linha superior dos edifícios, efeito obtido pela decoração dos telhados e pelo emprego de frontões e outros ornatos que coroam as fachadas*.<sup>34</sup> Seguindo assim a tendência o telhado, do volume setecentista, assenta em *fortes cimalthas com finos astrágalos* que associadas *aos frisos de marcação*<sup>35</sup> percorrem horizontalmente a totalidade da fachada.

<sup>33</sup> AZEVEDO, 1969, p.71

<sup>34</sup> Ibidem, p. 71

<sup>35</sup> CARITA, 2015, p. 203

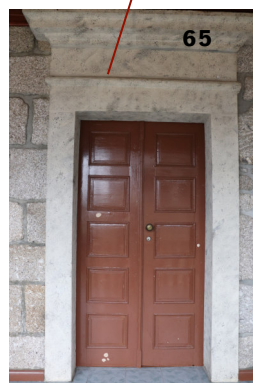
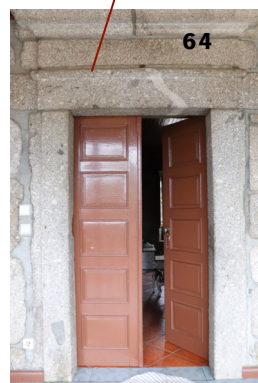


Fig.62-65 [Imagem]  
**O sexto ponto – entrada principal**

Referente ao **sexto ponto**, na casa setecentista o elemento mais evidente é a entrada nobre, geralmente enriquecida com colunas e pilastras<sup>36</sup>. Nesta época, normalmente, a entrada principal era alvo de maior demarcação pelo ornamento arquitetónico, por vezes, coroada com um tratamento diferente na cornija. No caso de estudo, é de apontar que, embora aqui a entrada principal se apresente de forma mais simples, não tão decorada, divide-se em não uma mas três possíveis portas de entrada, de dimensões nobres e iguais que permitem o acesso direto a três divisões distintas do edifício. Estas encontram-se, cada uma, ladeada por duas pilastras, pouco salientes, coroadas por cornijas simples.

\*AZEVEDO, op.cit., p. 71-72



Fig.66-69 [Imagem]

**O sétimo ponto – escadaria nos volumes do séc. XVII e séc. XVIII, respetivamente**

Pelo **sétimo ponto** a escadaria conhece agora maior desenvolvimento e chega mesmo a desempenhar papel primacial no exterior do edifício<sup>77</sup>. De facto a escadaria principal era alvo de uma maior decoração e imponência. Contudo no conjunto edificado de Dornelas, apesar de se encontrar uma certa preocupação com o elemento correspondente à escadaria principal, esta verifica-se de forma tímida, apresentando linhas rígidas e feição arcaizante. Se por um lado, no volume do século XVII, esta apresenta-se adossada paralelamente ao edifício com alpendre coberto com patim. Pelo outro, no volume setecentista, o acesso ao primeiro piso faz-se a partir do pátio por uma pequena escadaria de pedra, de lanço único, adossada lateralmente à torre, libertando a fachada que se apresenta alpendrada.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 72



Fig. X [Imagem]

**O oitavo ponto – janelas com bancos afrontados**

Por sua vez, o **oitavo ponto** refere-se ao facto de, normalmente, os interiores das casas setecentistas serem *geralmente muito simples, embora, por vezes, apresentem decoração de grande interesse. Mesmo neste caso é fácil adivinhar a vida um tanto austera que os seus proprietários levavam (...)* Nas casas mais simples os tectos são mais baixos, as divisões são mais acanhadas e a decoração é mais pobre, deixando-se a maior parte do esforço decorativo para a capela, o que mostra bem a importância desta na família.<sup>38</sup> Aqui também o interior dos edifícios se apresenta bastante simples destacando-se, unicamente, a presença de janelas de bancos afrontados na sala e na cozinha. E tal como dito, a capela ganhava toda a decoração representada pela *belíssima talha em seu altar, «renascença»*.<sup>39</sup>

<sup>38</sup> AZEVEDO, 1969, p.73-74

<sup>39</sup> SILVA, 1958, p. 260





Fig.75-77 [Imagem]

**O nono ponto – a relação da casa com o jardim + o elemento água**

Por fim, a última característica apresentada, o **nono ponto**, diz respeito à relação da casa com o jardim. *Na casa e no jardim do século de setecentos há uma evidente tentativa de relacionar ambas as coisas, (...) com as quais se procurava subordinar a natureza a um plano de conjunto a partir da casa.*<sup>40</sup> Este último ponto é, muito provavelmente, aquele que não se encontra presente na caracterização do objeto de estudo. Pois, apesar do conjunto apresentar uma forte relação com a paisagem envolvente, por socalcos diferenciados, não existe um jardim formal, como era corrente na época. O jardim poderá ser entendido como todo o espaço verde em volta do conjunto edificado, adquirindo muitas vezes a dupla função de pomar/horta. Justificando-se esta função pelo crescente interesse na produção de produtos hortícolas e frutas que, muitas vezes, tinham como objetivo a comercialização, fazendo parte do suporte económico da propriedade.

<sup>40</sup>AZEVEDO, op.cit., p.74-75

Dado que se encontrava constantemente associado ao jardim, é de notar outro elemento com grande importância e que também foi explorado com certo efeito em Portugal – a água. Neste caso, desassociado do jardim formal, o elemento água surge aqui sobre a forma de duas fontes de parede (fontanários), uma interior e outra exterior, encastradas no volume setecentista, e às quais mais tarde se junta um tanque.

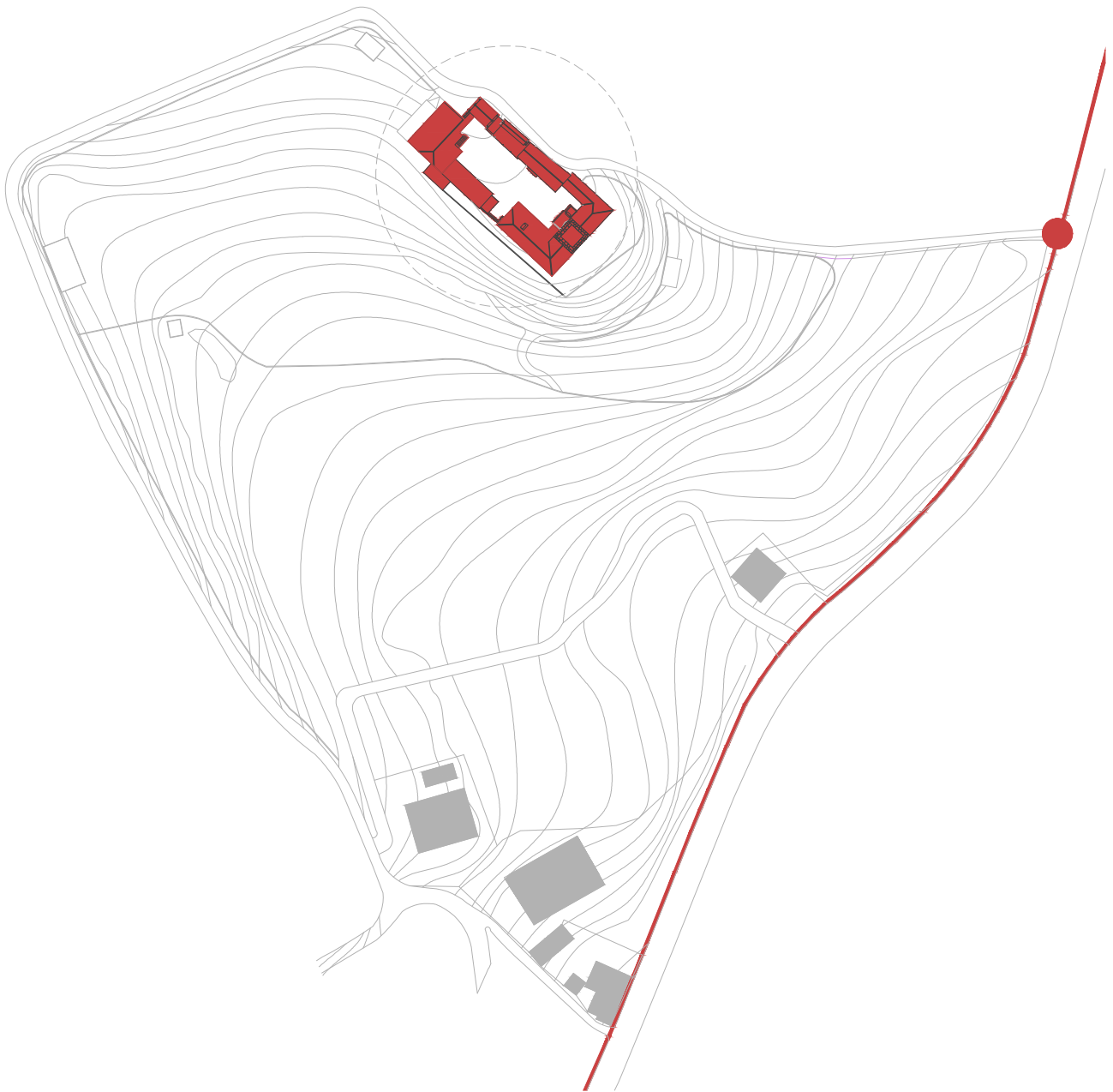
Contudo, na falta de um jardim formal mais concreto, pode associar-se a ideia de *um plano de conjunto a partir da casa*<sup>41</sup> através da relação que esta estabelece com o pátio interior, assumindo este essa dimensão de espaço aberto, de representação e de estar. O pátio precede então a entrada principal da casa e está relacionado com o chegar a um lugar habitado, com a função de receber e com a regularidade do seu traçado, sendo irregular o tratamento da superfície em que este se encontra que é bastante empenada dada a pouca transformação do suporte topográfico e a cota de implantação de cada uma das construções. É o verdadeiro elemento de ligação entre o interior e o exterior da propriedade como também entre todos os espaços que compõe o conjunto edificado. Encerrado pelo conjunto edificado, é uma autêntica sala ao ar livre, onde por ela se tem acesso a tudo e para ela dão todas as portas.

*“(...) a importância que o pátio murado assume nesta tipologia parece encerrar outros significados mais subtis. À relação de altura que o andar nobre e as escadas impunham aos que se situavam numa esfera inferior do quotidiano, o pátio murado, ao reforçar uma relação entre interior e exterior, alia um outro domínio do inacessível, mais mediterrâneo e oriental. Mais que uma relação entre alto e baixo, confrontamo-nos com um domínio do escondido, do oculto, do velado, com acesso restrito aos iniciados. Interpondo-se entre o interior e o exterior da casa, o pátio murado de entrada reforça um percurso de aproximações à intimidade, com profundas implicações no desenvolvimento da estrutura arquitectónica que tende a recolher-se no interior, diluindo o valor e significado da fachada exterior.”*<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> AZEVEDO, op.cit., p.74-75

<sup>42</sup> Ibidem, p. 44





## Fase 3 | De SOLAR a QUINTA agrícola (Estado Atual)

### TRANSFORMAÇÕES POSTERIORES

Tal como mencionado em “Prólogo às fases”, o subcapítulo introdutório desta segunda parte da tese, nesta terceira e última fase – por se achar pouco distante à época em que nos encontramos e se tratarem de um conjunto de obras pontuais que não se enquadram em nenhum tipo de intervenção com influências em obras tipológicas semelhantes – o modo de análise e interpretação será ligeiramente diferente face às outras fases. Assim, para proceder a análise desta fase recorre-se, fundamentalmente, ao estado atual do objeto quer através dos desenhos quer através do inventário fotográfico.

Apesar da dimensão do conjunto edificado ser o reflexo do seu passado mais rico, devido aos senhores que outrora nele habitaram, inserido em padrões característicos da época de transição de seiscentos para setecentos. Atualmente, não apresenta a menor ostentação, mas sim uma sobriedade característica de uma habitação rústica, em que o seu carácter funcional se reflete no modo de vivência do lugar. O lugar em que se vive e o local em que se trabalha surgem agora intrinsecamente ligados, podendo dizer-se que a principal fonte de subsistência continua a ser a atividade agropecuária, referente ao cultivo do milho e do vinho e à criação de gado bovino e suíno, neste caso porcos pretos e javalis. É assim possível verificar o condicionamento que estes factores impuseram no desenvolvimento dos diversos espaços existentes e na organização e caracterização das construções presentes. O conjunto edificado é agora pautado pela existência de vários anexos e equipamentos agrícolas, como o espigueiro e o sequeiro, as várias capoeiras e cortes de animais, o silo e os tanques.

Procurou-se então dividir esta fase em três partes que, de forma a tornar a sua análise mais perceptível, vão possibilitar uma leitura global do objeto de estudo. Referem-se então: à **descaracterização de espaços**, no sentido em que se refere a espaços que perderam a funcionalidade com que foram construídos; a **elementos que se perderam e/ou foram demolidos** com o passar do tempo; e às **remodelações, novas construções e/ou acrescentos** realizados no conjunto edificado.



Fig.78-79 [Imagem]

**Descaracterização de espaços – a capela**



Fig.80-82 [Imagem]

**Descaracterização de espaços – o corpo seiscentista**



Fig.83-84 [Imagem]

**Descaracterização de espaços – anexo agrícola**

## Descaracterização de espaços

Como naturalmente acontece a várias construções, com o passar do tempo, as necessidades mudam-se e o edificado altera-se com elas. O que outrora tinha uma função agora mudou ou por qualquer razão foi obrigado a tal, alterando e adaptando-se. Deste modo, ao longos dos anos/séculos, alguns dos volumes foram perdendo a função para o qual, entre finais do século XIII inícios do século XVIII, foram construídos e erguidos, adaptando-se a uma nova realidade funcional e habitacional.

A capela dedicada a S. Francisco, anexa ao portal de armas, outrora com *belíssima talha em seu altar «renascença»* onde *entrou nele o apodrecimento pelo telhado em ruínas*<sup>43</sup>, com a mudança de costumes e tradições entrou em desuso. Mesmo assim, segundo a atual proprietária, durante a sua infância ainda aí se faziam algumas missas e eram vários os paroquianos que a elas vinham assistir. Contudo por vários motivos, incluindo a impossibilidade de obras de restauração por parte dos proprietários, isso deixou de ser possível. Desta forma a capela deixou de ser usada com o intuito para o qual fora construída e com o passar dos anos, de modo a dar-lhe utilidade, foi alvo de várias transformações, principalmente, pelo seu interior. Aos poucos foi-se tornando num anexo de apoio agrícola, desaparecendo por completo tudo o que a ligava ao culto religioso.

Também desta forma o corpo seiscentista, outrora residência senhorial principal, foi perdendo essa função. Como não tinha as condições necessárias para continuar a ser habitação foi desabitado e com o passar do tempo, de forma a ter alguma utilidade, adequou-se à vida numa quinta. Tornou-se em mais um espaço que serve de anexo ou casa agrícola, no qual se situa no piso do rés-do-chão a adega, onde ainda hoje se produz algum vinho, para consumo próprio da proprietária e filhos mas também para venda, e o espaço de arrumos que serve a mesma. Enquanto é no piso superior, dividido pelas duas divisões, que se faz o armazenamento de alguns dos produtos cultivados na propriedade, como as batatas, o milho e as cebolas.

Apesar de não tão relevante, é de referir que também os próprios anexos agrícolas se adaptaram às necessidades, desempenhando várias funções ao longo do tempo, sendo exemplo disso o volume anexo à torre. Atualmente, dividido em duas zonas, em que um lado serve como espaço de arrumos para lenha e o outro alberga várias casotas de coelhos, incluindo todos os utensílios necessários para a sua criação. No entanto, este já teve a função de lagar e até de pocilga, que entretanto foi movida para o exterior do conjunto sendo das primeiras coisas que se encontra no percurso de aproximação ao mesmo.

---

<sup>43</sup> SILVA, 1958, p. 260



Fig.85-88 [Imagem]

**Vestígios de elementos pré-existentis no volume seiscentista**



Fig.89 [Imagem]

**Vestígios de elementos pré-existentis nas traseiras da capela**



## **Elementos que se perderam e/ou foram demolidos**

Pela análise realizada ao conjunto edificado vão-se encontrando várias marcas correspondentes a elementos pré-existentes, que foram destruídos ou que simplesmente se perderam com o tempo, dos quais restam apenas vestígios – provas de algo que existia e agora não, por ter sido demolido, tapado ou até substituído por outra construção.

A grande maioria dessas marcas é observável no volume seiscentista quer pelo exterior, apresentando-se com o descascar do caiado da parede pela forma de degraus de umas escadas que conduzem a um patamar, que por sua vez permitiria o acesso e ligação ao coro-alto da capela, também ele já inexistente mas do qual não restam qualquer vestígios. Quer pelo seu interior, sob a forma de cachorros e reentrâncias encontradas nas paredes de pedra, apontando para a possibilidade da presença da existência de um piso, possivelmente em madeira, que agora não se verifica.

Do mesmo modo também nas traseiras da capela, presente na sua fachada exterior, é possível identificar, pela forma como se revela e desenha, vestígios do que teria sido a estrutura de um telhado que cobriria o volume anexo a esta e que, muito provavelmente, lhe serviria como um espaço de apoio – a sacristia.



Fig.90-92 [Imagem]

**Uso da lage aligeirada (volume seiscentista, corpo residencial e eira/terraço)**



Fig.93-95 [Imagem]

**O espigueiro, a eira e o sequeiro**



Fig.96-101 [Imagem]

**Silo, capoeiras, anexo à adega, sótão e anexo na residência**

## **Remodelações, novas construções e/ou acrescentos**

Para além de tudo o que é referido anteriormente, neste período de tempo começaram a utilizar-se novos métodos construtivos em detrimento dos antigos. Dá-se a substituição da maioria das vigas e pavimentos em madeira pela laje aligeirada, pavimentada a cimento e/ou a algum material cerâmico. Verifica-se então o seu uso no piso nobre de parte do volume seiscentista, perceptível pela adega bem como em todo o piso do corpo residencial setecentista, passível de observar pelo interior das cortes das vacas, mas também na eira/terraço que se criou pelas traseiras da capela sob o anexo agrícola existente.

Nessa eira assenta o espigueiro e, em continuidade com a mesma, construiu-se uma espécie de sequeiro. O primeiro surge destacado sobre várias bases de pedra, com uma estrutura em madeira, numa geometria idêntica a uma “caixa” comprida e estreita. O telhado de duas águas, em telha, desenvolve-se numa armação suportada por prumos. A estes são fixadas as escoras transversais nas quais é pregado o ripado, que constitui as paredes do espigueiro, delgadas e permeáveis ao ar. O acesso ao interior é feito por uma porta lateral. Já o segundo, construído em parte por blocos de cimento, trata-se de uma área ampla, criada para proteger os cereais e frutos da chuva, mas permitindo a sua exposição à ação do sol e do vento. Sem qualquer compartimentação usa um outro espigueiro, mais simples, como parede lateral pelo alçado nordeste. Neste encontra-se também a abertura de pequenos vãos, produzidos pela remoção da argamassa das juntas entre os blocos, com o propósito de aumentar a ventilação do espaço.

Denota-se aqui o uso dos blocos de cimento e de tijolo cerâmico para as novas construções e/ou acrescentos em detrimento das espessas paredes de pedra. Repara-se então que com estes, para além de se ter construído o sequeiro, se construíram as capoeiras anexas ao volume seiscentista e ao silo (definido por fundos muros em cimento), o volume anexo à adega e ainda se reformularam, quase, todas as paredes interiores do corpo residencial, permitindo uma maior divisão dos espaços, incluindo o aproveitamento do espaço do sótão como zona de arrumos. À residência ainda se anexou um volume, correspondente a um quarto, construído em blocos de pedra.

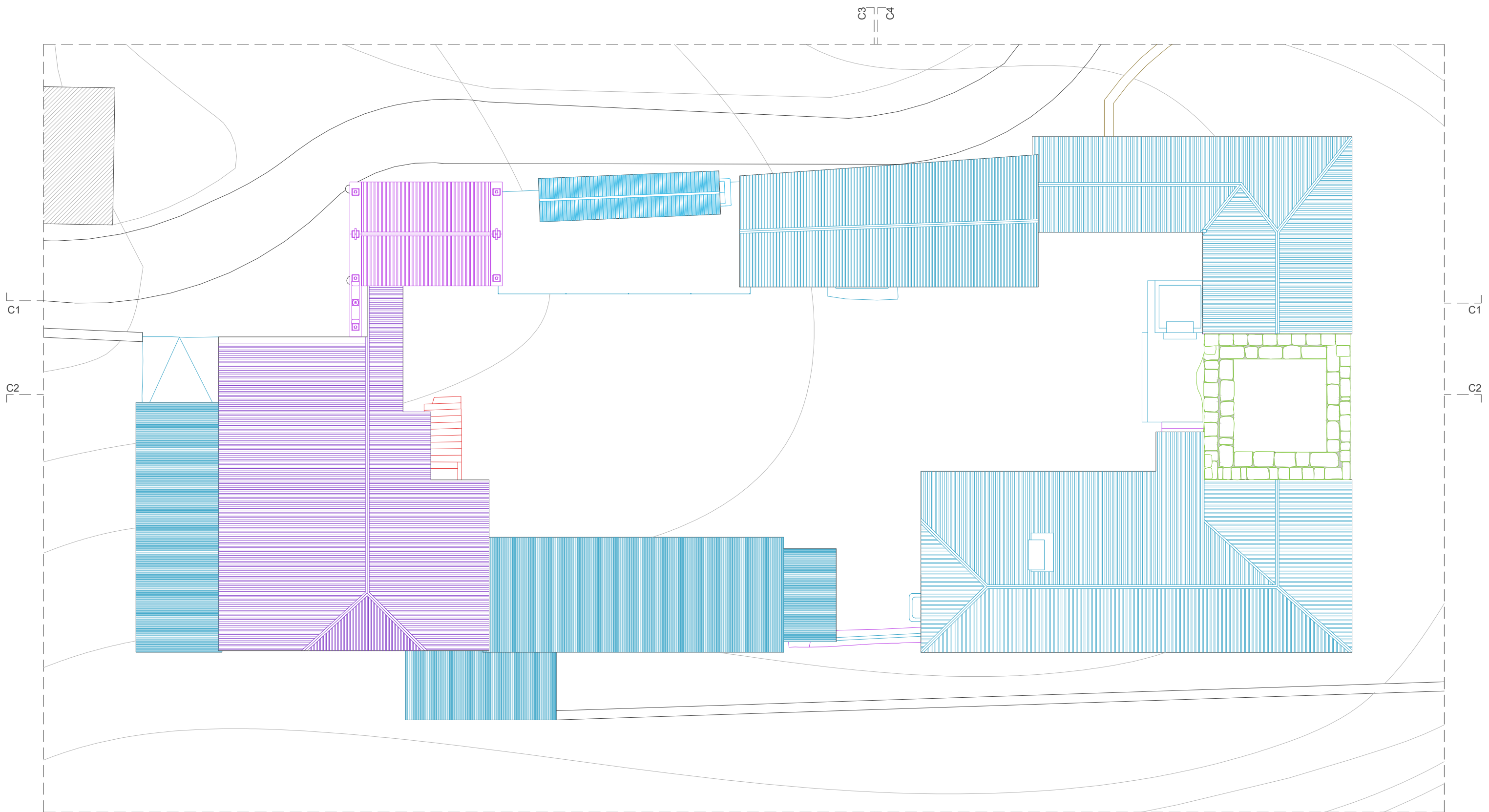
## Síntese Cronológica | EVOLUÇÃO ESTRATIGRÁFICA

Finalizando-se assim a reconstituição das fases pode-se então constatar que da **primeira fase** correspondente à edificação da torre, entre meados do século XIII inícios do século XIV, neste momento apenas o exterior da torre permanece, apresentando-se já de diminuta altura. Contudo esta fase é essencial para se estabelecer e compreender melhor o contexto histórico-artístico das residências senhoriais fortificadas e a forma como estas se implantavam num determinado território, dominando-o.

Na **segunda fase**, lança-se a hipótese de uma possível construção anexa à torre entre o século XIV e o século XVII. E já durante finais do século XVII inícios do século XVIII identificam-se os dois principais momentos construtivos do conjunto edificado, transmitindo-lhe assim um carácter mais nobre de residência senhorial. É também nesta que se define a composição atual do objeto de estudo, pela construção dos dois corpos residenciais, da capela, do portão de entrada brasonado e do portal ameado. Elementos chave e essenciais para o entendimento do conjunto edificado como um todo, cheio de pedacinhos que se interligam, criando relações entre si.

A **terceira e última fase** é então o rematar de um conjunto de transformações (destruições, acrescentos e alterações descaracterizadoras de espaços) que aconteceram entre o século XVIII e a atualidade. Com estas evidenciam-se então várias características comuns à arquitetura do norte de Portugal, podendo, neste momento, enquadrar-se o edificado na descrição geral de uma casa de lavoura, uma quinta agrícola.

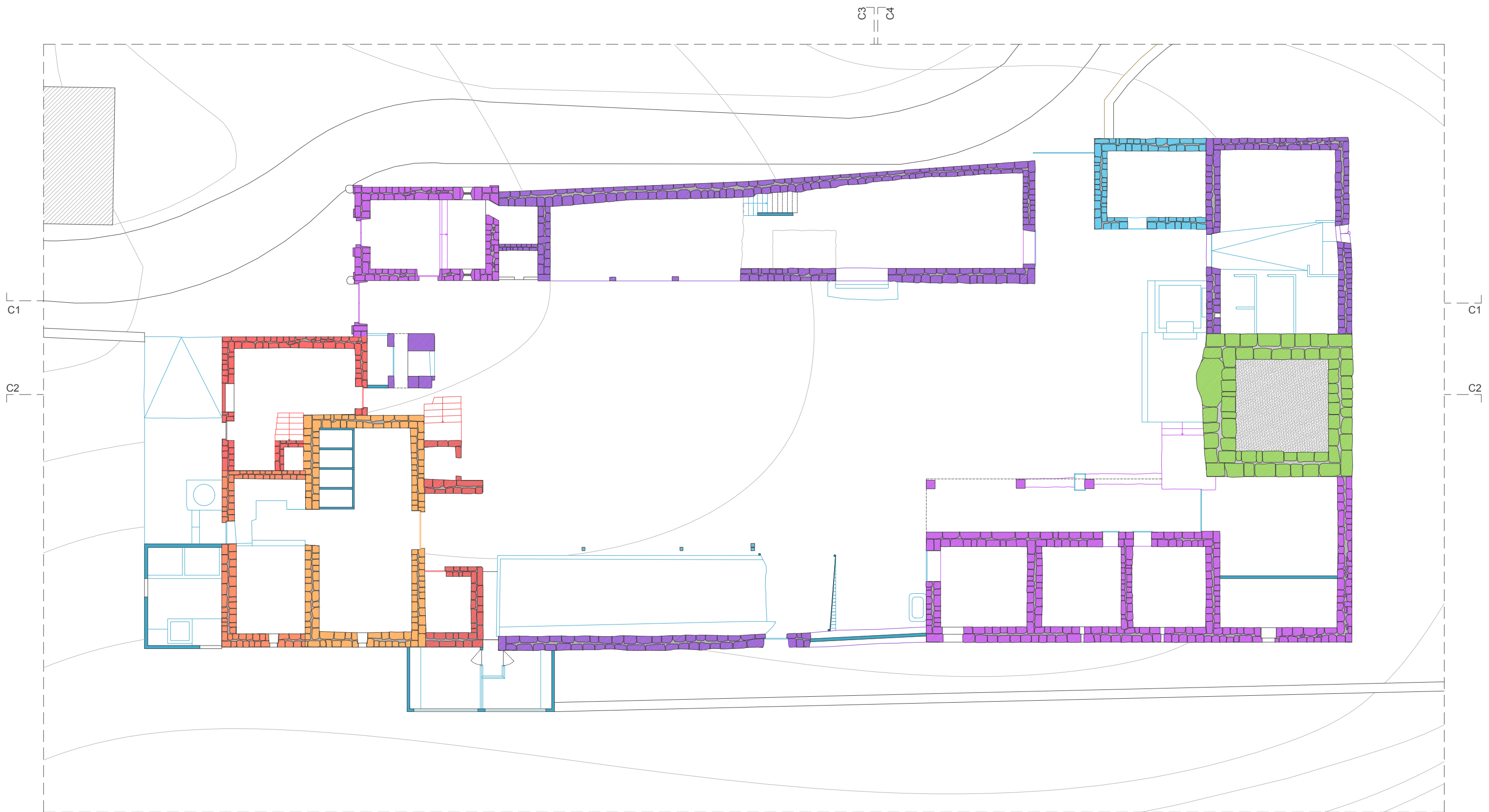
A síntese cronológica resulta então na compilação de cada uma das fases numa única imagem capaz de resumir todos os estratos existentes, ferramenta bastante útil caso se pensem fazer intervenções futuras ao conjunto edificado da Torre de Dornelas.



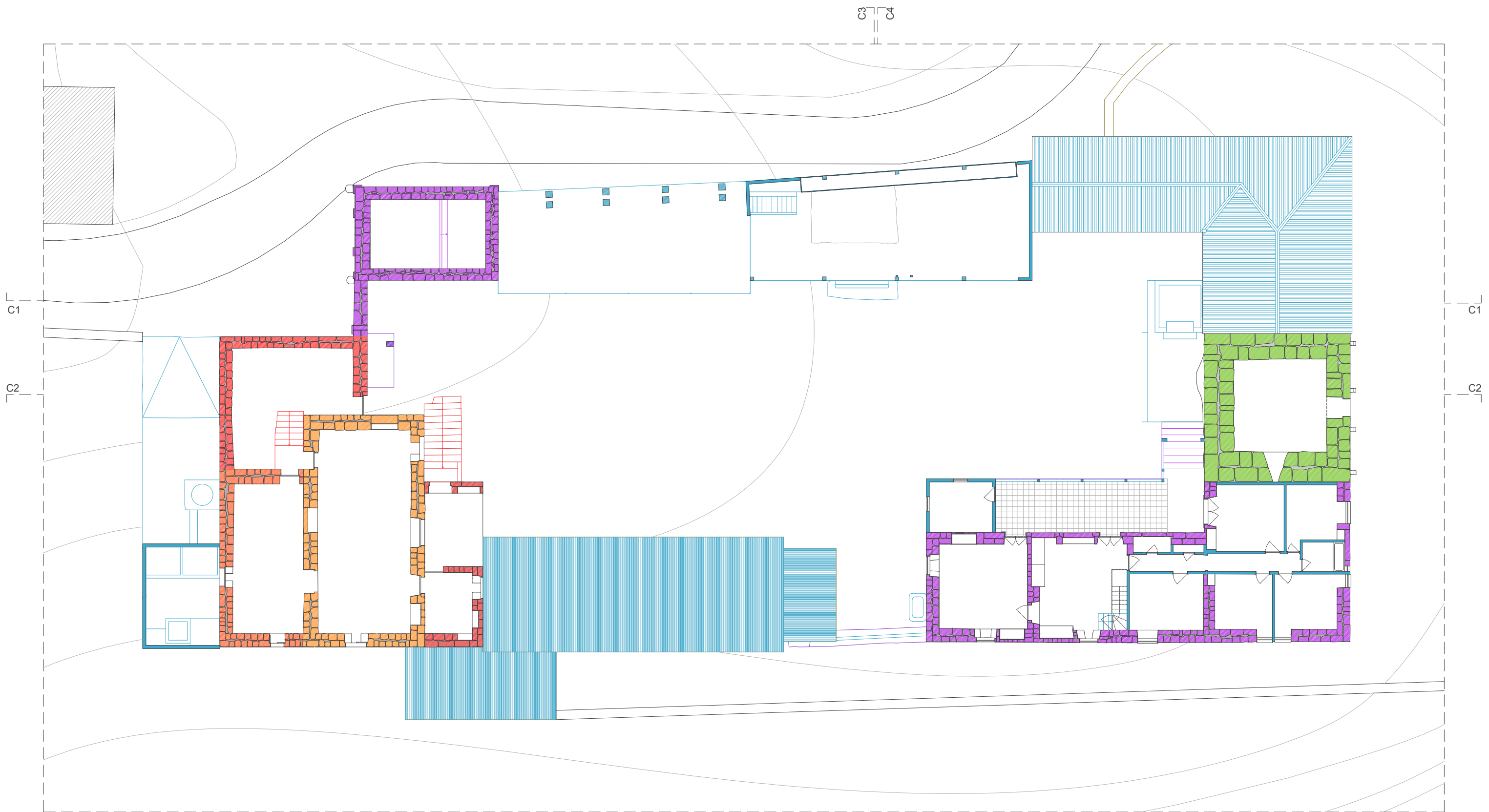
- Fase 1| Da TORRE (séc. XIII / séc. XIV) ■
- Fase 2| Do século XVII ao século XVIII
- 1º Impulso Construtivo| Da TORRE a PAÇO (séc. XVII) ■ ■ ■
- 2º Impulso Construtivo| Do PAÇO a SOLAR (séc. XVIII) ■ ■
- Fase 3| De SOLAR a QUINTA agrícola (estado atual) ■ ■

C3 C4

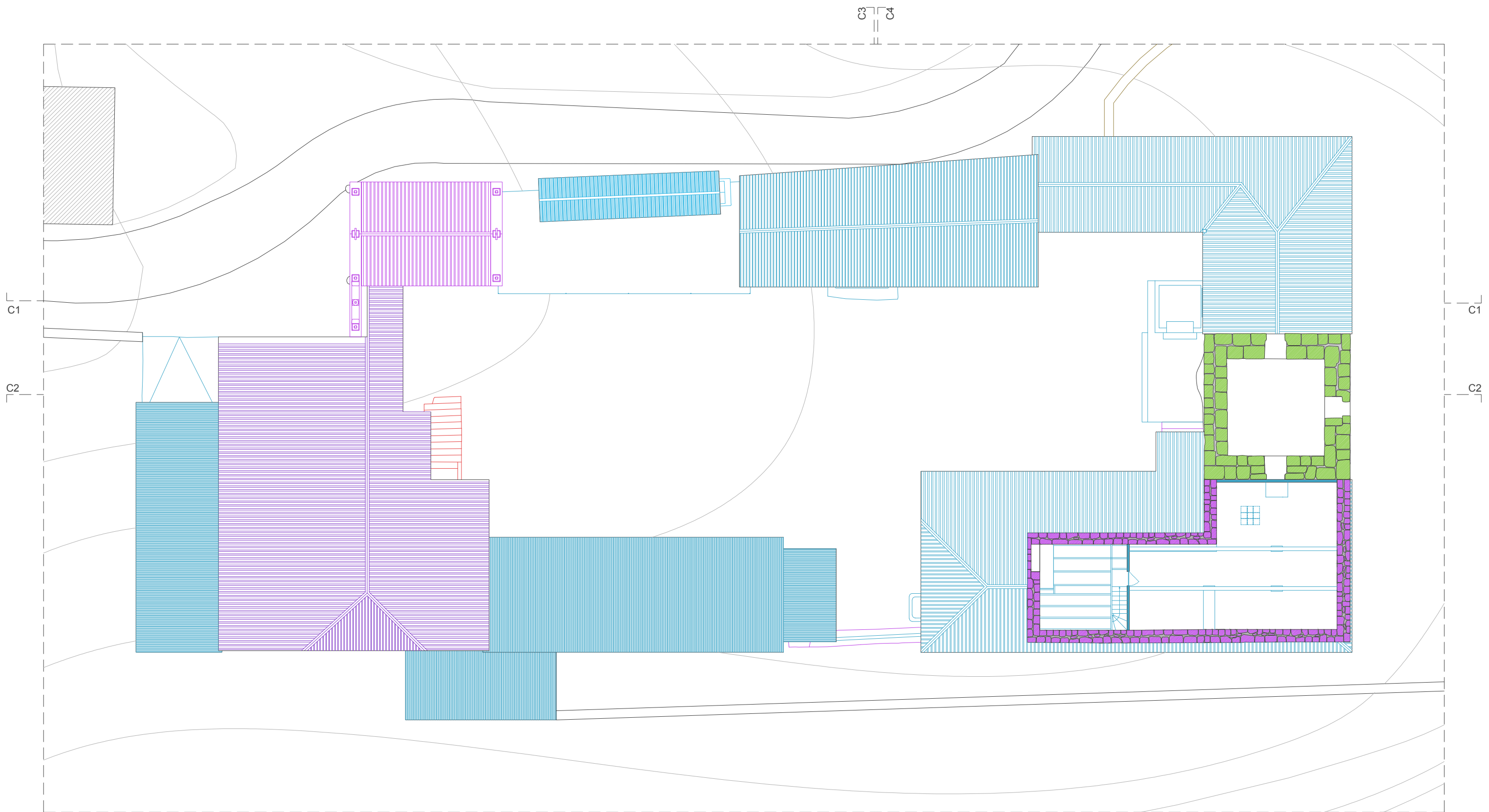
C3 C4



- Fase 1| Da TORRE (séc. XIII / séc. XIV) ■
- Fase 2| Do século XVII ao século XVIII
- 1º Impulso Construtivo| Da TORRE a PAÇO (séc. XVII) ■ ■ ■
- 2º Impulso Construtivo| Do PAÇO a SOLAR (séc. XVIII) ■ ■
- Fase 3| De SOLAR a QUINTA agrícola (estado atual) ■ ■

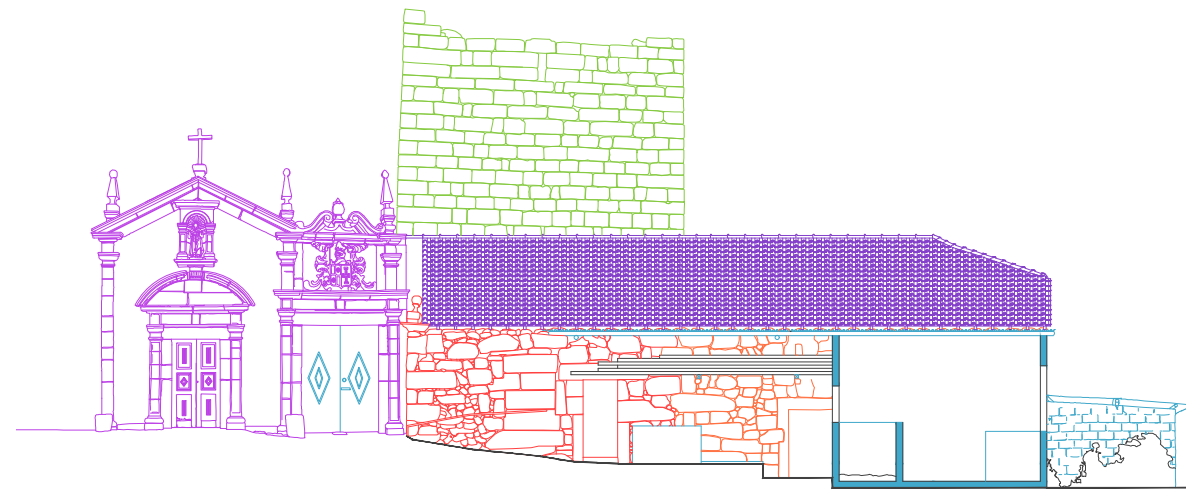


- Fase 1| Da TORRE (séc. XIII / séc. XIV) ■
- Fase 2| Do século XVII ao século XVIII
- 1º Impulso Construtivo| Da TORRE a PAÇO (séc. XVII) ■ ■ ■
- 2º Impulso Construtivo| Do PAÇO a SOLAR (séc. XVIII) ■ ■
- Fase 3| De SOLAR a QUINTA agrícola (estado atual) ■ ■

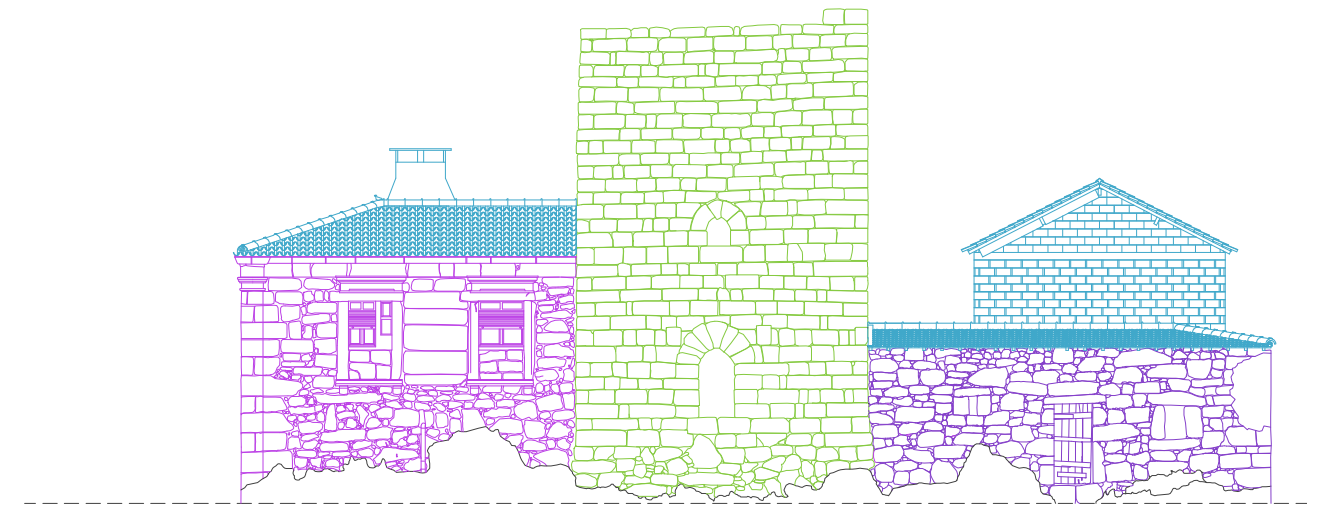


- Fase 1| Da TORRE (séc. XIII / séc. XIV) ■
- Fase 2| Do século XVII ao século XVIII
- 1º Impulso Construtivo| Da TORRE a PAÇO (séc. XVII) ■ ■ ■
- 2º Impulso Construtivo| Do PAÇO a SOLAR (séc. XVIII) ■ ■
- Fase 3| De SOLAR a QUINTA agrícola (estado atual) ■ ■

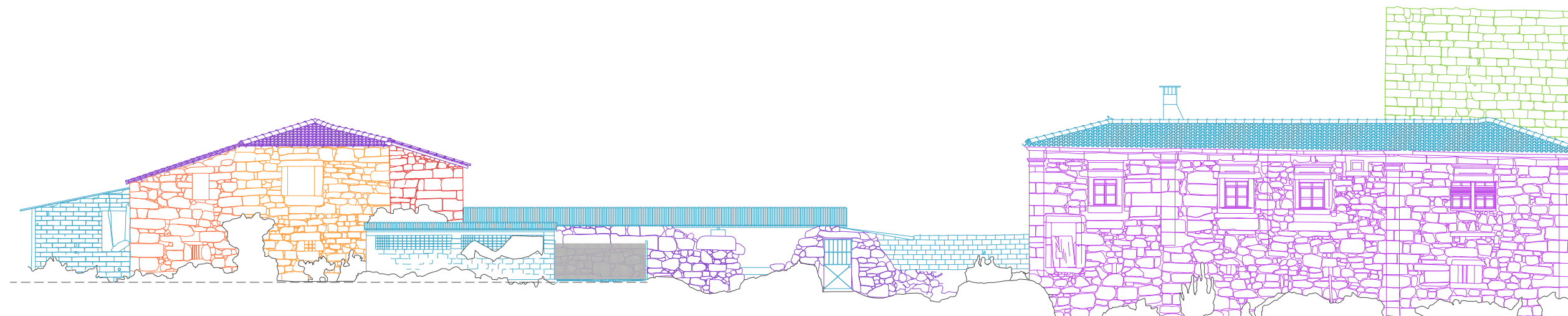




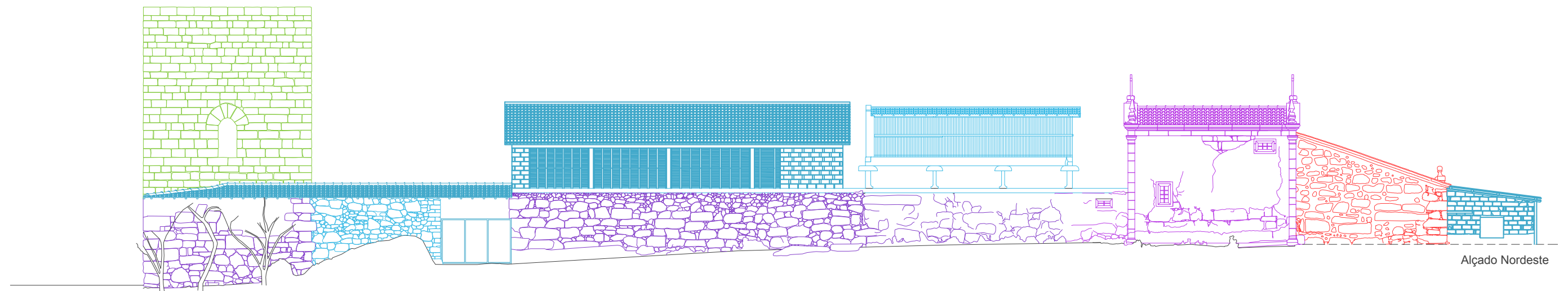
Alçado Noroeste



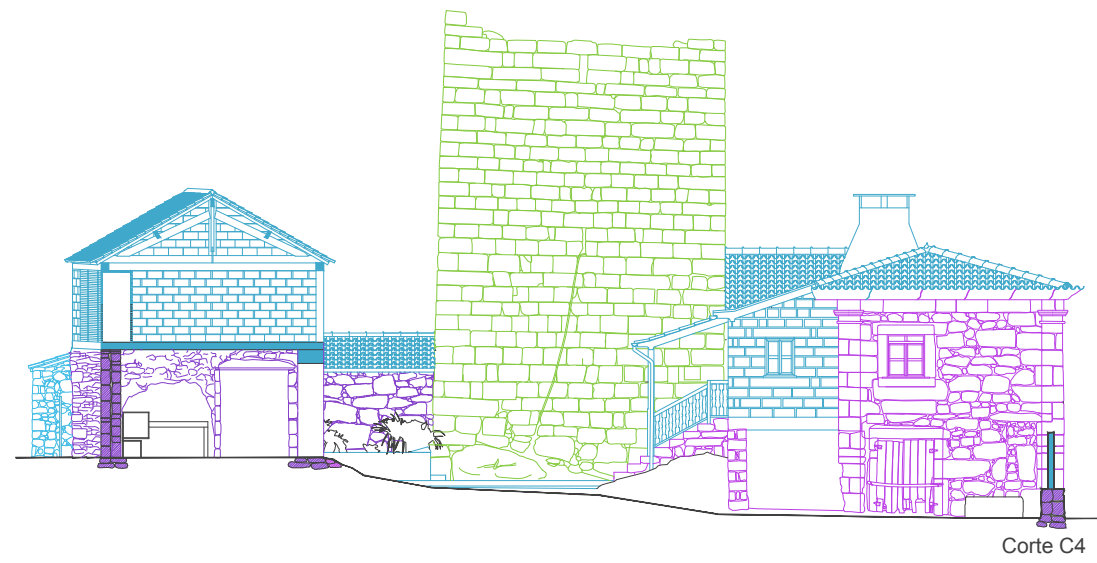
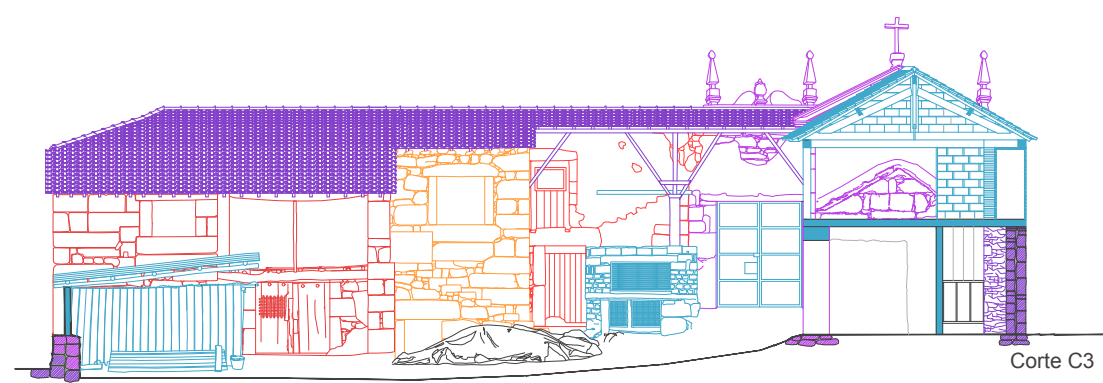
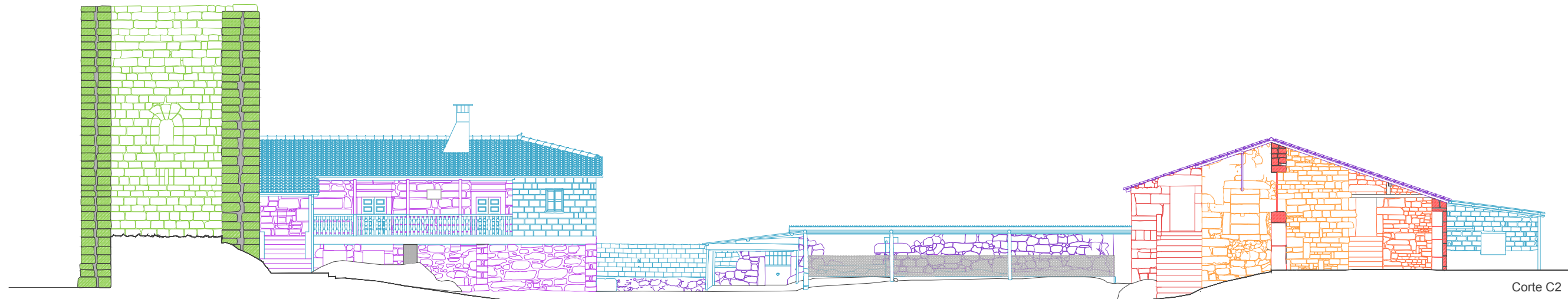
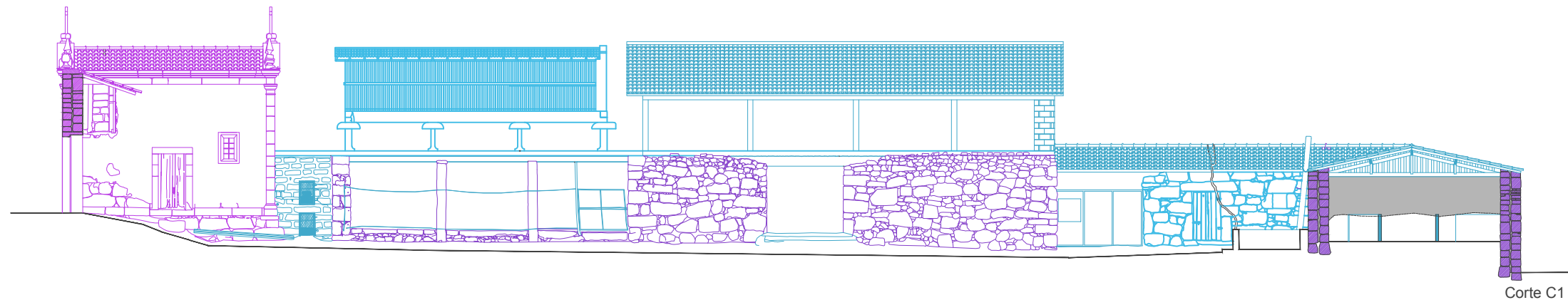
Alçado Sudeste



Alçado Sudoeste



Alçado Nordeste



*“No que diz respeito à edificação, a solidez é a palavra de ordem. Edifica-se para a família e sua prole, normalmente recordando esse feito através da elegância e beleza ornamental com que se trabalharam as pedras: deixam-se nelas mensagens líricas mudas, subtis citações para quem souber decifrar e onde se afluam conteúdos arquitectónicos e escultóricos que nos enviam a variados universos e contextos.”*

SILVA, 2011, p. 964

## **PARTE III** | CONSIDERAÇÕES FINAIS

## CONCLUSÃO

A análise compreendida nos capítulos anteriores revelou-se essencial para o estudo, reconhecimento e especulação das várias transformações morfológicas ocorridas no conjunto edificado da Torre de Dornelas, que tiveram lugar ao longo de cerca de nove séculos, desde meados do século XIII inícios do século XIV até ao presente.

Metodologicamente a presente investigação, parte do levantamento e interpretação da matéria construtiva, revelando sedimentações e transformações, estruturando-se o trabalho diacronicamente, essencialmente, em duas partes que, levando a uma aproximação ao conjunto edificado, se materializam em dois capítulos. O primeiro relacionado com o enquadramento do objeto de estudo e o segundo com a evolução construtiva deste ao longo do tempo, decompondo o conjunto edificado e estudando o contexto, geral, em que o mesmo se insere.

Além da recolha de informação, aquilo que acaba por ser transversal e comum a todo o trabalho é o pensamento e compreensão através do desenho, o levantamento arquitetónico original realizado num momento inicial, que se torna aqui a ferramenta indispensável para a investigação em arquitetura conformando nele a informação mais atual e fidedigna sobre o conjunto edificado. Na sequente abordagem, juntamente com o levantamento arquitetónico, o registo fotográfico possibilitou uma análise interpretativa do faseamento evolutivo e construtivo do edificado.

Ainda, de forma a legitimar o enquadramento histórico-artístico de cada fase construtiva, recorreu-se à comparação do objeto de estudo com casos coevos e exemplares de uma determinada época, dando preferência a casos anteriormente documentados e estudados, para que assim se pudesse assegurar e validar as teorias acerca de cada tipo de construção.

É então derivado do cruzamento entre a contextualização de todos os elementos encontrados ao longo do processo de recolha de informação com as análises métricas e visuais, que se elabora a proposta daquelas que se identificam ter sido as três fases construtivas do caso de estudo, resultando na realização da cronologia histórico-temporal apresentada. Correspondendo a primeira fase, **Da Torre**, à implantação e fundação da torre entre meados do século XIII inícios do século XIV. A segunda fase a duas campanhas construtivas consecutivas, referindo-se a primeira ao crescimento da área construída e habitacional do conjunto no século XVII, **Da Torre a Paço**, e a segunda a novo impulso construtivo no século XVIII, **De Paço a Solar**. E por fim, e não menos importante, a terceira fase, **De Solar a Quinta agrícola**, é alusiva às várias transformações que se verificam até ao estado atual.

Desta forma, para além de contribuir para a criação de um novo e detalhado registo sobre a Torre de Dornelas, inexistente até então, dá-se a conhecer a sua evolução histórica através de uma interpretação dos dados materiais e documentais que nos permitem entender a sua complexidade. Do ponto de vista patrimonial apresenta-se o solar nobre rural como um objeto em constante mutação que, desde a sua fundação, se adapta às vontades dos tempos e dos seus habitantes. Este representa a síntese da evolução entre épocas construtivas e regista as marcas das várias transformações pelas quais passou, refletindo sobre a importância de cada um dos estratos históricos existentes. Procura-se assim uma ampliação do conhecimento relativamente a solares e casas nobres em Portugal.

Ainda assim, é pertinente pensar na possibilidade de aprofundamento deste tema em estudos futuros. Podendo ser interessante a articulação com outras áreas disciplinares, como por exemplo da arqueologia e da história que poderiam potenciar o conhecimento aqui gerado, de forma a suprimir eventuais dificuldades e dúvidas encontradas na presente investigação.

## BIBLIOGRAFIA

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal: Arte da Alta Idade Média*. Lisboa: Publicações Alfa. 1988. Vol 2. ISBN

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal: O românico*. Lisboa: Publicações Alfa, 1987. Vol 3. ISBN: 978 972 232 827 2

ANDRADE, Amélia Aguiar – *A Construção Medieval do Território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. ISBN: 978 972 241 122 5

ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges – *História da vida privada: Da Europa Feudal ao Renascimento*. Tradução e revisão por Armando Luís Carvalho Homem. N° edição 355. Porto: Edições Afrontamento, Lda., 1990. Volume 2. ISBN 972 36 0229 6

AZEVEDO, Carlos – *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. 1ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1969. Limitada. ISBN 978 972 240 166 1

BARROCA, Mário Jorge – Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro torres medievais na região de Amares. *Revista de Histórias*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, Instituto de Investigação. Volume 9 (1989) p. 9-62

BARROCA, Mário Jorge – Medidas-padrão Medievais Portuguesas. In *Revista da faculdade de Letras*. História. Porto: FLUP. ISSN 0871-164X. p. 53-86. Vol IX (1992)

BARROCA, Mário Jorge – Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (Séc. XII-XV). In *A Cultura da Nobreza, Revista de História das Ideias*. Coimbra: Universidade de Coimbra – Instituto de História e Teoria das Ideias. Volume 19 (1997). p. 39-103

BARROCA, Mário Jorge – Uma paisagem com castelos. In *Arquitetando espaços da natureza à metápolis*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2003. p. 173-182

BARROCA, Mário Jorge – *As Torres Medievais de Amares – Vasconcelos, Dornelas e Castro*. In CAPELA, José Viriato, DOMINGUES, Agostinho – *Para a História de Amares*. 1ª Edição. Amares: Município de Amares, 2014. ISBN 978 972 998 795 3. p. 117-147

BUR, Michel – *La Maison Forte au Moyen Âge*. Colloque International sur la Maison Forte au Moyen Âge, Actes de la Table ronde de Nancy, Pont-à-Mousson, 1984. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1986. ISBN 2 222 03844 8

CAPELA, José Viriato, DOMINGUES, Agostinho – *Para a História de Amares*. 1ª Edição. Amares: Município de Amares, 2014. (1514-2014) 500 anos dos forais de Entre Homem e Cávado e do Couto do Mosteiro de Bouro. ISBN 978 972 998 795 3

CARITA, Helder, CARDOSO, António Homem (fotografia) – *A Casa Senhorial em Portugal: Modelos, Tipologias, Programas interiores e Equipamento*. 1ª Edição. Alfragide: Leya, 2015. ISBN 978 989 660 393 9

COELHO, Maria Helena da Cruz – *Homens, Espaços e Poderes (séculos XI a XVI): I – Notas do Viver Social*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda., 1990. Coleção Horizonte Histórico. ISBN 978972240756 2

DEBORD, André – *A partir de l'Angoumois: Réflexion lexicographique sur la notion de Maison Forte*. In BUR, Michel – *La Maison Forte au Moyen Âge*. Colloque International sur la Maison Forte au Moyen Âge, Actes de la Table ronde de Nancy, Pont-à-Mousson, 1984. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1986. ISBN 2-222-03844-8

DIAS, Pedro – *A Arquitetura Manuelina*. Porto: Livraria Civilização, 1988 ISBN 972 26 0458 9

ESPIRITO SANTO, Moisés – *O Brasonário português e a cultura hebraica*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões da U.N.L., 1997

FERNANDES, A. de Almeida – *A Nobreza: na época vimarano-portugalense. Parte I - Problemata*. Guimarães: Campainha Editora do Minho, 1987. A Residência Senhorial, p.101-150

GAYO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Impressão Diplomática do original manuscrito existente na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos. Braga: Tip. Augusto Costa & C.ª Lim.ª, 1940. Vários Tomos

*Guia de Portugal: Entre Douro e Minho*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: Oficinas Gráficas da Neogravura, Lda., 1965. Volume 4 Tomo II Minho

GONÇALVES, Iria – *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de Afonso III*. CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”). 1493ª Edição. Porto: Edições Afrontamento, Lda. ISBN 978 972 3612813

LEAL, Augusto Soares D’Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno: dictionário geographico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e grande número de aldeias*. Lisboa: Cota d’Armas, 1990. 12 Volumes – volume segundo (1874)

MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana*. 3ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974. ISBN 978 989 626 241 9

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*. 3ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 1988. Imprensa Universitária nº15. ISBN 978 972 330 007 9

MATTOSO, José – *A Nobreza Medieval Portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 1980. Número 19 da Colectânea Imprensa Universitária. ISBN 978 972 330 993 5

MATTOSO, José – *Ricos-Homens Infanções e Cavaleiros: A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*. 12ª Edição. Lisboa: Guimarães Editores, 2005. ISBN 978 972 665 303 5



MATTOSO, José, VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo – *História da Vida Privada em Portugal: a Idade Média*. Circulo de Leitores e Temas e Debates. Maia: Bloco Gráfico Lda., 2010. Volume 1. ISBN 978 972 42 4627 7

MATTOSO, José, MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História da Vida Privada em Portugal: a Idade Moderna*. Circulo de Leitores e Temas e Debates. Maia: Bloco Gráfico Lda., 2011. Volume 2. ISBN 978 989 644 130 2

MATTOSO, José – *Identificação de um País: Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325): Oposição Composição*. 4ª Edição. Lisboa: Temas e Debates, 2015. ISBN 978 989 644 358 0

MINHATERRA – *Dicionário Enciclopédico das Freguesias: Braga-Porto/Viana do Castelo*. Colaboração especial ANAFRE (Associação Nacional de freguesias). 2ª edição. Matosinhos: MINHATERRA – Estudos Regionais de Produção e Consumo, Lda., 1997. 1º volume. ISBN 9729608723

MONTEIRO, Campos – *Portugal: Entre-Douro-e-Minho*. Exposição portuguesa em Sevilha. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929

MORAIS, Cristovão Alão de – *Pedatura Lusitana: nobiliário de famílias de Portugal*. Publicado por Alexandre António Pereira de Miranda Vasconcelos, António Augusto Ferreira da Cruz, Eugénio Eduardo Andrea da Cunha e Freitas. Porto: Livraria Fernando Machado, 1943-1948. Tomo terceiro volume segundo

NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da – *Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga: conselhos de Terras de Bouro e Amares*. Porto: Litografia Nacional. p.60-67. Volume III (1973)

OLIVEIRA, Ana Maria – Torre de Vilar: uma Residência Senhorial do Vale do Sousa. *Revista Oppidum*. Lousada: Município de Lousada. ISSN 1646-513X. p.141-163. Volume I (2006)

OLIVEIRA, Ana Maria – Ocupação senhorial do Vale do Sousa: dois exemplos em estudo. *Revista Oppidum Atas do I Encontro de Arqueologia das Terras de Sousa*. Lousada: Município de Lousada. ISSN 1646-513X. p.151-164. Número especial (2008)

OLIVEIRA, Eduardo R. de Arantes e – *Memórias de Entre Homem e Cávado: origens de uma família*. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, 2007

PEREIRA, Esteves, RODRIGUES, Guilherme – *Portugal: dicionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico*. Lisboa: João Romano Torres & Cª - Editores, 1907. Volume 3 (D-K)

PIRES, Amílcar Gil – *Arquitetura residencial erudita setecentista no espaço rural: estratégia de valorização e reabilitação arquitectónica*. In Separata de 4º Congresso Internacional – Casa Nobre. Um património para o Futuro. Actas. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2014, p. 871-885

PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e Histórica da Família da Universidade Moderna do Porto, 1999. Volume 2 e 3. ISBN 978 972 98018 3 5

PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *D. Dinis*. Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Rio de Mouro: Printer Portuguesa, Indústria Gráfica Lda., 2005. ISBN 972 42 3483 5

PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – A propriedade senhorial nas inquirições dos finais do século XIII: coutos e honras, quintãs, paços e torres no Entre Minho e Ave. In Separata de 3º Congresso Internacional – *Casa Nobre. Um património para o Futuro*. Actas. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2011, p. 86-108

PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – As inquirições medievais portuguesas (século XIII-XIV): fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica – breves apontamentos. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto. p. 275-292. Volume XII (2013)

*Portugal Económico, Monumental e Artístico*. Ditorial Lusitana. Lisboa: Oficinas Fernandes, 1935. Volume 1º - Minho, Fascículo XVIII

PROVIDÊNCIA, João Paulo – *Valorização do património e método de projeto: a casa nobre como objeto de estudo*. In Separata de 4º Congresso Internacional – *Casa Nobre. Um património para o Futuro*. Actas. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2014, p. 725-732

RIBEIRO, Orlando – Entre-Douro-e-Minho. In *Revista da Faculdade de Letras: Geografia*. Porto: Faculdade do Porto, 1987, p. 5-11. Volume II, I série

SERRÃO, João, MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal: Portugal do Renascimento à crise Dinástica*. Coordenação de João José Alves Dias. Lisboa: Editorial Presença, 1998. Volume V. ISBN 972 23 2295 8

SILVA, Domingues M. da – *Monografia do concelho de Amares*. Amares: A. Modelar, 1958/1959. 1º volume/2º volume

SILVA, Domingos M. da – *Entre Homem e Cávado: (territorialmente considerado): cantigas*. S.l.: s.n., 1981

SILVA, Domingos M. da – *Entre Homem e Cávado em meados do séc. XVIII: Memórias Paróquias de 1758*. Braga: Gráfica Cruz, 1985

SILVA, José Cornélio da – Citações eruditas de arquitetura na casa nobre portuguesa. In Separata de 3º Congresso Internacional – *Casa Nobre. Um património para o Futuro*. Actas. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2011, p. 963-968

SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*. IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico). Lisboa: Edições ASA, S.A., 1995.

SILVA, José Custódio Vieira da – A torre ou casa forte medieval. *El Museo de Pontevedra*. Pontevedra. ISSN 0210 7791. p. 99-115. Volume 53 (1999)

SOUSA, José João Rigaud de – Casas-Torre ainda existentes nos arredores de Braga. In separata de *O Distrito de Braga*. Braga: Livraria Cruz. 2º série. Volume III (1978)

TAVARES, Maria José Ferro – *História de Portugal Medieval: economia e sociedade*. Lisboa: Universidade Aberta, 1992. ISBN 972 674 100 9

VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo – *Identidade e auto-representação da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV)*. In Separata de 3º Congresso Internacional – *Casa Nobre. Um património para o Futuro*. Actas. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2011, p. 27-33

## **PUBLICAÇÕES ACADÉMICAS**

ASSUNÇÃO, Vera Cristina Teixeira – *A Residência Senhorial no Vale do Ave: Estudo da Casa de Diniz*. Guimarães: EAUM, 2017. Dissertação de Mestrado em Arquitetura

CASTRO, Márcio Gonçalves de – *O Solar da Agrela: A Arquitetura Senhorial no Minho*. Guimarães: EAUM, 2017. Dissertação de Mestrado em Arquitetura

FERNANDES, Mário Jorge Gonçalves – *O Solar de Vila Garcia: Redescoberta da sua fábrica*. Guimarães: EAUM, 2014. Dissertação de Mestrado em Arquitetura

GARCÊS, Patrícia Maria Rocha – *A Honra de Barbosa: para uma retrospeção construtiva do seu Solar*. Guimarães: EAUM, 2016. Dissertação de Mestrado em Arquitetura

GONÇALVES, Duarte Pinto – *Estudo às Casas Nobres Portuguesas: Para o entendimento da Casa de Alvelo*. Porto: Universidade Lusófona Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação, 2013. Dissertação de Mestrado em Arquitetura

MACEDO, Fernando Wolfgang Vasconcelos Pereira – *Proteção e valorização de paisagens associadas às casas-forte medievais*. Porto: FCUP, 2012. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista

MOREIRA, Márcia Andreia de Paiva – *A Casa da Tulha do Burgo: Retrospectiva morfológica e construtiva*. Guimarães: EAUM, 2018. Dissertação de Mestrado em Arquitetura

RAMOS, Maria Manuel Branco – *Casa da Torre de Lanhelas: Análise espacial retrospectiva e estudo tipo-morfológico*. Guimarães: EAUM, 2017. Dissertação de Mestrado em Arquitetura

ROCHA, Joana Mafalda Faria e – *A Casa de N. S. Da Aurora, Ponte de Lima: Análise histórico-formal*. Guimarães: EAUM, 2017. Dissertação de Mestrado em Arquitetura

RODRIGUES, Luís Maciel Gonçalves – *A Casa da Quinta da Naia em Braga: Análise e estudo histórico-artístico*. Guimarães: EAUM, 2017. Dissertação de Mestrado em Arquitetura

SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses: Caracterização e Evolução da Habitação Nobre (séculos XII a XVI)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993. Dissertação de Doutoramento em História de Arte. Volume I e II.

## DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

- **Guia de Portugal: Entre Douro e Minho, Vol IV – Tomo II**  
<http://ebooks.gulbenkian.pt/book/>
- **A Cultura da Nobreza (séc. XII-XIV)**  
<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA3/medievalista-nobreza.htm>
- **Inquirições de D. Dinis, Livro 1**  
<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4182566>
- **Corografia portugueza, e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas & lugares, que contem, varões illustres, genealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens**  
<https://archive.org/details/corografiaport0103carvuoft>
- **Mapa da província d'Entre Douro e Minho**  
<http://purl.pt/24996>
- **Livros paroquiais de Dornelas**  
<http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1002614>
- **Carta Arqueológica do concelho de Amares**  
<http://www.youblisher.com/p/683076-Carta-Arqueologica-do-Concelho-de-Amares/>
- **Memórias Paroquiais de 1758**  
<https://digitarq.arquivos.pt/ViewerForm.aspx?id=4239886>

## SITES

- <https://domusinaequator.wordpress.com/2013/05/14/o-que-sao-casas-torre>
- <https://edittip.net/category/casa-forte/>
- <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt>
- [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)
- [www.geneall.net](http://www.geneall.net)
- [www.freguesiasdeportugal.pt](http://www.freguesiasdeportugal.pt)
- [www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt)

## OUTROS RECURSOS

Arquivo Distrital de Braga  
Câmara Municipal de Amares